



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Letícia de Castro

O FUTEBOL DE MULHERES NA REVISTA *PLACAR* (2015-2020)

Florianópolis, 2023

Letícia de Castro

O FUTEBOL DE MULHERES NA REVISTA *PLACAR* (2015-2020)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Daiane Bertasso, Dra.

Florianópolis, 2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Castro, Letícia de
O FUTEBOL DE MULHERES NA REVISTA PLACAR (2015-2020) / Letícia
de Castro ; orientadora, Daiane Bertasso Ribeiro, 2023.
146 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-
Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Futebol Feminino. 3. Gênero. 4. Jornalismo
Esportivo. I. Bertasso Ribeiro, Daiane. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III.
Título.

Letícia de Castro

O FUTEBOL DE MULHERES NA REVISTA *PLACAR* (2015-2020)

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 17 de abril de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Maria Terezinha da Silva, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.(a) Leda Maria da Costa, Dra.
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Jornalismo.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Dr(a) Daiane Bertasso Ribeiro

Florianópolis, 2023

E peço aqui, ao povo brasileiro, não deixe de apoiar o futebol feminino.
Não deixe! A gente precisa muito de vocês.
Marta Vieira da Silva, 2016

AGRADECIMENTOS

Eu começo esse texto de agradecimento reiterando a importância de continuarmos lutando pela vida da Universidade Pública. De forma particular, viver a UFSC sempre foi um sonho. Cortes de verbas, greves, pandemia, problemas de saúde e a perda do meu avô tornaram esse sonho bastante diferente do que eu tinha planejado, mas fica em mim uma marca feliz do tempo que passei aqui. O PPGJor me ensinou um pouco mais sobre jornalismo, sobre pesquisa acadêmica, sobre luta social, sobre resiliência, sobre amor. Por isso, agradeço a todo o corpo docente, em especial a cada professor e professora que me presentearam com tanta troca de conhecimento. Obrigada por não terem largado as minhas mãos, obrigada por terem me dado o tempo que eu precisava. A conclusão e entrega desta pesquisa durou um tempo bem maior do que eu imaginava e gostaria, mas acredito que tudo acontece por uma razão. Agradeço também a professora Terezinha e a professora Leda por aceitarem fazer parte deste momento comigo desde a minha banca de qualificação. O olhar de vocês sobre a minha pesquisa foi muito significativo para mim.

Daiane, o meu sonho de fazer o mestrado em Jornalismo na UFSC passou muito por você. Desde o dia que resolvi fazer a inscrição, eu queria você para trilhar comigo essa jornada. Eu peço desculpas por não ter sido a orientanda que eu deveria e que você merecia. E te agradeço por não ter desistido de mim. Obrigada pela paciência. Você é uma professora e uma pessoa incrível e extremamente admirável. Essa nossa etapa juntas não foi do jeito que planejamos, mas sou muito grata por ter chegado até aqui com você. Na verdade, eu não teria conseguido sem que estivesse ao meu lado. Eu te desejo todas as coisas boas que o mundo e a academia tem a oferecer. Gostaria de aproveitar o espaço e também agradecer aos meus pais, Daniel e Deise, e a minha melhor amiga, Maria Luiza, por terem sido base para mim nesse processo. Foram eles que me apoiaram em todos os momentos e não me deixaram desmoronar. Eu perdi muitas coisas nesse período e eles me ajudaram a pensar nas que ganhei e que vou levar para sempre. De forma especial, recordo também a memória do meu avô. Espero que ele esteja orgulhoso de mim agora.

Para terminar, trago para este momento todas as mulheres inseridas no contexto futebolístico brasileiro. Jogadoras, torcedoras, árbitras, jornalistas, pesquisadoras. Faz exatamente 40 anos que o futebol de mulheres foi regulamentado no Brasil e de lá pra cá muitas coisas mudaram. Estamos longe do cenário ideal, mas é inegável que cada movimento feito por cada uma contribuiu para que o “país do futebol” também seja o do futebol delas. Foi um prazer fazer parte desse movimento e dessa luta.

RESUMO

A abordagem jornalística esportiva do Brasil sobre o futebol de mulheres constitui o objeto de estudo desta dissertação. O objetivo geral é identificar e analisar a forma como a modalidade e as atletas foram abordadas pela imprensa entre 2015 a 2020, anos que envolvem duas edições da Copa do Mundo Feminina e os Jogos Olímpicos sediados no Rio de Janeiro. Toma-se como objeto empírico a abordagem jornalística da revista *Placar*, a mais antiga e tradicional revista esportiva em circulação no país, sobre o futebol de mulheres neste recorte de tempo, sendo o *corpus* um total de 72 edições completas. Para entender o contexto, consideramos as dimensões simbólicas e sociais do futebol na sociedade brasileira, destacando o histórico de restrições e proibições do futebol de mulheres no país, buscando compreender a influência da imprensa esportiva na construção desse futebol, com enfoque na Revista *Placar*. No estudo foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, de cunho teórico; a Análise de Conteúdo defendida por Bardin (1977) e Herscovitz (2008), que se caracteriza por quantitativa e qualitativa; e a técnica de coleta de dados por meio de recolha de materiais jornalísticos publicados na revista *Placar*. Buscando mapear os temas de todas as publicações coletadas na etapa quantitativa, foram definidas cinco categorias analíticas para identificar e analisar como esse futebol foi relacionado nos formatos jornalísticos, são elas: estereótipos de gênero, comparação, campeonatos e informações técnicas, obstáculos e retratação. Os resultados apontam uma baixa quantidade de publicações sobre o futebol de mulheres durante o período analisado. Campeonatos e calendário de jogos praticamente não foram abordados na *Placar*. O destaque ficou para a edição de novembro de 2019 que tratou sobre a 8ª Copa do Mundo e abriu espaço para mídias independentes que cobrem diariamente a modalidade. O lado negativo é que a revista não se propôs a continuar abordando com frequência sobre esse futebol.

Palavras-chave: Jornalismo Esportivo; Gênero; Futebol de mulheres; Revista *Placar*.

ABSTRACT

The sports journalistic approach in Brazil about women's soccer is the object of study of this dissertation. The general objective is to identify and analyze how the modality and how the athletes were approached by the press between 2015 and 2020, years that involve two editions of the Women's World Cup and the Olympic Games held in Rio de Janeiro. It takes as an empirical object the journalistic approach of *Placar* magazine, the oldest and most traditional sports magazine in circulation in the country, about women's soccer in this time frame, with a total of 72 complete editions in the corpus. To understand the context, we consider the lived and social dimensions of football in Brazilian society, highlighting the history of restrictions and prohibitions of women's football in the country, seeking to understand the influence of the sports press in the construction of this football, with an approach in *Placar* magazine. None of the studies used the bibliographic research method, of a theoretical nature; Content Analysis advocated by Bardin (1977) and Herscovitz (2008), which is characterized by quantitative and qualitative; and the technique of data collection through the collection of journalistic materials published in *Placar* magazine. Seeking to map the themes of all publications collected in the quantitative stage, five analytical categories were defined to identify and analyze how this football was related in journalistic genres: gender stereotypes, comparison, championships and technical information, obstacles and retraction. The results indicate a low number of publications about women's football during the analyzed period. Championships and game schedule were practically not covered in the Scoreboard. The highlight was the November 2019 edition, which dealt with the 8th World Cup and opened space for independent media that cover the sport on a daily basis. The downside is that the magazine did not set out to continue frequently addressing this football.

Keywords: Sports Journalism; Gender; Women's soccer; *Placar* magazine.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - O team Assis Bandeira do Sport Club Natalense na revista *Vida Sportiva*
- Figura 2 - Infográfico apresentado na dissertação de Aira Bonfim, (2019, p. 72)
- Figura 3 - Festa beneficente para a Casa dos Artistas realizada no campo do Vasco da Gama, Rio de Janeiro.
- Figura 4 - Jornal *Correio do Paraná* de 13 de junho de 1959
- Figura 5 - Elenco e comissão técnica da Seleção de 1995
- Figura 6 - Entrega das medalhas nos Jogos Pan-Americanos 2003
- Figura 7 - Capa da Revista *Placar*, março de 1970
- Figura 8 - Memes criados e divulgados na Internet durante os Jogos Olímpicos de 2016
- Figura 9 - Recorte da Revista *Placar*
- Figura 10 - A primeira capa da *Placar* dedicada ao futebol de mulheres, na edição nº 738.
- Figuras 11 e 12 - Capa da revista *Placar* em agosto de 1995 e setembro de 1996, respectivamente
- Figura 13 - A estreia de Marta na *Placar*, na edição nº 1263, de outubro de 2003
- Figura 14 - Recortes da Revista *Placar*
- Figuras 15, 16 e 17 - Páginas 58, 59 e 61 da edição de fevereiro de 2017 da revista *Placar*, respectivamente
- Figuras 18 e 19 - Fotos das páginas 32 e 35 da edição de junho de 2017 da revista *Placar*, respectivamente
- Figura 20 - Página 83 da edição de setembro de 2016 da revista *Placar*
- Figura 21 - Reportagem sobre o título da Ferroviária na Copa Libertadores na edição de dezembro de 2015
- Figura 22 - Reportagem sobre o título da Seleção Brasileira no Torneio Internacional de Futebol Feminino/Copa Caixa
- Figura 22 - Reportagem sobre o título da Seleção Brasileira no Torneio Internacional de Futebol Feminino/Copa Caixa
- Figura 24 - Página 24 da edição de setembro de 2016 da revista *Placar*
- Figura 25 - Capa da revista *Placar* da edição de outubro de 2018
- Figuras 26 e 27 - Fotos das páginas 14 e 15 da edição de outubro de 2018 da revista *Placar*, respectivamente
- Figura 28 - Página 21 da edição de janeiro de 2019 da revista *Placar*
- Figura 29 - Página 21 da edição de janeiro de 2019 da revista *Placar*

Figuras 30 e 31 - Páginas 60 e 61 da edição de julho de 2019 da revista *Placar*, respectivamente

Figura 32 - Capa da edição de novembro de 2019 da revista *Placar*

Figuras 33 e 34 - Páginas 9 e 10 da edição de novembro de 2019 da revista *Placar*, respectivamente

Figuras 35 e 36 - Páginas 18 e 19 da edição de novembro de 2019 da revista *Placar*, respectivamente

Figuras 37 e 38 - Páginas 48 e 49 da edição de fevereiro de 2020 da revista *Placar*, respectivamente.

Figura 39 - “RESUMÃO” da revista *Placar* na edição de setembro de 2015

Figuras 40 e 41 - Páginas 26 e 27 da edição de novembro de 2019 da revista *Placar*

Figura 42 - Editorial da edição de novembro de 2019 da revista *Placar*

Figuras 43 e 44 - Editorial da edição de outubro de 2020 e capa da edição de junho de 2017 da revista *Placar*, respectivamente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. FEMINISMO(S), GÊNERO E AS MULHERES NO FUTEBOL	17
1.1 Perspectivas feministas e a história das mulheres	17
1.2 Feminismo em ondas e Estudos de Gênero	24
1.3 Gênero no campo futebolístico brasileiro	37
2. FUTEBOL E FUTEBÓIS NO BRASIL	43
2.1 Futebol brasileiro e suas dimensões simbólicas	43
2.2 Futebol de mulheres: uma história de silenciamentos	49
2.3 Da regulamentação à profissionalização?	67
3. JORNALISMO ESPORTIVO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO	75
3.1 Jornalismo esportivo como editoria no Brasil	75
3.2 Gênero no jornalismo esportivo brasileiro	82
3.3 Gênero no jornalismo esportivo da revista Placar	90
4. A REVISTA <i>PLACAR</i> E O FUTEBOL DE MULHERES (2015-2020)	103
4.1 Problema de pesquisa e Metodologia	103
4.2 Análise Quantitativa	105
4.3 Análise Qualitativa	107
4.3.1 Estereótipos de gênero	108
4.3.2 Comparação	111
4.3.3 Campeonatos e informações técnicas	113
4.3.4 Obstáculos	127
4.3.5 Retratação	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	137

INTRODUÇÃO

A prática futebolística de mulheres na história do país mundialmente conhecido como o “país do futebol” é marcada por privações, proibições e silenciamentos. Silvana Goellner (2005, p. 145), pesquisadora referência na área dos estudos de gênero no esporte, afirma que a tensão presente entre diferentes concepções acerca da relação entre mulheres e atividades físicas fez com que houvesse, por parte de alguns setores da sociedade brasileira, “um movimento de cerceamento à participação das mulheres em determinadas modalidades esportivas”. Esse cenário culminou na criação, por parte do Conselho Nacional de Desportos (CND), a lei nº 3.199, promulgado em 1941, que estabeleceu as bases da organização dos esportes em todo o Brasil, impedindo a prática feminina em esportes incompatíveis com a “sua natureza”. O futebol estava entre eles.

O discurso que privou a participação das mulheres como atletas no campo futebolístico até a década de 80 e que, continua perpetuando desigualdades para com as mulheres nas mais variadas áreas que ocupam dentro do futebol, traz como fundamento “a naturalização de uma representação normalizada de feminilidade assentada no mito da fragilidade do corpo da mulher quando comparado ao do homem” (GOELLNER, 2007, p. 33). Esse processo de naturalização e legitimação do futebol enquanto “coisa de homem” nos insere nos questionamentos sobre os ideais dominantes de masculinidade e feminilidade. Sendo assim, podemos dizer que gênero é uma categoria importante não somente para o entendimento da sociedade, mas também das relações entre sujeitos esportivos. Para Goellner (2013), o esporte não é apenas uma prática social sexuada, é também generificada (com masculinidades e feminilidades históricas e provisórias).

A valorização do “masculino” no esporte, e principalmente no futebol brasileiro, é evidente. Cláudia Samuel Kessler (2015) argumenta que enquanto o futebol é (sub)entendido como o futebol “masculino”, outros futebolis precisam de adjetivos que os qualifiquem, como por exemplo o futebol feminino. Soraya Barreto Januário (2019) escreve que trata-se de um futebol que precisa da chancela discursiva “feminino” quando é praticado por mulheres, e ao falar apenas “futebol”, assume-se uma prática masculina. O esporte praticado por homens é considerado natural, normatizado, ou seja, quando a reportagem é sobre homens não é preciso indicar se é feminino ou masculino, porque está implícito; já o esporte praticado por mulheres não é visto da mesma forma e a indicação de que se trata de esporte feminino aparece na maioria das reportagens. É nesse contexto que escolhemos usar o termo ‘futebol de mulheres’ ao invés de “futebol feminino” nesta pesquisa, visando escapar dessas armadilhas que acompanham a

noção de “futebol feminino”, “pois este tende a ser pensado quase que exclusivamente em uma perspectiva normativa hegemônica” (KESSLER, 2015, p. 31).

O reconhecimento do jornalismo como a primeira - e muitas vezes a única - fonte de informação sobre muitos acontecimentos (HALL et al., 1999) torna-se imprescindível para este estudo porque o jornalismo esportivo tem tratado com desigualdade mulheres e homens nas suas coberturas esportivas, priorizando a presença masculina em seu discurso. A crítica à parcialidade nos meios de comunicação no que concerne ao gênero, parece sempre voltar à tona quando há algum estudo que envolva a mídia e o esporte, conforme afirmam Mourão e Morel (2005), pois o esporte, através da mídia, é predominantemente branco e masculino. Considerando que o futebol no Brasil, historicamente ganhou audiência e valor social por conta das mídias de massa – rádio e TV – ao se excluir o futebol de mulheres de tais mídias impõe-se sobre ele o silenciamento enquanto política. E o fato do futebol de mulheres não ter muita visibilidade quando comparado ao futebol dos homens não significa que não tenha existido/não exista (GOELLNER, 2004, p. 364).

As relações de poder baseadas na diferença sexual e na construção dos padrões de gênero no campo esportivo se revelam nítidas quando, por exemplo, Estado, imprensa, confederação, federações e clubes – entidades que exercem poder de diversas maneiras e em diversos espaços – se uniram para proibir o futebol de mulheres e, posteriormente, se mostraram, de certa forma, indiferentes ao desenvolvimento da modalidade, por exemplo, com a invisibilidade midiática do futebol de mulheres e falta de iniciativas das entidades esportivas e do setor público no que se refere tanto à prática do futebol feminino quanto à profissionalização das atletas (ARAÚJO; VENTURA, 2023, p. 9). Quase sempre a cobertura da mídia sobre o esporte praticado por mulheres é acompanhada por uma trivialização e sexualização, constituindo uma negação do poder esportivo dessas mulheres. Essa negação dá suporte a ideia de que o esporte praticado por mulheres é menos poderoso e valioso do que o esporte praticado por homens (KNIJNIK; SOUZA, 2004, p. 207).

Assim, embora o jornalismo esportivo seja uma das instâncias sociais que contempla o futebol de mulheres no Brasil nos dias atuais, sua forma de apresentar esta modalidade tem sido frequentemente adornada por adjetivos e intenções não encontrados no tratamento do futebol dos homens e de forma a não garantir uma existência autônoma, perene, evidente, uma avaliação técnica especializada (MARTINS; MORAES, 2007). Não caberia defendermos um discurso apologético de igualdade, mas sim de dignidade e equidade. A mídia e o jornalismo, enquanto instância social e processo pedagógico cultural (LOURO, 1995) que pode tanto valorizar e legitimar conteúdos, grupos e sujeitos sociais quanto silenciá-los, deve perceber a

importância de seu papel na configuração de valores sociais mais plurais em detrimento de um ideal hegemônico.

A oitava edição da Copa do Mundo de Futebol Feminino ocorrida em 2019, organizada pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), foi a competição com a maior visibilidade da história da modalidade, o que permitiu o fortalecimento do debate em torno do futebol de mulheres no Brasil. A decisão da maior emissora de televisão do país, a Rede Globo, de transmitir pela primeira vez uma Copa do Mundo de Futebol Feminino é um acontecimento importante e surge como fato inédito e relevante no comportamento do jornalismo esportivo brasileiro em relação à prática de mulheres no futebol. Contudo, a Copa do Mundo de 2019 na França trouxe dados que comprovam que o interesse popular pela modalidade existe: além de registrar o maior número de ingressos comercializados na história deste torneio, a oitava edição do Mundial Feminino foi um sucesso absoluto em ibope nas televisões. A primeira edição de Copa Feminina com ampla cobertura/divulgação midiática trouxe um grande e imediato retorno, com registro de recordes de audiência. Isso nos faz questionar a relação sobre a falta de visibilidade do futebol de mulheres no Brasil com a justificativa de que “não há público”, porque na verdade, o público não foi criado (FIGUEIREDO, 2019).

Considerando esse contexto, o **objetivo** desta pesquisa é identificar e analisar a forma como o futebol de mulheres e as atletas foram abordadas pela imprensa esportiva entre 2015 a 2020, anos que envolvem duas edições da Copa do Mundo Feminina e os Jogos Olímpicos sediados no Rio de Janeiro. Toma-se como **objeto de estudos** a abordagem jornalística da Revista *Placar* sobre o futebol de mulheres nesse período, sendo o **corpus** composto por um total de 72 edições completas. Para responder à questão-problema apresentada, recorreremos à Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; HERSCOVITZ, 2008) como referencial teórico principal, combinando critérios quantitativos e qualitativos. A revista *Placar*, de periodicidade mensal e disponível de forma online e impressa, é o periódico do segmento esportivo mais importante e antigo que ainda circula no Brasil. A revista, ao longo das últimas cinco décadas, passou por diversas transformações envolvendo estruturas físicas, linhas editoriais, profissionais, chefes, e, conseqüentemente, mudanças nas abordagens, nos próprios temas, nos critérios de noticiabilidade. Porém, a representação do futebol – masculino – sempre foi o enquadramento principal da *Placar*. E, mesmo nessa estrutura onde as divisões entre os sexos estão bem demarcadas, é um dos meios de comunicação do jornalismo esportivo que mais falou sobre o futebol de mulheres a partir de 1981 (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2013).

Os estudos de Leila Salvini e Wanderley Marchi Júnior (2013, 2016) sobre a representação do futebol de mulheres entre 1980 e 2010 na *Placar* apontam silenciamentos e

objetificação da mulher. Nesse período, a história desse futebol contada pela revista é marcada por menções estereotipadas a respeito de uma feminilidade normativa das futebolistas, baseada principalmente em uma dicotomia entre “mulheres que tem habilidade futebolística e aquelas que usam o futebol como um espaço de trabalho ‘não esportivo’, pois são modelos ou atrizes” (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2016, p. 111). De acordo com Salvini (2012) o futebol de mulheres aparece em *Placar* paulatinamente, abordando os efeitos do decreto de lei 3.199, que proibiu a prática futebolística para as mulheres: “fazia questão de evidenciar momentos que ressaltam as preocupações com a beleza física e com a sensualidade das atletas” (SILVANI; MARCHI JUNIOR, 2013, p. 103).

Para alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, organizamos a dissertação em quatro capítulos. O primeiro capítulo deste estudo traça uma breve contextualização sobre o percurso histórico dos feminismos e estudos de gênero, além de contextualizar sobre as feminilidades e masculinidades com o objetivo de construir uma base teórica para a discussão proposta em todo o decorrer da pesquisa. O conceito de gênero como categoria de análise é central no decorrer do capítulo e é fundamental para todo esse estudo, compreendendo que não tem como trabalhar gênero sem articular também com as categorias de raça, classe e sexualidade, tendo em vista se tratar de conceitos historicamente construídos. O terceiro e último tópico deste primeiro capítulo contextualiza as influências desses dispositivos de poder no cenário futebolístico do Brasil. Também faz parte dessa discussão elucidar a contribuição dos movimentos feministas na emancipação das atletas nesse meio.

O capítulo dois resgata a história do futebol no Brasil. No primeiro tópico, com a contribuição de Roberto DaMatta (1982), Ronaldo Helal (2011), Viviane Borelli (2002), Caroline Soares de Almeida (2013) e outros, apresentamos brevemente a inserção do futebol brasileiro, buscando contextualizar a forma com que esse esporte tornou-se sinônimo da identidade nacional e um fenômeno social no país. O segundo tópico traz os percursos femininos na modalidade, desde antes da proibição até o fim do decreto de lei através das pesquisas de Aira Bonfim (2019), Silvana Goellner (2002, 2005, 2013) e Leda Costa (2017). Para finalizar, o capítulo busca identificar a situação do futebol de mulheres com a regulamentação em 1983, o processo de profissionalização e a realidade atual das futebolistas, dos clubes nacionais e da Seleção Brasileira. O referencial teórico deste tópico conta novamente com a pesquisa de Caroline Soares de Almeida (2013), além de nomes como Soraya Barreto Januário (2016, 2022) e Jorge Knijnik (2022).

No terceiro capítulo, primeiramente abordamos o processo de profissionalização do jornalismo esportivo enquanto editoria no Brasil, buscando compreender essa relação causa-

consequência entre a imprensa esportiva e o cenário futebolístico brasileiro desde que a modalidade se inseriu no país. Paulo Vinícius Coelho (2003), José Carlos Marques (2003), Leda Costa (2011), Maurício José Stycer (2007) e Elaine Romero (2004) nos ajudam a contar essa história. No segundo tópico discutimos sobre o contínuo processo de interdição e ruptura da mídia em relação a construção do futebol de mulheres no Brasil para compreender como a modalidade é percebida e consumida pelo público brasileiro, bem como foi e é representada pelos grandes veículos nacionais. Para este momento, destacam-se às pesquisas de Ludmila Mourão e Marcia Morel (2005), Leda Costa (2019), Érika Alfaro de Araújo (2021) e Soraya Barreto Januário (2017).

Por fim, ainda no último tópico do terceiro capítulo, considerando a revista *Placar* o objeto de estudos dessa pesquisa, resgatamos a participação da revista nesse cenário, traçando um percurso histórico do periódico sobre a cobertura do futebol de mulheres do Brasil desde a sua primeira publicação sobre a modalidade. É importante ressaltar a presença da pesquisa de Daniel Felipe de Oliveira Leal (2020) que, visando compreender como ocorreu a mutação nos critérios de noticiabilidade na *Placar* relativo ao tema futebol de mulheres, analisou a cobertura realizada pela revista acerca do futebol de mulheres, entre os anos de 1992 e 2019. A proximidade entre as pesquisas tornou Leal (2020) o principal referencial teórico deste tópico, especialmente porque ele apresenta dados da revista em período anterior ao proposto neste estudo. Os estudos de Leila Salvini e Wanderley Marchi Júnior (2016) sobre as edições da revista *Placar* entre os anos de 1980 e 2010, tendo como busca a palavra chave: “futebol feminino” também contribuíram na discussão.

O quarto e último capítulo se propõe a discorrer sobre a natureza teórico-empírica da pesquisa realizada, as fases exploratória e descritiva da investigação e o processo de delimitação do *corpus* empírico sobre o qual realizamos a análise, além de contextualizar este objeto de estudo e explicitar a questão-problema apresentada. O capítulo está dividido em três etapas: problemas de pesquisa e metodologia, análise quantitativa e análise qualitativa. Os formatos jornalísticos que fazem parte do empírico que constitui o corpus de análise são: notícias, reportagens, box, serviço, editorial, foto/ilustração e capas que tratam sobre o futebol de mulheres, seja diretamente (tema geral) ou indiretamente (presentes no material jornalístico que trata de outros temas). Após a discussão sobre o levantamento quantitativo, a pesquisa apresenta os resultados qualitativos que estão divididos em seis categorias: estereótipos de gênero, comparação, campeonatos e informações técnicas, obstáculos e retratação.

Através desses procedimentos metodológicos buscamos traçar uma linha de tempo entre as publicações da revista *Placar* sobre o futebol de mulheres entre os anos de 2015 a 2020,

somando um total de 72 edições do periódico. Após esse momento de análise, a discussão e reflexão sobre os resultados encontrados neste estudo integram as considerações finais desta pesquisa. Estudar a prática esportiva praticada por mulheres, além de uma escolha subjetiva, é uma opção política, pois cabe ao estudioso/a dar visibilidade a muitas histórias que muitas vezes ficaram nas sombras e atribuir-lhes sentido, (re)construindo não só essa história, mas a do esporte como um todo (GOELLNER, 2007).

1. FEMINISMO(S), GÊNERO E MULHERES NO FUTEBOL

Este primeiro capítulo tem como objetivo apresentar conceitos sobre gênero, raça e sexualidade, buscando descrever um percurso histórico dos deslocamentos teóricos produzidos pelo feminismo até os dias atuais, com a finalidade de constituir uma base teórica para as discussões e análises propostas nesta pesquisa. Neste estudo, discutir gênero, raça e sexualidade são poderosas ferramentas de análise do contexto social e da vida de mulheres jogadoras de futebol. Ao utilizarmos esses conceitos para pensar a modalidade esportiva do futebol, introduzimos um enfoque interdisciplinar que culmina na inclusão de noções de poder, corpo e sociabilidades.

1.1 Perspectivas feministas e a história das mulheres

O pensamento feminista está longe de se constituir em um todo unificado. Entretanto, é possível aludir a momentos históricos, caracterizados pela relevância concedida a algumas conceitualizações, conforme afirma a antropóloga Adriana Piscitelli (2002, p. 263). Sendo assim, a reflexão teórica e a militância política tornaram-se marcas do feminismo, abrangendo diversos segmentos teóricos e sociais que fazem parte de épocas e culturas diferentes e específicas. A autora do livro *“Uma história do feminismo no Brasil”*, Céli Regina Jardim Pinto explica que o movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: “é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria” (PINTO, 2003, p. 15). Ainda de acordo com a autora, esta coincidência entre militância e teoria deriva-se, entre outras razões, do “tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento, o feminismo da segunda metade do século XX” (PINTO, 2003, p. 15).

De acordo com Céli Pinto, pode-se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, em geral (PINTO, 2003, p. 16). O feminismo como movimento social é em sua essência moderno e tem suas raízes atreladas aos ideais liberais de igualdade evidenciados na Revolução Francesa de 1789. Mas, ainda que essa chamada “igualdade” em sua teoria deveria abranger homens e mulheres, o conceito na prática ficou limitado apenas às classes dominantes e, como bem estabeleceu a “Declaração dos

Direitos do Homem ¹”, só entre os homens. Após a Declaração dos direitos do homem e do cidadão ser proclamada em 1789, a dramaturga e ativista francesa Olympe de Gouges publicou “A declaração dos direitos da mulher e da cidadã” em 1791. Seu artigo primeiro afirma que “a mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem”. De Gouges foi executada na guilhotina em 1793, por fazer críticas ao poder instituído.

O século XVIII também é marcado pela Revolução Industrial, inicialmente na Inglaterra. A Revolução Industrial provocou profundas transformações na estrutura econômica e social, alterou as relações entre o campo e a cidade, mudou também a estrutura e relações entre as classes sociais. Nesse processo surgiu um proletariado urbano, cujas necessidades levaram à aceitação do assalariamento nas manufaturas e, posteriormente, nas fábricas fundadas na manufatura. (HOBSBAWM, 1977, p. 47-50) Com a ascensão do capitalismo, o trabalho antes desvalorizado e repudiado por ser realizado por servos e escravos, passou a ter valor. Aqui é importante ressaltar que essa nova concepção de trabalho não considerava os anos em que homens e mulheres negras foram escravizados, que eram obrigados a trabalhar de forma opressora, sem remuneração ou qualquer outro direito.

Nesse início do período de industrialização, a mão de obra deveria ter baixo custo. Sendo assim, possibilitou a contratação de mulheres e crianças na indústria têxtil inglesa, as quais se sujeitavam ao trabalho industrial como forma de complementar a renda familiar (HOBSBAWM, 2000, p. 64). Karl Marx (1989, p. 449) discute esta questão e de acordo com ele “[...] a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças”, pois a mecanização desqualificou o trabalho e a partir daí bastava o mínimo de habilidade para que o trabalhador operasse as máquinas. Nas fábricas, o antigo sistema de produção artesanal passou para o sistema fabril, marcado por inovações técnicas e de mecanização do trabalho.

Contudo, a automação do trabalho diminuiu o emprego de mão-de-obra, trabalhadores e trabalhadoras foram obrigados a seguir o ritmo da máquina a vapor, além de uma jornada de até 18 horas (HOBSBAWN, 1977). A exploração da mão de obra e as condições desumanas de trabalho causou revolta de grande parte da classe operária² da época. Foi então que surgiram

¹ O Artigo primeiro da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, diz: "Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum". Disponível em: <https://bit.ly/39VYmKH>

² Conforme Thompson, o operário é tratado nesta pesquisa com a designação “classe operária”, desenvolvida em torno destes trabalhadores fabris e industriais, os quais, vivenciando experiências comuns no local de trabalho, e vão lutar por estes interesses, construindo, assim, uma “consciência de classe”, que é, por sua vez, a forma como tais experiências são tratadas culturalmente.

as primeiras manifestações por direitos trabalhistas, e que, segundo Michelle Perrot (2017, p.180), contou com toda a energia das mulheres.³

Iniciadoras de motins, as mulheres, além disso, estão presentes na maioria dos distúrbios populares na primeira metade do século: motins florestais onde as mulheres defendem o direito à madeira, tão importante quanto o pão para os pobres, motins fiscais, distúrbios urbanos de todos os tipos, pequenos choques com a guarda montada ou a polícia nas grandes revoltas que pontilham o século. (PERROT, 2017, p. 185).

Entretanto, Margareth Rago (1997, p. 581) salienta que apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris, “não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando mercado de trabalho fabril”. Rago (1997) explica que, na medida em que avança a industrialização, as mulheres foram aos poucos expulsas das fábricas e, a substituição da força de trabalho feminina pela masculina não deve ser confundida com falta de capacidade de organização e luta, pelo contrário. Desde o Brasil até a Europa, as operárias lutavam por melhores salários, redução da carga horária, melhores condições de salubridade, “além de se posicionarem contrariamente ao assédio sexual e também ao controle disciplinar” (RAGO, 1997, p. 585).

Essa exclusão das mulheres pouco condiz com a Declaração dos Direitos do Homem, que proclama a igualdade entre todos os indivíduos. As mulheres não seriam “indivíduos”? Para Michelle Perrot (2017, p. 160) há apenas uma única justificativa: “argumentar sobre a diferença dos sexos”. De acordo com Perrot (2017, p. 173), alguns autores defendiam a ideia de uma unidade familiar e idealizavam sua organização com os papéis do homem e da mulher estritamente definidos. No que se refere à mulher, aderem “totalmente ao discurso médico sobre a inferioridade física do sexo frágil, retomando por sua conta toda a sintomatologia desta fraqueza: tamanho, peso, menstruação, caixa craniana [...]” (PERROT, 2017, p. 173). Margareth Rago (1997) enfatiza que o lugar da mulher deveria se restringir ao seu “espaço natural”, - o lar.

Michelle Perrot (2017, p. 165) sintetiza: sem dúvida, jamais os papéis sexuais foram definidos com maior rigor normativo e explicativo. “O poder político é apanágio dos homens – e dos homens viris. Ademais, a ordem patriarcal deve reinar em tudo: na família e no Estado”. É um discurso naturalista, que de acordo com a autora insiste na existência de duas “espécies” com qualidades e aptidões particulares. Perrot (2017, p. 165) acrescenta que “o lugar das

³ Michelle Perrot (2017, p.22) conta que em Rouen, em novembro de 1788, elas boicotam a máquina de Barneville instalada no convento Saint-Maclou, sob a direção do padre e das freiras, que acarreta uma jornada de trabalho incompatível com as exigências das tarefas domésticas. No caso, as mulheres defendem, assim como os homens, seu direito ao emprego.

mulheres no século XIX é extremo, quase delirante no imaginário público e privado, seja no nível político, religioso ou poético”. A burguesia daquela época excluiu da política os operários e as mulheres. E os operários, quando reivindicam o acesso à esfera política, reproduziram o modelo burguês, excluindo as mulheres. Ainda dentro desse contexto, Margareth Rago destaca as influências desse discurso e do pensamento científico vigente no período na sociedade brasileira, e como o papel social da mulher passa a ser interpretado de acordo com este pensamento.

Muitos acreditavam [...] que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixavam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além de que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade. (RAGO, 1997, p. 585).

O início da Revolução Industrial no Brasil deu-se tardiamente, comparada aos outros países, em um processo lento e cheio de particularidades. Na maior parte do século XVIII a escravidão ainda era generalizada em todo país e constituía a forma predominante de trabalho organizado - tendo sua abolição⁴ apenas em maio de 1888, através da Lei Áurea. No que diz respeito à era escravocrata, bell hooks (2020, p. 83) identifica que na hierarquia baseada somente em raça, o status social de mulheres e de homens negros era o mesmo, mas distinções sexistas⁵ fizeram com que a situação do homem fosse distinta da situação da mulher. “Enquanto o sexismo institucionalizado era um sistema social que protegia a sexualidade dos homens negros, ele legitimava (socialmente) a exploração sexual das mulheres negras”, (hooks, 2020, p. 51). Ainda de acordo com bell hooks (2020, p. 37), o sexismo era parte integrante da ordem social e política trazida de terras europeias por colonizadores brancos, e tinha a intenção de causar consequências significativas no destino de mulheres negras escravizadas.

O homem negro escravizado foi primordialmente explorado como trabalhador do campo, mas “a mulher negra foi explorada como trabalhadora do campo, em atividades domésticas, como reprodutora e como objeto de assédio sexual perpetrado pelo homem branco”, (hooks, 2020, p. 47). A filósofa, escritora e ativista brasileira Sueli Carneiro, em sua pesquisa sobre a situação da mulher negra nos países da América Latina, recorda que a violação colonial dos homens brancos com as mulheres negras e indígenas é o que estrutura as

⁴ Contudo, a libertação dos escravos não contou com nenhuma política de emprego e educação à população negra, resultando na desigualdade estrutural que historicamente pautou a sociedade brasileira.

⁵ Exploração sexual em massa de mulheres negras escravizadas foi consequência direta da política sexual anti mulher durante o período colonial nos Estados Unidos patriarcal.

hierarquias sobre gênero e raça, visto que as violências são naturalizadas desde o período colonial e os casos de violências sexuais são romantizadas. Carneiro (2003, p.1) afirma que as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada e que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não a tem reconhecido, “assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina”.

Dando seguimento, Rago (1997, p. 486) afirma que as pesquisas apontam para uma direção totalmente contrária à que imaginamos quando pensamos no impacto da presença de mulheres brancas na constituição do parque industrial brasileiro, quando foram progressivamente expulsas e substituídas pela mão de obra masculina no início do século XX. “Assim, enquanto em 1872 as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas, em 1950, passaram a representar apenas 23%”, (RAGO, 1997, p. 486). Em relação às mulheres negras, após a abolição dos escravos, continuaram trabalhando nos setores mais desqualificados, recebendo salários baixíssimos (quando recebiam) e péssimo tratamento (RAGO, 1997, p. 488). Os documentos oficiais e as estatísticas fornecidas por médicos e autoridades policiais revelam “um grande número de negras e mulatas entre empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras, ao contrário do que ocorre com as imigrantes européias⁶”, (RAGO, 1997, p. 488). Como resultado da emancipação, Angela Davis (2016, p. 97) argumenta que uma grande quantidade de pessoas negras se viu em um estado indefinido de servidão por dívida, e os abusos sexuais sofridos rotineiramente pelas mulheres negras durante o período de escravidão não foram interrompidos.

No Brasil, muitos reiteraram igualmente os discursos teóricos de economistas ingleses e franceses sobre o trabalho da mulher fora de casa (RAGO, 1997). As mulheres das classes média e alta passaram a se vestir de acordo com a moda francesa, já as trabalhadoras pobres – operárias, costureiras, floristas, garçonetes – começam a ser observadas nas ruas da cidade ao lado das mais ricas por memorialistas, viajantes, literatos, jornalistas e médicos. Para muitos médicos e higienistas, o trabalho feminino fora do lar levaria à desagregação da família. “É claro que, a despeito da modernização, as relações familiares continuavam a se pautar por um forte moralismo, tanto nas camadas ricas quanto nas mais pobres da sociedade”, (RAGO, 1997, 491). Nesse sentido, é importante lembrar que a subordinação das mulheres não se manifestou da mesma forma, ou no mesmo grau de intensidade, em sociedades, épocas ou classes sociais diferentes. E tampouco é vivenciada, ou percebida, da mesma maneira ou grau de intensidade,

⁶ Após a promulgação da Lei, a partir de meados do século XIX, Rago (1997, p. 485) explica que para substituir a mão de obra escrava, o governo brasileiro procurou atrair milhares de imigrantes europeus para trabalhar tanto na lavoura, nas fazendas de café, quanto nas fábricas que surgiam nas cidades.

mesmo por mulheres em condições histórico-sociais semelhantes. Ana Alice Costa e Cecília Maria Sardenberg (2008) argumentam que a condição de inferioridade à qual a mulher já vinha submetida, será importante objeto de interesse da burguesia, ávida em acumular riqueza. Como descreve Adriana Piscitelli (2009, p. 124), ser mulher de classe alta no Brasil, “pressupunha ser delicada, ficar restrita ao espaço doméstico, ter pouca educação formal, saber bordar e costurar”.

Sua passividade e submissão dentro do mundo doméstico, desenvolvida durante uma longa história de subordinação, serão utilizadas para impor-lhe o pagamento de salários inferiores aos do homem e jornadas de trabalho excessivas e insalubres, favorecendo assim a extração de uma mais-valia absoluta ainda maior. Oprimidas, exploradas, às mulheres será longamente negado o direito à sindicalização, o acesso à proteção das leis trabalhistas que garantiam o salário, o limite da jornada e as mesmas condições de trabalho dos homens, além do direito à cidadania. (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 26).

A tomada de consciência dessa situação de inferioridade por parte das mulheres contribuiu para a origem do movimento feminista, que surge em fins do século XVIII e toma corpo no século XIX, na maioria dos países europeus e nos Estados Unidos. Enquanto forma organizada de manifestação política, o feminismo surge junto a toda a mobilização da Revolução Francesa, como visto anteriormente, tendo uma participação muito significativa das mulheres na derrota dos privilégios formais. Mas esse movimento que surge de uma contradição típica do capitalismo, “traz em seu bojo uma clara demarcação ideológica, em função do tipo de análise que faz sobre a participação da mulher nas relações de produção e as condições postas como necessárias para a realização da emancipação feminina” (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 29). As autoras afirmam que há uma demarcação/diferenciação que estará sempre presente em toda a história do movimento feminista e que poderíamos identificar nesse primeiro momento do feminismo através de duas tendências básicas: feminismo burguês ou sufragista e feminismo socialista.

De acordo com Costa e Sardengerg (2008, p. 30), a corrente do movimento feminista internacional identificada como sufragista caracterizou-se por sua moderação e reformismo, “apesar de algumas vezes assumir táticas mais violentas, como foi o caso do sufragismo inglês”. Em geral, porém, essa corrente limitava-se a reivindicar uma série de reformas jurídicas quanto ao status da mulher, com base na noção de que a igualdade nas leis bastaria para solucionar todos os problemas de caráter discriminatório que as mulheres sofriam. As sufragistas (COSTA; SARDENBERG, 2008) jamais se preocuparam em analisar a contradição entre a incorporação da mulher ao mercado de trabalho, além de conter uma série de dificuldades de estruturação de sua multiplicidade (RIBEIRO, 2006) , como no tratamento da diversidade entre as mulheres

(racial, étnica, condição socioeconômica, orientação sexual, geração ou cultural). A forma não homogênea como esse movimento feminista foi organizado caracterizou uma imagem de um feminismo branco, de classe média e intelectual. A teórica feminista bell hooks (2020) complementa que trabalhadoras negras eram vistas como ameaça à segurança de mulheres brancas, e esses conflitos se intensificaram quando “mulheres negras tentaram entrar para o trabalho industrial e foram forçadas a confrontar o racismo”, (hooks, 2020, p. 213).

As mulheres socialistas e anarquistas procuraram organizar as trabalhadoras nas primeiras décadas do século, convocando-as para as assembleias sindicais ou para discutir os problemas femininos dentro dos sindicatos e comitês a que pertenciam. Desde o começo da industrialização, Margareth Rago (1997) relata que elas escreveram inúmeros artigos na imprensa operária, “apontando os problemas enfrentados pelas trabalhadoras na produção e na vida social, as péssimas condições de trabalho e de higiene nas fábricas ou nas habitações coletivas e a inexistência de direitos sociais e políticos para as mulheres”, (RAGO, 1997, p. 491). A corrente do movimento operário internacional conhecida como anarco sindicalismo pregava a construção de uma sociedade justa e livre, mas em nenhum momento, até por volta de 1960, a luta sindical teve o objetivo de que homens e mulheres recebessem salários iguais, pelas mesmas tarefas (RAGO, 1997).

Além disso, Rago (1997, p. 492) fala que as trabalhadoras participavam das lutas gerais mas, quando se tratava de igualdade salarial, não eram consideradas, pois prejudicariam o salário dos homens, afinal, naquela época, “as mulheres apenas completavam o salário masculino”. Isto levou muitas mulheres a organizarem-se em sindicatos independentes. Nesse contexto, em situações de trabalho que há segregação de raça, bell hooks (2020) relata que trabalhadoras negras recebiam, em geral, salários menores do que as trabalhadoras brancas. bell hooks (2020, p. 103) acrescenta que a desvalorização da mulheridade negra não ocorreu somente no contexto da escravidão, e que, na verdade, “a exploração sexual das mulheres negras continuou por muito tempo depois do fim da escravidão e foi insitucionalizada por outras práticas opressivas”. A teórica feminista conclui que houve um sucesso no condicionamento “sexista-racista” para considerarem mulheres negras pessoas de pouca dignidade e valor, e isso fica evidente quando “feministas brancas politicamente conscientes amenizam a opressão sexista de mulheres negras” (hooks, 2020, p. 92).

A intelectual e feminista negra estadunidense Angela Davis sintetiza que as mulheres negras aspiravam ser livres do racismo e do sexismo. Um discurso⁷ que bem ilustra esse

⁷ E continua sendo uma das mais citadas palavras de ordem do movimento de mulheres do século XIX.

momento da história foi feito pela ativista negra Sojourner Truth em uma convenção de mulheres em Ohio, nos Estados Unidos, em 1851.

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou uma mulher? (TRUTH, 1851 *apud* DAVIS, 2016, p. 71).

Davis (2016) explica que esse discurso de Sojourner Truth estabeleceu um espírito de luta militante para o movimento de mulheres em geral. “Sojourner Truth era negra - uma escrava -, mas não era menos mulher do qualquer uma de suas irmãs brancas” (DAVIS, 2016, p. 73). E, como mulher negra, sua reivindicação por direitos iguais não era menos legítima do que a das mulheres brancas (DAVIS, 2016, p. 73).

1.2 Feminismo em ondas e Estudos de gênero

As duas tendências (sufragista e socialista) dominaram o feminismo internacional por mais de um século, passando por momentos de grande efervescência (COSTA; SARDENBERG, 2008), como a luta pelo sufrágio. A luta sufragista, embora tenha acontecido em épocas diferentes para cada país, ficou conhecida como a primeira onda do feminismo e apresentou como bandeira de luta a busca pela igualdade entre homens e mulheres. Nesse momento histórico, o objetivo maior a ser alcançado era a conquista de direitos civis e políticos, por meio da afirmação da mulher como sujeito de direitos⁸. Somente a partir dessa época se começou a pensar a situação política das mulheres como uma exclusão. Tal como apontam Joan Scott (2002) e Michelle Perrot (2005), a cidadania política feminina viu-se relegada a um patamar difícil de ser contestado, uma vez que o conceito se viu atrelado a uma diferenciação sexual e a exclusão foi baseada exclusivamente no quesito “sexo”.

No entanto, assim como aconteceu na Inglaterra, Estados Unidos, entre outros, o movimento sufragista no Brasil representou uma conquista das mulheres de classe alta e média e não identificava a maioria da população feminina, formada por mulheres pobres, sem acesso à educação básica, e que, não se sentiam reconhecidas por esse movimento. A luta pelo sufrágio nasceu baseada em uma lógica universalista e na busca pela efetivação da igualdade, essa, no entanto, é o que a pesquisadora Ceila Sales de Almeida (2016, p. 25) chama de “uma igualdade

⁸ O reconhecimento jurídico permite a efetivação do status de cidadão, e a privação do mesmo viola o autorrespeito. (HONNETH, 2003, p.193)

meramente formal, recortada por critérios de classe e raça, que não contemplavam a mulher em sua diversidade e não reconhecia a mulher negra como destinatária da cidadania plena”. Com relação às mulheres brasileiras, Ceila acrescenta que para que todas as classes tivessem efetivamente direito ao voto era necessário mais do que a aprovação jurídica do direito ao sufrágio, “era necessário a conquista de um conjunto de direitos aptos a permitir o exercício real da cidadania” (ALMEIDA, 2016, p. 26).

Esse movimento pelo sufrágio feminino exige estudar a obra *Mulheres, Raça e Classe*, de Angela Davis (2016), principalmente no que diz respeito à análise da autora sobre os discursos pautados na ideologia de supremacia que é utilizado pelas sufragistas brancas. Nos Estados Unidos, o racismo operava de forma tão profunda dentro do movimento sufragista que “as portas nunca se abriram de fato às mulheres negras” (DAVIS, 2016, p. 149). Segundo Davis (2016), líderes desse movimento não conseguiram perceber que tanto as mulheres da classe trabalhadora quanto as mulheres negras estavam fundamentalmente unidas pela exploração de classe e pela opressão racista. A autora enfatiza que embora o comportamento sexista dos homens precisasse ser contestado, o inimigo comum era o patrão, “ou quem quer que fosse responsável pelos salários miseráveis, pelas insuportáveis condições de trabalho e pela discriminação racista e sexista no trabalho” (DAVIS, 2016, p. 148).

Compreendendo que as mulheres negras sofreram com a segregação racial dentro do movimento sufragista feminino, Angela Davis (2016) situa em sua obra o critério de “mulher”. A autora escreve que nem toda mulher parecia estar qualificada e que mulheres negras eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino. É perceptível, de acordo com o posicionamento de Angela Davis, a ideia de “mulher” que era disseminada pelas feministas brancas - a parte privilegiada. Conforme Davis (2016, p. 148), se construiu uma ideia de mulher sem considerar a interseccionalidade entre as questões postas, e portanto, este não pode ser o discurso que se use para a causa das mulheres. Mas ainda assim, as mulheres negras apoiaram a batalha pelo sufrágio até o último minuto (DAVIS, 2016, p. 150).

O direito ao sufrágio no Brasil foi conquistado em 1932, com a promulgação do Novo Código Eleitoral brasileiro, pelo novo governo de Getúlio Vargas, implantado pela chamada “Revolução de 1930”. No início da década de 1930 em diante, os termos "papel sexual", "papel masculino" e "papel feminino" se propagaram rapidamente. Adriana Piscitelli (2009, p. 128) resgata que a antropologia foi uma disciplina central nas elaborações sobre a diferença sexual que trabalharam com a teoria dos papéis sexuais, tendo a antropóloga estadunidense Margaret Mead como uma das mais importantes autoras nessa área. Mead afirmava em suas pesquisas que a diferença sexual como argumento na constituição dos papéis sociais não eram fixas de

uma sociedade para a outra, logo, não era algo inato, natural, mas cultural e, portanto, aprendidos ao longo da vida:

Mead fez uma pesquisa comparativa entre três sociedades tribais da Nova Guiné, publicada no livro *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*. Seu objetivo era observar como as atitudes sociais se relacionavam com as diferenças sexuais. Com base nos resultados da pesquisa, a autora afirmou que a crença - compartilhada na sociedade estadunidense da época - de que haveria um temperamento inato, ligado ao sexo, não era universal. A sociedade dos Estados Unidos da sua época (e até hoje, no senso comum), pressupunha que as mulheres fossem mais dóceis e afetivas, como uma decorrência da maternidade, e que os homens fossem mais dominadores e agressivos. Essa diferença era vista como natural, como se resultasse das diferenças nos corpos masculinos e femininos. Mead, ao contrário, foi pioneira ao mostrar que esses traços de caráter são aprendidos desde que uma criança nasce. (PISCITELLI, 2009, p. 128).

Essa obra de Margaret Mead resultou em diversos novos estudos sobre a diferença sexual, não sendo determinante para a constituição do gênero. De acordo com Piscitelli (2009, p. 130), tal perspectiva nos permite “contestar pressupostos biológicos sobre os comportamentos de homens e mulheres, ao afirmar que as atitudes de uns e outras são diferentes porque respondem a diferentes expectativas sociais”. Entretanto, é importante lembrar que nessa abordagem de Mead, apesar da relevância para a época, as relações entre os sexos eram analisadas sem considerar as desigualdades, as relações diferenciadas de poder entre homens e mulheres. “Essa produção não demonstrava interesse em destacar nem compreender os fatores que contribuem para situar as mulheres em posições inferiores” (PISCITELLI, 2009, p. 130).

Nos anos de 1940, mais especificamente em 1949, uma outra obra, agora escrita na França, sacudiu a poeira dos meios intelectuais e repercutiu de forma decisiva nos movimentos feministas de todos os países - isto não significa que tenha tido igual penetração em todas as nações. O trabalho de Simone de Beauvoir em seu livro *O Segundo Sexo* é lido e utilizado nos estudos feministas e de gênero até os dias de hoje. Nesta obra, Beauvoir, convencida de que para eliminar a dominação masculina era necessário muito mais do que reformas nas leis e direitos civis, considerava que o mais importante a enfrentar seriam os aspectos sociais e do âmbito privado e familiar que situavam a mulher em um lugar inferior. Adriana Piscitelli (2009, p. 132) ao escrever sobre os pensamentos da autora, comenta que ela afirmava só ser possível tirar esse lugar que a mulher está se se combater o conjunto de elementos que impediam que elas fossem realmente autônomas:

[...] a educação que preparava as meninas para agradar aos homens, para o casamento e a maternidade; o caráter opressivo do casamento para as mulheres, uma vez que, em vez de ser realizado por verdadeiro amor, era uma obrigação para se obter proteção e

um lugar na sociedade; o fato de a maternidade não ser livre, no sentido de que não existia um controle adequado da fertilidade que permitisse às mulheres escolherem se desejavam ou não ser mães; a vigência de um duplo padrão de moralidade sexual, isto é, de normas diferenciadas que permitiam muito maior liberdade sexual aos homens; e, finalmente, a falta de trabalhos e profissões dignas e bem remuneradas que dessem oportunidade às mulheres de ter real independência econômica. (PISCITELLI, 2009, p.132).

Os argumentos formulados por Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo* provocaram reações contrárias bem fortes na época de publicação, e deu lugar a uma das frases mais citadas pelas feministas em diferentes momentos: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto [...]” (BEAUVOIR, 2009, p. 11). A expressão causou impacto e ganhou o mundo. Mulheres das mais diferentes posições, militantes e estudiosas passaram a repeti-la para indicar que seu modo de ser e de estar no mundo não resultava de um ato único, inaugural, mas que, em vez disso, constituía-se numa construção (LOURO, 2008, p. 17). Entretanto, Heleieth Saffioti (1999, p. 158) observa que Beauvoir é, frequentemente, criticada por ter pretendido estudar “a mulher” e não “mulheres”, referindo-se de forma universal. Este, entretanto, era o padrão da época. Conforme Saffioti (1999, p.160), o livro “certamente não teria tido o alcance que teve se não se referisse ao universal MULHER”. Beauvoir introduz em seu livro o conceito inicial de gênero que viria a impulsionar o movimento feminista do final dos anos 1960 e 1970.

A escritora e historiadora Joana Maria Pedro (2005, p.7) indica que podemos então dizer que a segunda onda feminista foi dividida em duas fases. A primeira estaria vinculada ao pensamento de Simone de Beauvoir e seria uma ideologia sobre “igualdade”, e a segunda fase estaria vinculada a ideologia “diferencialista” da principal precursora, Betty Friedan, que publica, no final da década de 60, o livro *A Mística Feminina*. Esta obra de Friedan se trata de uma série de depoimentos de mulheres de classe média dos Estados Unidos que correspondem ao ideal da “rainha do lar”. Pedro (2005, p. 8) aponta que a principal diferença entre a primeira e a segunda fase da segunda onda do movimento feminista está na reivindicação: as “igualitaristas” reivindicavam que as mulheres participassem em igualdade com os homens na esfera pública, as “diferencialistas” preconizavam a “feminização do mundo” e defendiam que as mulheres “deveriam recolocar sua diferença como de igual valor com a diferença dos homens”.

Portanto, é a partir de 1960, nos países da Europa e nos Estados Unidos, que o movimento feminista surge com toda a força. Em relação a esta época, Céli Pinto (2010, p. 16) escreve que o feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para

a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, “por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo”. Enquanto no Brasil, o que tínhamos era um momento de “repressão total da luta política legal, obrigando os grupos de esquerda a irem para a clandestinidade e partirem para a guerrilha” (PINTO, 2010, p. 16). Com o golpe militar em 1964, as condições que o país vivia na época eram bastante limitadas. Céli Pinto (2010, p. 17) sintetiza que o regime militar brasileiro via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, “por entendê-las como política e moralmente perigosas”. Como recorda a pesquisadora Mariza Côrrea (2011, p. 14) haviam duras repressões às lutas da esquerda durante a ditadura brasileira, sendo a Igreja a única instituição que se manteve na íntegra legalmente - além de duas versões do Partido Comunista. E foi “a partir de pequenas lutas encorajadas e apoiadas por ambos que os movimentos sociais começaram a se articular”, (CORRÊA, 2011, p.14).

A Teologia da Libertação, conforme apresenta Zirbel (2007, p. 42), foi fundamental no enfrentamento à ditadura militar, denunciando seus crimes, exigindo seu fim e o restabelecimento da democracia. Diante da luta contra o regime, os setores progressistas da Igreja católica, grupos de esquerda, movimentos populares e mulheres militaram conjuntamente. Mas, a circulação de feministas entre os grupos de mulheres ligados à igreja católica levou, muitas vezes, a um confronto com a Igreja. Contudo, Zirbel (2007, p. 40) ressalta que frente ao contexto vigente na época, “uma política de alianças entre o feminismo (que enfatizava os problemas de hierarquia e opressão das mulheres pelos homens), grupos de esquerda e os setores progressistas da Igreja Católica, acabou predominando”.

Nesse período, a presença de mulheres na universidade e no mercado de trabalho, deram início às primeiras pesquisas sobre a condição feminina no país. Dentre elas, destacam-se o trabalho pioneiro de Heleieth Saffioti de investigação sobre as operárias da indústria têxtil e professoras primárias realizado no ano de 1962 (SAFFIOTI, 1987, p. 121). É também nesse momento que o feminismo brasileiro contou com um expressivo grupo de acadêmicas, “a tal ponto que algumas versões de sua história consideram que o feminismo apareceu primeiro na academia e, só mais tarde, teria se disseminado entre mulheres com outras inserções sociais” (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 9). Com a possibilidade de estudar as ideias que já circulavam internacionalmente, Heilborn e Sorj (1999, p.9) complementam que as acadêmicas no Brasil conseguiram receber, elaborar e disseminar “as novas questões que o feminismo colocara já no final da década de sessenta nos países capitalistas avançados”.

Assim, como caracteriza Ilze Zirbel (2007), os Estudos Feministas se originam paralelamente à militância. “Esse ingresso de feministas no mundo acadêmico propiciou a formação de grupos de pesquisadoras dedicadas à elaboração de teorias sobre os temas percebidos durante a prática no movimento” (ZIRBEL, 2007, p.). Até a década de 1970, os trabalhos com este viés ainda eram classificados como “estudos de mulheres”. Cláudia Pons Cardoso (2012), em sua tese intitulada *OUTRAS FALAS: Feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras* identifica que a história das mulheres surge no contexto de efervescência do feminismo e de sua ação política de visibilizar os estudos feministas em várias áreas de conhecimento.

A categoria análica nos estudos usada na época era “mulher”, em contraposição à palavra “homem”, considerada universal, ou seja, “quando se queria dizer que as pessoas são curiosas, por exemplo, dizia-se de forma genérica o homem é curioso” (PEDRO, 2005, p. 80). Mas o uso do termo “mulher” recebeu muitas críticas, principalmente nos Estados Unidos, a partir do questionamento trazido pelas mulheres negras, indígenas, pobres e trabalhadoras, muitas delas feministas, “que não se viam incluídas nas reivindicações do movimento, voltado para as mulheres brancas de classe média” (PEDRO, 2005, p. 81). Diante disso, Joana Maria Pedro (2005, p. 81) resgata o contexto de que as sociedades possuem as mais diversas formas de opressão, e “o fato de ser uma mulher não a torna igual a todas as demais”. Então, a partir dessas reivindicações, a categoria “mulher” passou para a categoria “mulheres”, considerando assim as múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença.

Nessa mudança de enfoque de “mulher” para “mulheres” nos estudos feministas, destacou-se *O Tráfico de mulheres, notas sobre a economia política do sexo (The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex)*, escrito pela antropóloga estadunidense Gayle Rubin no ano de 1975. Rubin utiliza pela primeira vez o termo gênero, afirmando existir um sistema sexo/gênero. No pensamento da autora, a subordinação das mulheres resulta das relações que organizam sexo e gênero em um sistema que transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana (RUBIN, 1975, p. 159). Para Cecília Sardenberg (2004, p. 12) este foi o grande avanço nos estudos feministas, pois “gênero permite-nos abarcar, tanto certas tendências universais em relação ao masculino e feminino, como as especificidades históricas e culturais”. Permite-nos pensar homens e mulheres como construções históricas.

Em entrevista para a filósofa e teórica do feminismo e teoria queer, Judith Butler, Gayle Rubin (RUBIN *apud* BUTLER, 2003, p. 160) declara que entre as preocupações dominantes do feminismo na época, havia muita gente “buscando entender o problema da opressão sobre as mulheres e buscando instrumentos que lhe permitisse analisá-lo de diferentes pontos de

vista” - “Traffic in Women” foi parte desse esforço e aborda esse tipo de problema. As abordagens feministas, refletindo sobre a subordinação das mulheres, foram pioneiras (PISCITELLI, 2003, p. 212) no questionamento à relação direta e naturalizada entre reprodução e gênero, “e um de seus efeitos é confundir sexualidade e gênero”. Em complemento, Piscitelli (2003, p. 212) observa que ao desenvolver a idéia do sistema sexo/gênero, “Gayle Rubin mostra como essa relação entre reprodução e gênero perpassa certos marcos analíticos e como ela se ancora num pressuposto que tende a aparecer de maneira mais velada: o pressuposto da naturalidade da heterossexualidade”.

Rubin destaca o fato de que na teoria de Lévi-Strauss, os sistemas de parentesco sustentariam a criação social de dois gêneros dicotômicos, a partir do sexo biológico, “uma particular divisão sexual do trabalho, provocando a interdependência entre homens e mulheres, e a regulação social da sexualidade, prescrevendo ou reprimindo arranjos divergentes dos heterossexuais” (PISCITELLI, 2003, p. 213). E, segundo Rubin, “gênero, no trabalho de LéviStrauss, não significaria apenas a identificação com um sexo, exigiria também que o desejo sexual seja dirigido ao outro sexo” (PISCITELLI, 2003, p. 214).

A divisão sexual do trabalho criaria homens e mulheres e os criaria heterossexuais. Assim, a supressão do componente homossexual da sexualidade humana e, segundo Rubin, a opressão dos homossexuais, são produtos do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres. (PISCITELLI, 2003, p. 215)

Portanto, entende-se que Rubin (1975) partiu da ideia de que a divisão sexual do trabalho na teoria levistraussiana é um dispositivo para instituir um estado recíproco de dependência entre os sexos. Isso significa, segundo Piscitelli (2003, p. 215), que a organização social do sexo é baseada no gênero, na heterossexualidade compulsória e na imposição de restrições à sexualidade feminina. Gayle Rubin (1975) busca também articular essas reflexões à compreensão dos efeitos das estruturas de gênero na construção das identidades individuais. Piscitelli (2003, p. 216) percebe que para Rubin (1975) um dos conjuntos de processos ou relações mais difíceis de captar, é “como as representações sociais do gênero afetam as construções subjetivas, e como a representação ou auto-representação subjetiva do gênero afeta sua construção social”. E nesse contexto, os estudos feitos a partir da perspectiva gay e lésbica “parecem atualizar o espírito contestador de certas linhas do pensamento feminista em relação à sexualidade” (PISCITELLI, 2003, p. 216).

E sobre esses estudos, novamente destaca-se Gayle Rubin. No início de 1980 a autora publica *Pensando o sexo (Thinking Sex)*, estabelecendo a necessidade da separação analítica entre gênero e sexualidade. Em contraste à perspectiva apresentada em “O Tráfico de

Mulheres”, Rubin (1984) argumenta ser essencial separar gênero e sexo para refletir com mais precisão a separação social existente. Porém, esse era um discurso inverso aos muitos pensamentos feministas contemporâneos, que tratam a sexualidade como uma derivação do gênero. As ferramentas conceituais do feminismo, conforme aponta Rubin (1984) foram desenvolvidas para “detectar e analisar hierarquias baseadas no gênero”. Mas na medida em que os assuntos se tornam menos aqueles do gênero e mais aqueles da sexualidade, “a análise feminista pode direcionar erroneamente e muitas vezes ser irrelevante”. (RUBIN, 1984, p. 50). Argumentando a partir da *História da Sexualidade*, de Michel Foucault (1976), em sua sustentação teórica, Gayle Rubin (1984) critica o entendimento tradicional da sexualidade como ânsia natural da libido para se libertar da coerção social. De acordo com o escrito da autora, Foucault (1976) argumenta que os desejos não são entidades biológicas pré-existentes, mas constituídos no “curso histórico de elementos sociais repressivos específicos ao apontar que novas sexualidades são constantemente produzidas” (RUBIN, 1984, p. 12). Assim, Rubin (1984, p. 40) entende que devido a sexualidade ser um elo entre relações entre os gêneros, “muito da opressão das mulheres é suportada por, mediada através de, e constituída dentro, da sexualidade”.

Nesse marco, o sistema sexo/gênero de Gayle Rubin foi questionado por ser visto como “branco” e imperialista. Nos Estados Unidos, feministas negras criticaram a priorização de gênero em detrimento de outros marcadores sociais. Como visto anteriormente, as mulheres negras, quando escravizadas, não foram constituídas como mulheres do mesmo modo que as brancas. Nesse sistema, só as mulheres brancas foram constituídas como mulheres, no sentido de esposas potenciais, veículos para conduzir o nome da família. (PISCITELLI, 2009, p. 141). Assim, Costa e Ávila (2005, p. 692), inaugura o curso deste caminho, ao examinar e polemizar acerca de outras diferenças existentes entre as mulheres, um caminho, dizem as autoras que, “com a entrada dos debates sobre pós-modernismo e pós-estruturalismo, será marcado pela desestabilização de certezas e pela desintegração de epistemologias”.

Contribuindo com este debate, Joan Scott, professora de Ciências Sociais, historiadora e militante feminista norte-americana, traz novas perspectivas sobre o conceito de gênero. Em *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1986), lançado no Brasil em meados dos anos 1990, Scott torna-se referência aos chamados Estudos de Gênero ao conceituar gênero enquanto uma categoria analítica útil à história e não apenas à história das mulheres. Nas palavras de Scott (1986, p. 17) o termo "gênero" faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, “para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os

homens”. Camilla de Magalhães Gomes (2018, p. 66) destaca que ao se utilizar gênero, destacando o caráter social e construído do gênero, a intenção é a de problematizar a posição da mulher em sociedade - problematizar o “ser mulher”. Assim, o gênero é tomado como pergunta, como categoria que permite colocar em questão os sujeitos – “como sujeitos da cultura, como sujeitos sociais, como sujeitos históricos, como sujeitos políticos e como sujeitos de direitos”, (GOMES, 2018, p. 66).

Entretanto, é preciso considerar que a origem e a elaboração do conceito de gênero enquanto categoria de análise não podem ser contadas dissociadas da trajetória do movimento feminista durante o século XX. O reconhecimento dos “estudos de mulheres” enquanto sujeito de análise e objeto de investigação são fundamentais para a interpretação de “gênero” nas ciências sociais. Guacira Lopes Louro (2003) complementa que a construção do conceito de gênero está intimamente ligada às lutas desenvolvidas pelas feministas através da contestação da ordem social até então vigente. Scott (1986) propõe uma discussão mais ampla, de não somente estudar a questão “feminina”, mas de investigar os desdobramentos que inviabilizaram a mulher no processo de produção do conhecimento histórico. Para a autora, a intenção é de não mais levar em conta o determinismo biológico como o maior responsável pela desigualdade entre os termos como sexo ou diferença sexual entre o masculino e o feminino.

Além disso, o gênero enquanto categoria de análise sugere uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional, não apenas acrescentando novos temas, mas também impondo um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente (SCOTT, 1986). “A falta de explicações sobre a valorização de tudo o que é considerado masculino em relação ao que é relacionado aos atributos do feminino” (COSTA, 2019, p. 32) estavam entre as lacunas a serem preenchidas. Então, alinhada a uma perspectiva pós-estruturalista e seguindo a linha do conceito foucaultiano de poder, Scott cunha então sua definição de gênero, entendido como um “elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (1990, p. 21). Scott (1986) entende que a criação dos discursos de gênero possui influência mútua com o estabelecimento de relações de poder.

[...] em todas essas circunstâncias, os dirigentes emergentes legitimavam a dominação, a força, a autoridade central e o poder soberano identificando-os ao masculino (os inimigos, os —outsiders, os subversivos e a fraqueza eram identificados ao feminino), e traduziam literalmente esse código em leis (proibindo sua participação na vida política, tornando o aborto ilegal, proibindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de vestuário às mulheres) que colocavam as mulheres em seu lugar. Essas ações e a época de sua realização têm pouco sentido em si mesmas. Na maioria dos casos, o Estado não tinha nada de imediato ou nada de material a ganhar com o

controle das mulheres. Essas ações só podem adquirir um sentido se elas são integradas a uma análise da construção e da consolidação do poder. Uma afirmação de controle ou de força tomou a forma de uma política sobre as mulheres. (SCOTT, 1986, p. 25).

A imutabilidade das representações dos gêneros, de forma sempre binária (masculino/feminino), a partir da rejeição ou repressão de outras possibilidades, é uma das características deste processo. “Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres, etc.)” (LOURO, 2003, p. 27). Para Costa (1998), um dos principais ganhos de gênero como um conceito foi a negação epistemológica de qualquer tipo de essência à mulher. Seguindo de acordo com Joan Scott (1986), as transformações nas estruturas que legitimam as desigualdades entre homens e mulheres só poderão acontecer através da desconstrução da oposição homens-mulheres. Nesse sentido, com base na proposta analítica de Scott (1986), seria possível fazer emergir uma nova história que redefiniria novas questões (PISCITELLI, 2008).

“Gênero”, enquanto categoria analítica, tornou-se importante também nos estudos sobre sexo e sexualidade, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (MACHADO, 2014, p. 21). Costa (1998, p. 42) refere que o corpo das mulheres nunca esteve no mesmo patamar de importância do corpo dos homens, “o que o leva a declarar que tudo o que foi dito sobre sexo contém uma noção de gênero”. Adriana Piscitelli (2009) ao escrever *Gênero: a história de um conceito* menciona que nas novas leituras sobre gênero considera-se que essa distinção entre masculino e feminino sustentada ao longo de todo esse tempo não esgota os sentidos do gênero. Não há uma constância da definição do que é masculino, do que é feminino, do que é heterossexual e do que é homossexual. São construções sociais e culturais mutáveis, não determinadas pela fundação biológica ou pelo determinismo cultural.

Ao se pensar na constituição de gênero, a questão da sexualidade, mais do que simplesmente sexo, entra fortemente através das orientações de sexualidade. Assim, permite que o gênero seja e abarque, como observa a filósofa americana Judith Butler (2016), uma proliferação de gêneros, homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e várias outras categorias. No campo atual das conceituações teóricas e dos estudos etnográficos, a questão de gênero implica não só o modo pelo qual “eu/ele” me constituo como estilo feminino, masculino, como “eu/ele” me visto, como “eu/ele” penso etc., mas também implica em determinadas formas de sexualidade que se exercem (MACHADO, 2014, p. 21). Esse poder dos discursos sobre sexo e gênero na construção dos

sujeitos se torna a preocupação dos pesquisadores. Escrevendo sobre temas bastante diversificados, Costa (2018, p. 43) informa que é na década de 1990 que um grupo de teóricos passa a trabalhar sobre a perspectiva *queer*, apoiados na teoria pós-estruturalista francesa, que “tem como foco a ultrapassagem das fronteiras dos binarismos e a denúncia da heteronormatividade”.

Louro descreve:

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também constitui na forma pejorativa com que são designados os homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler (1999), a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homofóbicos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto aqueles a quem é dirigido [...]. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma e ação é muito mais transgressiva e perturbadora (LOURO, 2013, p. 39).

Entre as mais influentes pensadoras desta teoria, está Judith Butler, em sua obra *Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade*, lançada na década de 1990. É nesta crítica radical, de acordo com Costa (2018), que Butler percorre as questões de gênero, dos corpos, do sujeito e das identidades. No pensamento de Judith Butler (2016, p. 27), se o caráter imutável do sexo é contestável, “talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula”. Para a autora, tanto o sexo como o gênero são atos normativos afirmados pela repetição de valores heterossexuais, os quais são considerados como normais e apropriados. Butler (2016, p. 28) afirma que a heterossexualidade tornou-se um modelo normativo de definição do sexo e do gênero, o que ela denomina como heterossexualidade compulsória.

De acordo com Butler, (2016, p. 23) certos tipos de ‘identidade de gênero’ “parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformaram às normas da inteligibilidade cultural”. Assim, um dos efeitos da matriz de inteligibilidade heteronormativa é a produção de matrizes rivais de gênero tidas como incoerentes, como lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, por exemplo. Seguindo essa problemática, Butler faz uma crítica sobre as categorias identitárias de gênero que lutam pela reconstrução da categoria das mulheres. A autora reitera que a crítica feminista também deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, “o sujeito do feminino, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação” (BUTLER, 2016, p. 19). Nessa ordem de ideias, ao situarmos o gênero como norma, em vez de construção

social, novas reflexões são entendidas a outras relações sociais de produção de significados e categorização da feminilidade e masculinidade. Portanto, há disputas conceituais em termos da categoria gênero que estão longe de serem resolvidas e que irão influenciar nas discussões deste trabalho mais à frente.

Fica evidente, ao longo de toda a história das mulheres e dos movimentos feministas da primeira e segunda onda, que se tratam de demandas que atendem majoritariamente mulheres brancas e burguesas, aprisionadas em uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão, além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade (CARNEIRO, 2003, p. 118). Diante disso, Sueli Carneiro (2011) aponta para a necessidade de se "enegrecer" o feminismo, levando em conta que as sociedades são construídas em bases multirraciais, pluriculturais e ainda assim racistas. A autora chama a atenção para o racismo e como este influencia as relações de gênero dado que este tem papel decisivo na construção da hierarquia de gênero em nossa sociedade.

Cláudia Pons Cardoso (2012, p. 36) pressupõe que, para as feministas negras, as resistências e enfrentamentos ao poder instituído, as atitudes e comportamentos de insubordinação são percebidos “como exemplos de inspiração para uma práxis feminista negra, que a história das mulheres negras brasileiras contra as relações patriarcais constitui a genealogia de um pensamento feminista negro”. Sueli Carneiro (2003, p. 119), escreve que “a consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero”, conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres.

O feminismo negro ganha força primeiramente nos Estados Unidos, no início da década de 1960. É a partir desse movimento que surgem várias autoras negras, algumas importantes ativistas e pesquisadoras afro-americanas, que buscam dar visibilidade para a situação das mulheres negras em uma sociedade altamente racista e sexista como a norte-americana. Entre elas, podemos citar Audre Lorde, bell hooks, Ângela Davis, Patrícia Collins, Kimberlé Crenshaw, além de Ida Wells e Sojourner Truth, com inspirações na interseção das lutas abolicionistas e sufragistas. As feministas negras norte-americanas, em sua maioria, trouxeram a urgência de se discutir e articular gênero e raça dentro dos estudos feministas e de gênero, entendendo que as formas de opressão atuam de maneiras diferentes sobre as mulheres dentro de suas especificidades.

Essas mulheres, precursoras e principais expoentes dos estudos sobre a questão racial, estabeleceram a interseccionalidade das categorias sociais de raça, gênero e classe, como um elemento fundamental que diferencia as trajetórias das mulheres. Essa abordagem se reproduz na produção de intelectuais negras brasileiras, como Lélia Gonzalez (a precursora no Brasil), Sueli Carneiro e Luíza Bairros, entre outras ativistas. E a partir desse ponto de vista, é possível afirmar que o principal eixo articulador do feminismo negro seria o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, como contextualiza Sueli Carneiro:

Portanto, para nós se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não “pode ser separada de outros eixos de opressão” e que não “é possível em uma única análise”. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão. (CARNEIRO, 2013, p. 2).

É partir dessa revisão crítica teórica dos estudos feministas e de gênero até então vigentes que Kimberle Crenshaw (1989) elabora um conceito fundamental nas análises do feminismo negro: a interseccionalidade. Ela usou este termo pela primeira vez numa pesquisa em 1989 sobre as violências vividas pelas mulheres negras da classe trabalhadora nos Estados Unidos, buscando unificar as categorias de opressão para uma análise mais completa. A pesquisadora colombiana Maria Elvira Díaz-Benítez (2020), ao escrever sobre a elaboração do conceito de interseccionalidade, discute novas possibilidades de um feminismo interseccional, pensando a partir das diferenças que não se orienta por um feminismo branco, heterossexual e esvaziado de classe. O conceito de interseccionalidade é uma contribuição fundamental do feminismo negro para a realização de pesquisas feministas e de gênero. Cardoso (2012, p. 69) entende que a interseccionalidade permite o exame minucioso das realidades sociais, expondo os processos que criam vulnerabilidades e exclusões às mulheres negras em situações específicas, “e a compreensão de que a opressão é experimentada a partir de um lugar configurado pela forma como gênero, raça, classe e sexualidade se entrecruzam, em diferentes pontos.

Com o decorrer do tempo e a percepção de que gênero, raça e classe ainda não abrangiam todas as questões e possibilidades de opressão sobre as mulheres, autoras lésbicas, como Audre Lorde, foram criando caminhos para que as discussões interseccionais fossem abrindo-se para a sexualidade. Lorde escreve:

Sermos mulheres juntas não era o suficiente. Éramos diferentes. Sermos garotas gays juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Sermos negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Sermos mulheres negras juntas não era suficiente. Éramos

diferentes. Sermos sapatas negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Levou um tempo para percebermos que nosso lugar era não a segurança de uma diferença em particular, mas a própria casa da diferença (LORDE, 1994, p. 226).

Por sua vez, os estudos *queer* citados no tópico acima, contribuem para a compreensão da interseccionalidade ao tratar das diferenças de corpo, de gênero e de sexualidade, evidenciando a relação entre as diversas formas de opressão (MISKOLCI, 2007) sendo a homofobia uma delas. Esse perpasso contextual histórico foi fundamental para a construção da interseccionalidade como campo teórico que busca relacionar gênero, raça e sexualidade. A proposta ao trabalhar com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo, para dar cabida às interações entre possíveis diferenças em contextos específicos (PISCITELLI, 2008, p. 266).

E dentro desse contexto de se construir um pensamento crítico a partir da interseccionalidade, o feminismo negro na América Latina articula o conceito de feminismo decolonial. Mais do que falar de interseccionalidades de raça, classe e gênero, o feminismo decolonial trabalha essas categorias como imbricadas e atuando em conjunto. No Brasil, a apropriação do conceito de decolonial e o desenvolvimento de um feminismo condizente com esses propósitos surge a partir dos estudos de Lélia Gonzalez (2020) ao propor um feminismo afro-latino-americano. A autora, pioneira no trabalho acadêmico acerca do feminismo negro no Brasil em 1980, tem sua obra marcada por duras críticas dirigidas ao mito da democracia racial e à ideologia do branqueamento que contribuíram para a invisibilidade da situação da mulher negra.

O conceito de feminismo decolonial se apresenta potente nos estudos decoloniais de Quijano (2005) e na perspectiva do que Lugones (2008) vai chamar de ‘sistema moderno-colonial de gênero’, permeado pela colonialidade do poder que violentamente inferiorizam as mulheres colonizadas. Lugones trata a colonialidade de gênero como uma análise da opressão às mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização e exploração capitalista (LUGONES, 2014, p. 941). No marco da decolonialidade, Camilla de Magalhães Gomes (2018, p. 67) reitera que o desfazimento da binariedade humanos/não-humanos “se torna essencial e corpo, sexo, gênero e raça são categorias fundamentais para realizar esse procedimento e para, inclusive, ler como atribuímos sentido a homem e mulher não apenas dentro do sistema sexo/gênero”, mas em um sistema de colonialidade que articula os três marcadores para dar diferentes sentidos aos corpos que categoriza. É por isso que usar o

gênero como categoria de análise em um trabalho brasileiro e latino-americano precisa se transformar em usar o gênero como categoria de análise decolonial: mais do que falar de interseccionalidade de raça, classe e gênero, de analisar como essas categorias de opressão funcionam criando experiências diferentes, “trata-se de analisar como essas categorias juntas trabalhando em redes, são ao mesmo tempo causa e efeito d(n)a criação dos conceitos umas das outras.” (GOMES, 2018, p. 68). Isso significa dizer que a forma como compreendemos o gênero depende de como compreendemos a raça e a classe, e o contrário igualmente.

1.3 Gênero no campo futebolístico brasileiro

Os estudos de gênero nos mostram como as diferenças entre os sexos, estabelecidas de maneira hierárquica, são construídas historicamente e como as noções de masculino e feminino são igualmente históricas. Como visto acima, durante a história, alguns comportamentos foram definidos pela cultura como sendo pertencentes a um ou outro sexo e esta visão está baseada numa identidade binária, formando uma identidade do “ser mulher” e o “ser homem”. Dentro desse contexto, existe uma perspectiva normativa em relação ao que possa ser considerado como masculinidade tradicional, assim como existem diferentes abordagens sobre o que é considerado fora dos padrões de feminilidade. As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas e promovidas socialmente de modo heterogêneo e desigual, já que os padrões normativos tendem a ser reiterados pelas diferentes instituições sociais, família, escola, religião etc.

Em relação ao futebol no Brasil, as questões sobre gênero e corpo também sofrem influências desses dispositivos de poder. O mundo dos esportes, assim como ocorre na sociedade em geral, é tomado por estereótipos culturalmente e socialmente demarcadas que caracterizam certos padrões de gênero para quem os pratica. Soraya Barreto Januário (2022, p. 330) escreve que algumas modalidades esportivas, como é o caso do futebol, “carregam ideias preconcebidas em sua gênese que distingue esportes para homens e esportes para mulheres”. De acordo com a antropóloga Carmen Rial (2013), a própria concepção do futebol brasileiro carrega, historicamente, uma hierarquização que valoriza elementos associados à masculinidade hegemônica e heteronormativa.

Soraya Barreto Januário (2022, p. 330) escreve que algumas modalidades esportivas, como é o caso do futebol, “carregam ideias preconcebidas em sua gênese que distingue esportes para homens e esportes para mulheres”. De acordo com a antropóloga Carmen Rial (2013), a própria concepção do futebol brasileiro carrega, historicamente, uma hierarquização que valoriza elementos associados à masculinidade hegemônica e heteronormativa. A antropóloga

Simoni Lahud Guedes foi a responsável por introduzir a reflexão sobre o lugar da mulher no futebol brasileiro e escreveu, em seu texto intitulado “Subúrbio: Celeiro de Craques”, sobre o distanciamento socialmente estabelecido entre mulheres e futebol. Ela entende que as mulheres estariam colocadas à margem desse universo futebolístico uma vez que, supostamente “não gostam” e, logo, “não entendem” a modalidade.

Gostar de futebol" pressupõe "entender de futebol", o que só é conseguido através da prática do jogo. Isso delimita claramente essa área como masculina porque, além de outras razões, as mulheres não podem realmente "gostar de futebol", já que a prática do futebol feminino é, pelo menos, incomum (GUEDES, 1982, p. 62).

Flora Morena Maria Martini Araujo e Fernanda Ribeiro Haag (2022, p. 423) acrescentam que se para os homens esse espaço futebolístico foi algo dado, “faz parte dos territórios comuns às suas sociabilidades e até mesmo da sua construção enquanto sujeitos”, para as mulheres foi e ainda é mais um local onde precisam travar lutas para conseguirem estar presentes, construir esse direito de estar ali. No que diz respeito ao futebol praticado por mulheres, considerado um território permeado por ambiguidades, algumas representações relacionadas aos corpos das mulheres foram colocadas em tensão, evidenciando ser o esporte um espaço generificado e generificador (GOELLNER, 2018).

As mulheres foram historicamente impedidas de compartilhar a linguagem do futebol com os homens e as estruturas apresentadas na trajetória das jogadoras, sedimentadas no âmbito de uma cultura patriarcal e sexista, promoveram o distanciamento das mulheres no universo do futebol, pelo menos de forma oficial (BARRETO JANUÁRIO; KNIJNIK, 2022, p. 438). Com a intenção do Estado de controlar o corpo das mulheres, numa ideia foucaultiana de biopoder, o desequilíbrio das relações estabelecidas entre os sexos em todo o contexto futebolístico brasileiro está implicado diretamente por uma questão de gênero. Para uma sociedade conservadora, católica e de herança escravocrata como a brasileira durante a primeira metade do século XX, o futebol de mulheres representava um “desvio de conduta” inadmissível aos olhos do Estado Novo e da sociedade brasileira do período.

A proibição do futebol de mulheres por um decreto de lei que durou quase quarenta anos no Brasil trouxe reflexos que se apresentam até hoje na prática do esporte. ⁹ E, por mais que atividades físicas fossem recomendadas a elas, a intenção era de melhor prepará-las para a condução de uma boa maternidade, visto que na época o corpo feminino era tido como um bem social para gerar frutos e garantir o futuro da nação. Não eram quaisquer exercícios que caracterizava-se como delas. Enquanto o futebol dos homens foi se popularizando no país, para

⁹ A presente pesquisa resgata os detalhes dessa trajetória nos capítulos seguintes.

as mulheres coube apenas o papel de serem boas mães, boas esposas. No que tange às mulheres, a preocupação, as recomendações e a educação dos seus corpos compunham um objetivo explícito: a maternidade. Ginástica, dança e natação estavam entre as atividades consideradas adequadas à biologia feminina, visando, desse modo, “à conservação das formas corporais em conformidade com a normatividade de gênero, a suavidade dos gestos e o condicionamento físico com vistas à manutenção e à promoção da saúde das futuras mães” (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2016, p. 303).

Nathália Fernandes Pessanha (2022, p. 243) apresenta que os argumentos contrários à prática do futebol por mulheres iam ao encontro de “discursos médicos e higienistas que, com a justificativa de preservação do físico da mulher, acabavam por cercear o corpo feminino e impedi-lo de praticar aqueles esportes considerados incompatíveis com o ‘sexo frágil’”. De acordo com as pesquisas de Soraya Barreto Januário (2015), a ideia de conquistas e sucesso está habitualmente associada à velocidade, agilidade, força e resistência e, por conseguinte, ao homem - componentes dominantes na prática do futebol que supostamente acreditava-se que a mulher não tinha. “A mulher ficou enquadrada em marcas como a graça, a leveza ou a beleza” (BARRETO JANUÁRIO, 2015, p. 9). Reforçando também, concepções normatizadas de feminilidade, em geral, associadas à maternidade e à beleza feminina e, para as quais, esportes considerados como “violentos” deveriam passar ao largo das experiências de socialização das mulheres.

Para além dos supostos danos físicos que o esporte poderia causar, - o qual se ancorava nas premissas biologizantes para afastar as mulheres e seus corpos dos espaços desportivos -, Silvana Goellner (2005, p. 9) aponta que havia o receio de que a prática pudesse masculinizar as mulheres, sobretudo, em relação à aparência, o que soava como uma afronta ao imaginário social da mulher “bela, maternal e feminina”. O receio à masculinização sobre mulheres jogando futebol direciona-se, não apenas para as modificações de seu caráter, mas, sobretudo, para a sua aparência. “Afinal, julgava-se/ julga-se o quão feminina é uma mulher pela exterioridade do seu corpo” (GOELLNER, 2005, p. 9). Barreto Januário (2015, p. 14) traz conceitos discursivos da época: “os argumentos biológicos, sobre a masculinização e a suposta falta de atributos como: agressividade, competitividade e força também se tornaram uma barreira para a inserção da mulher no esporte”.

E se para as mulheres do início do século XX a beleza era vista como sinônimo de saúde e também de um aparelho reprodutor adequado para cumprir suas funções reprodutivas, Silvana Goellner (2005) afirma que a partir da década de 80, esse discurso será incorporado de outro: o da erotização de seus corpos. Assim, estádios, ginásios, academias são

identificados como locais sociais a espetacularizar os corpos das mulheres “ressaltando alguns atributos designados como característicos de seu sexo: a graciosidade, a beleza e, sobretudo, a sensualidade” (GOELLNER, 2005, p. 147). O fim do decreto que proibia às mulheres de jogar futebol acontece nesse mesmo período e, diante disso, Nathália Fernandes Pessanha relata que esse estereótipo de erotização se impôs sobre as jogadoras, exigindo delas que um padrão de beleza fosse cumprido. “O cabelo curto ou o corpo musculoso, questionava os estereótipos de gênero e fazia dessa jogadora o oposto do ideal de feminilidade desejado”, (PESSANHA, 2022, p. 255).

O apelo à beleza das jogadoras e a erotização de seus corpos tem como um dos pilares de sustentação o argumento de que, se as moças forem atraente, atrairão público aos estádios e, portanto, ampliarão os recursos captados com os jogos, propagandas, produtos e serviços a girar em torno da modalidade. Atrairão, sobretudo, patrocinadores, cuja ausência é comumente apontada pela mídia esportiva como um dos grandes problemas do futebol feminino no Brasil. (GOELLNER, 2005, p. 148).

No Campeonato Paulista de Futebol de 2001, para que as jogadoras pudessem participar, era preciso cumprir algumas condições estéticas. O critério para seleção das atletas era a beleza e não a habilidade física, “pois os dirigentes da FPF¹⁰ prometiam literalmente um campeonato bom e bonito, que unisse o futebol à feminilidade” (KNIJNIK; VASCONCELLOS, 2003, p. 4). Atletas de cabelos raspados foram barradas – a preferência era por moças de cabelos compridos. Ainda segundo Jorge Dorfman Knijnik e Esdras Guerreiro Vasconcellos (2003), a divulgação para os testes estampava uma famosa modelo usando uniformes esportivos e convocando moças de 17 a 23 anos de idade. “As atletas não poderiam ter mais de 23 anos para jogarem, provavelmente pelo fato das imagens das mais novas serem mais facilmente erotizáveis na mídia em geral” (KNIJNIK; VASCONCELLOS, 2003, p. 4).

Em um estudo publicado por Jorge Knijnik em 2007, o autor constatou que as atletas eram apresentadas como símbolos sexuais, com trajes sensuais e papel de esposas ou mães. Eram valorizados nestas jogadoras os atributos referentes à feminilidade; ou seja: unhas, cabelos e roupas justas. Essa objetificação sexualizada da imagem das atletas é tema de amplos questionamentos envolvendo a área da comunicação, isso porque a mídia esportiva ajudou a construir e reforçar essa narrativa, ao espetacularizar o corpo feminino, dando mais valor aos aparatos físicos e comportamento das atletas do que para as suas habilidades como

¹⁰ Federação Paulista de Futebol.

jogadoras do respectivo esporte. A revista *Placar*, objeto de estudo dessa pesquisa, está intrinsecamente ligada a esse cenário - e é o que vamos apresentar e discutir no próximo capítulo.

Mulheres negras, porém, raramente são sexualizadas nesse cenário. Mariane da Silva Pisani (2018, p. 167) pontua que “fala-se da mulher enquanto categoria essencializada, ou seja, não se pensa com especificidade no lugar da mulher negra dentro do ambiente esportivo”. É preciso recorrer aos registros de algumas competições, como, por exemplo, os Jogos Olímpicos, para se ter uma ideia, mesmo que superficial, da trajetória de mulheres negras no esporte brasileiro. Ainda de acordo com a antropóloga, classe e raça precisam ser pensadas em articulação quando se escreve sobre futebol brasileiro, na medida em que os significados que o futebol imprime na vida de uma jogadora varia e se diferencia de acordo com a sua origem social e a cor de sua pele. “As mulheres negras futebolistas são geralmente identificadas na chave da bestialização: feras, perigosas, macacos que deveriam estar em jaulas” (PISANI, 2018, p. 168).

De forma geral, o futebol de mulheres ainda vive cerceamentos relacionados à sexualidade não normativa de atletas. A heteronormatividade, tão presente e arraigada no meio esportivo, reflete-se na produção e nos modos que às jogadoras exercem suas sexualidades. Mariane da Silva Pisani (2018, p. 192) menciona que a sexualidade lésbica e o corpo masculinizado da mulher jogadora de futebol “sempre foram apresentados como argumentos restritivos à presença delas em campo”. Caroline Almeida (2013) escreve que um esporte construído no Brasil sob uma norma masculina e tendo essas mulheres quebrando essa norma, faz com que tragam consigo essa marca de violentas, masculinizadas e homossexuais. Essa relação que se faz entre futebol e masculinização das mulheres e a representação linear que se cria entre mulheres/beleza/feminilidade devem ser pensadas como pontos cruciais no que se refere à invisibilidade das mulheres no futebol (GOELLNER, 2005).

Dessa forma, Mariane da Silva Pisani (2018, p. 195) conclui que o espaço dos jogos, das imprensas, das organizações reguladoras desse esporte “torna-se lugar de reprodução de violências: sexismo, homofobia e racismo”.

Logo, no senso comum o futebol é compreendido como um lugar socialmente aceito para o ensino dos habitus masculinos. Uma mulher – mesmo que ainda jovem – que adentra um campo de futebol, que participa de torneios, que disputa lugares e posições em igualdade de condições com os homens e ainda demonstra habilidades com a bola causa desconforto, surpresa, estranheza, vira atração, uma vez que sua presença

desconstrói e desloca esse lugar de perpetuação de masculinidades. (PISANI, 2018, p. 195).

O coletivo de mulheres que estamos analisando aqui e muitos outros – ainda que não pertençam à matriz espetacularizada do futebol, que gera uma maior repercussão – “estão exatamente desafiando essa hegemonia masculina no campo esportivo e fazendo gênero de outra perspectiva a partir do esporte” (ARAÚJO; HAAG, 2022, p. 426). A pesquisadora Silvana Goellner (2003) reflete que a participação das mulheres nos esportes é um fenômeno social moderno e recente. Atrelada a essa ideia de cerceamento da ocupação de certos espaços, é possível afirmar que a inserção das mulheres nos esportes está associada à ideia amplamente debatida nas teorias e lutas feministas. Como acrescenta Caroline Almeida (2019, p. 104) torna-se importante salientar que desde o seu processo de “anistia” até hoje, o futebol de mulheres, de certa forma, esteve presente em pautas de discussões dentro de movimentos feministas. De acordo com Goellner, “os feminismos reclamaram às mulheres a sua condição de sujeito no esporte, analisando-o como um espaço político e, conseqüentemente, um lugar de resistência e transformação das relações de gênero” (GOELLNER, 2013, p. 49).

Os amplos protestos feministas suscitados durante e pela Copa de 2019 “revelaram o futebol como um forte locus de contestação da ordem de gênero dentro do mundo esportivo e também fora dele” (KNIJNIK; BARRETO JANUÁRIO, 2022, p. 14). Além de Marta, outras estrelas do espetáculo, como a craque norte-americana Megan Rapinoe, questionaram fortemente a FIFA e o mundo do futebol em sua inação em relação à opressão biopolítica por que passam as futebolistas em diversos níveis. Por meio de entrevistas e de redes sociais, atletas e torcedoras fizeram um grande clamor pelo necessário desmantelamento das barreiras de gênero que ainda impedem meninas e mulheres de alcançar a equidade no futebol. É pertinente lembrar que esse processo não foi natural, muito menos sem luta, persistência e participação das atletas e mulheres envolvidas nos vários âmbitos da cultura futebolística. A luta e denúncia das mulheres partícipes do universo futebolístico obrigaram o Estado, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e demais entidades esportivas a repensarem suas estruturas e práticas.

2. FUTEBOL E FUTEBÓIS* NO BRASIL

*Uso o termo futebóis no sentido adotado por Arlei Damo, que diz respeito às diferentes formas e maneiras de praticar o esporte. Cf. DAMO, Arlei Sander. Senso de Jogo. Revista Esporte e Sociedade, n.1, nov2005/fev2006.

Enquanto o futebol praticado por homens se profissionalizou e se associou à nacionalidade brasileira, o futebol praticados por mulheres foi proibido por decreto no Brasil, promulgado sob os auspícios do Estado Novo, de número 3.199 de abril de 1941, que criava o Conselho Nacional de Desportos (CND) e determinava que caberia ao órgão estabelecer quais os desportos seriam compatíveis – ou não – ao corpo feminino. As mulheres, embora proibidas de praticar o esporte, estavam presentes nas arquibancadas para torcer pelo futebol dos homens. Contudo, a proibição, embora não se estendesse legalmente do campo para as arquibancadas, deixava legados no imaginário da sociedade, que construía a ideia de que o futebol era um esporte relacionado às premissas do que se considerava ser o universo masculino.

Por isso, este capítulo resgata a história do futebol no Brasil no âmbito masculino e feminino, buscando contextualizar a forma com que esse esporte tornou-se sinônimo da identidade nacional e um fenômeno social no país. Em seguida, ancorado pelos estudos da pesquisadora Aira Bonfim, o capítulo descreve como se deu a introdução da prática das mulheres no futebol brasileiro, resgatando a atitude transgressora das futebolistas de permanecer em um espaço que não as aceitava. E por último, no terceiro tópico, será apresentado os grandes feitos do futebol de mulheres pós regulamentação da modalidade até os dias atuais, e também os legados deixados pela proibição que ainda influenciam na presença feminina no campo.

2.1 Futebol brasileiro e suas dimensões simbólicas

Entender o futebol no Brasil é também compreender uma considerável dimensão da formação do país como nação. Nesse contexto, não é possível desassociarmos este fenômeno de um olhar social mais profundo e secular. O futebol tornou-se um significativo eixo temático de análise do social. O esporte, por suas próprias características de entretenimento, lidando com paixões e emoções é um tema que, segundo Viviane Borelli (2002), perpassa interesses, cotidianos, sentimentos, anseios e expectativas de vários campos sociais. “O futebol, em especial, povoa várias dimensões, pois faz parte de nossa constituição cultural, imaginária e simbólica” (BORELLI, 2002, p. 18),

Existem várias teorias defendidas sobre a forma de inserção do futebol no Brasil, entre as quais, três vias de acesso se destacam. Caroline Soares de Almeida (2013, p. 41) identifica

sendo: “o contato entre marinheiros estrangeiros – sobretudo ingleses – e trabalhadores dos portos brasileiros; a criação de clubes por imigrantes; e o regresso de jovens da elite que estudavam na Europa”. A intenção não é descobrir quem foi a primeira, mas sim reconhecer que ambas foram importantes à disseminação do futebol em território nacional e, talvez, simultâneas.

O livro *Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira*, publicado por Roberto DaMatta em 1982, reuniu artigos de quatro cientistas sociais incluindo o próprio DaMatta. A obra é considerada por Ronaldo Helal (2011, p. 5) como o “pontapé inicial” para a formação estrutural dos estudos acadêmicos sobre o futebol no país, “utilizando-se de uma perspectiva ritualística, procurando entender o fenômeno como um drama da sociedade brasileira”. DaMatta abre a coletânea com “*Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro*” e deixa claro logo que vai se utilizar do futebol para entender a sociedade brasileira, ou seja, como um meio para se entender o Brasil e não como um fim em si mesmo: “é parte do meu entendimento que quando eu ganho uma certa compreensão sociológica do futebol praticado no Brasil, aumento simultaneamente minhas possibilidades de melhor interpretar a sociedade brasileira.” (DAMATTA, 1982, p. 21). O autor defende a hipótese do futebol como um “drama da vida social, como um modo privilegiado de situar um conjunto de problemas significativos da sociedade brasileira” e conclui apostando que o futebol seria popular no Brasil “porque ele permite expressar uma série de problemas nacionais, alternando percepção e elaboração intelectual com emoções e sentimentos concretamente sentidos e vividos” (DAMATTA, 1982, p. 40).

Desde que chegou ao país, o futebol passou por um processo de incorporação cultural até se constituir no que chamamos de “paixão nacional”, como se afirmarmos que “o nosso futebol é o melhor do mundo e o Brasil é o lugar onde mais se ama e se entende do assunto” (HELAL, 2011, p. 13). Isso está sintetizado no epíteto “Brasil, país do futebol” que, em períodos de Copas do Mundo, ganha uma dimensão mais intensa. Marcos Guterman (2009), argumenta que foi a descoberta do Brasil como o “país do futebol”, jogando com características próprias e que, com o tempo, “se tornariam indissociáveis da própria definição que o brasileiro faria de si mesmo”. Começou então a formar-se um estereótipo do estilo brasileiro de jogar bola. “Fatores como samba, ginga e jogo de cintura serão incorporados ao estilo de jogo, tornando-se cada vez mais uma tradição nacional” (MOSTARO; HELAL; AMARO, 2015, p. 9).

Ronaldo Helal (2011, p. 13) sintetiza que o “‘país do futebol’ foi uma ‘construção social’ realizada por jornalistas e intelectuais em um momento de consolidação do ‘estado-

nação’, acompanhada por formulações acadêmicas sobre a sociedade”. Foi, de fato, a partir dos anos 1930 que se apresentaram novas formas de conceituar o país.

Se antes, pelas lentes de um acadêmico como Oliveira Vianna, por exemplo, a miscigenação racial era vista como uma explicação para o “atraso” do país, a partir da obra clássica de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, a mistura passa a ser entendida como um valor positivo e força maior da população brasileira. Dentro do projeto nacionalista e integracionista do Estado Novo, esta forma de entender a cultura se consolida no país. Neste sentido, Mário Filho, um dos fundadores do jornalismo esportivo no Brasil, foi fundamental para a utilização do futebol como um meio de se “construir” uma ideia de nação brasileira. (HELAL, 2011, p. 13).

O Negro no Futebol Brasileiro, livro escrito por Mário Filho em 1947, se tornou uma bibliografia obrigatória para quem quer entender a história do futebol no Brasil. O jornalista abordou o lento e doloroso ingresso de negros e mulatos no futebol do Brasil e traçou uma espécie de painel da história da modalidade de uma prática social das classes médias e altas até se transformar num esporte popular. Através do seu “testemunho histórico”, Mário Filho nos ajuda a compreender o cenário esportivo sobre a ótica dos valores sociais da época: um país recém-saído do regime escravocrata, com burguesia interna e proletariado em formação e em meio a uma democracia ainda frágil e incipiente, regida pela elite branca e conservadora do país. Juliana Gonçalves Veras (2019, p. 15) reitera que, assim, relegou-se aos negros o espaço de submissão, “em uma busca de ceifar a ocupação do espaço profissional do futebol para eles”, de modo a impor a situação de exclusão social pela lógica racista. Além disso, os regimentos dos clubes e ligas, responsáveis por gerenciar as atividades desportivas nos estados, explicitavam o teor racista presente nos discursos e práticas da sociedade da época.

Neste sentido, a defesa do amadorismo pode ser entendida também como uma estratégia de restringir o acesso à prática do futebol por camadas populares da sociedade.

Ao abordar o processo de estruturação do futebol paranaense, Capraro et al. (2012) elucida aquele contexto ao afirmar que os legisladores do estatuto da liga estadual, favoráveis ao amadorismo, produziram um dispositivo jurídico que garantisse “prática exclusiva aos jovens da fina-flor paranaense, não permitindo a intromissão de indivíduos cujo perfil fosse indesejado” (CAPRARO et al., 2012, p. 546). A referida lei negava a qualquer negro a condição amadora, tornando-os, portanto, excluídos à prática do futebol no estado. (VIEIRA, 2017, p. 27).

Gilberto Freyre, por sua vez, escreve em sua coluna no *Diário de Pernambuco* do dia 18 de junho de 1938, “Foot-ball mulato”, um artigo que se tornou fundamental para a simbologia do futebol. Neste artigo, Freyre louva a miscigenação racial e afirma que ela funda certo estilo de jogo que seria típico do Brasil, o que tempos depois passou a ser chamado de “futebol-arte”. Gilberto Freyre e Mário Filho foram agentes fundamentais para o sucesso da

“construção” do “país do futebol”. Neste sentido, o “país do futebol” não é uma realidade natural, mas sim “uma construção realizada por agentes – da imprensa, do meio acadêmico e da política – em um determinado momento histórico” (HELAL, 2011, p. 14). A literatura acadêmica e as narrativas jornalísticas nacionais enfatizam a prevalência das equipes masculinas na trajetória e na popularização do futebol nas primeiras décadas do século XX. Esse futebol, masculino – em seus personagens e seus corpos – foi a base para a construção de uma ideia de ‘Brasil’ para o mundo afora (RODRIGUES FILHO, 2003).

As décadas iniciais do século XX marcaram a difusão de esportes, como o futebol, em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, locais que, em aspectos macros, contaram com um significativo crescimento e urbanização nessa época. Após um período de inserção, o futebol popularizou-se rapidamente no país. Ganhou espaço nas fábricas e nas várzeas, transformando o país em um “celeiro” de craques da bola (SANDER, 2004, p. 60). Porém, “torna-se importante salientar que mesmo tendo esse crescimento, o Brasil só entrou mesmo no cenário internacional pós-1950” (ALMEIDA, 2013, p. 41). Neste processo, notamos que o percurso do futebol no Brasil e suas principais transformações, como sua consolidação enquanto evento popular e a profissionalização dos atletas, são constantemente afetados pelo desempenho da Seleção Brasileira nacional em eventos estrangeiros e pelos posicionamentos e opiniões adotados e veiculados pelas mídias. Ferreira Antunes (2004), afirma que nas crônicas esportivas de Mário Filho estava explícito que o brasileiro não conseguia mais separar de seu cotidiano o jogo de que mais gostava, e que era fonte inesgotável de emoções. Sendo assim, como observa Mariane da Silva Pisani (2012), torcer pelo Brasil nos jogos da Seleção era sentir-se parte da nação brasileira e uma atitude patriótica.

Esse cenário do futebol brasileiro chamou a atenção das autoridades do governo federal e o esporte começou a ser cada vez mais uma prioridade nos interesses dos gestores públicos do país, na sua atual Era Vargas. Para Carlos Eduardo Sarmiento (2006), vários aspectos podem ser apontados para explicar essa postura oficial. Em primeiro lugar, o esporte estava relacionado à expressão das massas urbanas. O futebol era fator de mobilização dos brasileiros, principalmente das camadas populares que residiam nos grandes centros urbanos, e por isso se tornava um elemento a ser considerado no complexo sistema de propaganda do governo junto aos cidadãos. Coincidentemente, essa mobilização das massas “começava a corresponder a um eficaz discurso de aproximação entre expressão esportiva e identidade nacional” (SARMENTO, 2006, p. 56).

O governo começou então a acreditar que a representação nacional poderia encontrar no futebol um ambiente para a veiculação de um imaginário sobre o ideal de brasilidade. Uma das

primeiras intervenções de Getúlio Vargas foi a eleição de Luis Aranha, irmão de Oswaldo Aranha, para a presidência da Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Aranha não tinha experiência prévia nos quadros dirigentes da Confederação ou das associações estaduais. Não tem como dissociar que ele chegou ao cargo para viabilizar as ações do governo que pretendia interferir na gestão do desporto nacional. Diante desse conceito de nação associado ao desempenho da seleção nacional de futebol, o governo varguista encontrou a possibilidade de implantar um modelo de gerência que trabalharia de acordo com os interesses do Estado.

Em janeiro de 1939, pelo Decreto-Lei 1.056, criou-se a Comissão Nacional dos Esportes (CNE), composta por cinco membros nomeados por Vargas. Essa composição teria a responsabilidade de elaborar um plano geral para a regulamentação da gestão das atividades esportivas no Brasil. Na época, muitos aceitavam a hipótese de que Getúlio Vargas agia como mais um torcedor da Seleção, mas seu ato também tinha claros objetivos políticos. Ao dizer que o título seria de suma importância para o país, o presidente visualizava não só a chance de elevar o nome do Brasil no exterior, como também de fortalecer sua popularidade. Guilherme Silva Pires de Freitas e Luiz Gonzaga Godoi Trigo (2019, p. 119) acrescentam que o ato de Vargas em encontrar pessoalmente os jogadores, “também passou a ser uma estratégia repetida por outros futuros presidentes que antes de grandes competições esportivas como Copas do Mundo de futebol e Jogos Olímpicos”, recebem os atletas antes da viagem para lhes desejar boa sorte e em caso de vitórias, recepcioná-los como heróis nacionais buscando associar suas imagens aos esportistas.

Dentro de campo a Seleção fazia uma ótima campanha, ganhando jogos e avançando de fases. No Brasil, além dos textos dos jornais impressos, as partidas passaram a ser transmitidas através das emissoras de rádio que promoveram programas de debate e análise pós-jogo. Para que todos os brasileiros pudessem acompanhar a transmissão radiofônica que seria feita da competição, Getúlio Vargas, que considerava o rádio um instrumento fundamental no processo de solidificar a identificação entre a seleção de futebol e a nacionalidade, ordenou que fossem instalados alto-falantes nas praças e locais públicos. Neste momento, a Seleção tornava-se de fato nacional, já que os brasileiros de diversas regiões do país passavam a adotar o futebol e o time brasileiro como algo seu. Algo que lhe pertencia. “Até porque parte das despesas da viagem foi bancada pelos torcedores que compraram selos comemorativos aderindo a ‘Campanha do Selo’, estratégia promovida pela CBD que tinha como lema ‘ajudar o scratch é dever de todo o brasileiro’” (FREITAS; TRIGO, 2019, p. 120).

Sediar a Copa do Mundo de 1950 representou muito mais do que sediar um grande evento esportivo. De acordo com Freitas e Trigo (2019, p. 120), para o governo, que tinha o

militar Eurico Gaspar Dutra como presidente, “era um momento propício para uma afirmação nacional que marcaria o início de uma nova era onde o mundo conheceria um Brasil moderno e pujante”. A construção do Estádio Jornalista Mário Filho - o Maracanã, especialmente para o evento, um estádio gigante com capacidade para 200 mil pessoas e considerado o maior do mundo na época, era prova deste pensamento ufanista. Para a Seleção, o torneio representava uma importante oportunidade para se firmar como uma das melhores equipes do mundo. Com um elenco de ótimos jogadores, o Brasil era o principal favorito ao título. Porém, foram surpreendidos pela Seleção Uruguaia que venceu de virada por 2 a 1 na partida final da competição.

A derrota em pleno Maracanã no dia 16 de julho foi um duro golpe para os brasileiros, mergulhando o país em uma profunda melancolia. O gol de Ghiggia aos 34 minutos do 2º tempo deixou 200 mil pessoas em silêncio nas arquibancadas. O revés ficou conhecido como maracanazo e doeu tanto na alma do povo brasileiro que muitos definiram a derrota como a pior tragédia da história do Brasil. (FREITAS, TRIGO, 2019, p. 121).

O primeiro título mundial, que se confirmou em 1958, ajudou o presidente Juscelino Kubitschek, em termos de popularidade. Afinal, para muitos a aura de euforia de seu governo só começou de fato após a conquista da Copa do Mundo. O time brasileiro também conquistou a Copa do Mundo de 1962 e 1970. Toda a formação histórica nascida na Copa do Mundo de Futebol de 1938, de um estilo brasileiro de jogar futebol, foi consolidada na Copa de 1970. Um estilo classificado pelo nome de "futebol-arte", que segundo Gil (1996), seria uma característica inerente aos brasileiros 'jogar bola' de uma determinada maneira que se constituiria numa marca cultural carregada por nós desde o nascimento. “Essa auto-representação que nos impusemos criou uma forma particular de praticar tal esporte, pensá-lo e vivenciá-lo em nosso cotidiano” (GIL, 1996, p. 1). Afinal, como declara Mostaro (2014, p. 90), “[...] Somos o maior campeão do mundo, detentores do troféu e o nosso talento é mundialmente reconhecido, tornando a construção romântica e mitológica de ‘nosso’ estilo de jogo um importante elemento da identidade nacional”.

O futebol transformou-se em fenômeno social e histórico que contribuiria para a formação da identidade do brasileiro, ao unir toda a sociedade - antes dividida pela política, pela cultura, pelos costumes, por meio de um sistema “ritual” que ocorre de quatro em quatro anos (PEREIRA, 2012, p. 14). Além de mobilizador das massas, para Werthein (2004), o futebol é também modelador de pensamentos e formador de opiniões. Soares, Bartholo e Salvador (2007) vão mais fundo e indicam que ao se produzir sentidos sobre o brasileiro, o

futebol teve (e tem) um papel chave ao construir estereótipos relacionados ao jogo que ultrapassam a esfera esportiva e marcam a sociedade brasileira. Em seu processo de importação e desenvolvimento, o futebol já sofria influências de acontecimentos sociais, políticos e econômicos e, em vista disso, a construção de uma identidade nacional, pautada na experiência futebolística, está relacionada a um contexto que passa pelo mundo interno e externo ao gramado. E considerando que esse futebol ocupa esse importante espaço no campo simbólico da sociedade brasileira, assumindo o estatuto de marcador identitário da brasilidade, faz-se necessário trazer para o debate o fato desse futebol restringe-se ao praticado pelos homens.

Enquanto o futebol foi cada vez mais considerado como elemento definidor da nacionalidade brasileira, as mulheres foram progressivamente afastadas desse processo. Carmen Rial (2012) argumenta que as mulheres sofrem uma dupla rejeição no futebol, pois ao serem proibidas de jogar, de discutir e de pertencerem ao mundo do futebol, elas são rejeitadas como mulheres e como cidadãs brasileiras por não terem a oportunidade de usufruir dessa identidade plena conferida pelo futebol. E em paralelo as proibições e restrições sobre os corpos de meninas e mulheres como futebolistas, existe também uma história, ou melhor, uma gama de histórias construídas no interior do futebol no Brasil, que demonstram como surgiram os anseios por emancipação, literalmente, no campo de futebol, anseios estes que, conforme apontam Knijnik e Januário (2022, p. 13) foram seguidos por muitas lutas e resistências de quem não apenas imaginava, mas também pretendia construir uma maior equidade no interior de um dos maiores fenômenos culturais e sociais do país: o futebol.

2.2 Futebol de mulheres: uma história de silenciamentos

O futebol de mulheres ocupou uma posição marginalizada no espaço dos esportes no início do século XX. A historiadora Aira Bonfim (2019, p.16) ressalta que a ausência de fontes – documentais, audiovisuais, e iconográficas – “tornou-se um dos principais entraves à reconstrução de narrativas protagonizadas por mulheres que praticaram o futebol no Brasil”. Toda a documentação preservada sobre o futebol de mulheres, de coleções de clubes esportivos a acervos pessoais das atletas, ainda carecem de pesquisas aprofundadas e divulgação de amplitude nacional. Cláudia Samuel Kessler (2010) relata em sua pesquisa que ao indagar às jogadoras suas trajetórias em equipes, é comum a descoberta de registros, tais como fotos, troféus, medalhas e alguns recortes de jornais - os registros sobre jogos no Brasil, são principalmente preservados por jogadoras que participaram desses feitos.

Entretanto, esses registros não são valorizados. É mais grave que a ausência de registros sobre suas práticas, é a falta de sistematização dos dados existentes, o que faz da história desse futebol um constante remendo destes fragmentos. Do ponto de vista histórico, o futebol de mulheres no Brasil é ainda repleto de pontos de interrogação. Ainda invisibilizado em grande parte dos museus e arquivos, “as partidas e os relatos sobre os fazeres dessas jogadoras não permitem construir uma história coerente de sua prática”, (KESSLER, 2019, p. 69). Isso demonstra o descaso das entidades futebolísticas do Brasil com a memória dessas jogadoras, acumulando dívidas quanto à formação de uma história das mulheres no futebol brasileiro. A falta de registros históricos se refere à falta de consideração em relação aos feitos realizados por futebolistas brasileiras, considerados marginais não apenas pela história de cerceamentos governamentais, mas também pela representação das mulheres no futebol” (KESSLER, 2019, p.70).

O reconhecimento das desigualdades de tratamento histórico, social e espacial sobre o futebol de mulheres, segundo Silvana Goellner (2005), revela não só a privação sobre o acesso e a prática a esse jogo, como a própria ausência da identificação simbólica entre as mulheres e o futebol. Conhecemos muito pouco sobre a presença feminina nos acontecimentos históricos do futebol e, quase nada, sobre a iniciação das brasileiras nesse esporte. De acordo com Rago (1995), por vezes damos pouco destaque à dimensão delas como sujeitos históricos, conscientes e atuantes. Nesse sentido, a pesquisa de Aira Bonfim, publicada em 2019 e intitulada “*O Football Feminino nos Subúrbios*”, se insere em um cenário de avanço do campo da História do Esporte - especialmente sobre a história do futebol de mulheres no Brasil.

Este trabalho é fruto da experiência de Aira Bonfim como técnica pesquisadora do Museu do Futebol, localizado no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, instituição em que atuou profissionalmente de 2011 a 2018. Ao longo do ano de 2015, foi a pesquisadora responsável pelo projeto “Visibilidade para o Futebol Feminino”, que visou, dentre outros objetivos, a inclusão de referências históricas sobre a prática feminina deste esporte na exposição principal e no acervo da instituição. A pesquisadora explica que na época, foram reunidos conjuntos consideráveis de fontes pouco conhecidas sobre o assunto, e suficientes para a realização de seu estudo. Ao percorrer as diferentes e divergentes perspectivas dos periódicos de 1915 a 1941, fase significativa de conformação da imagem do futebol nacional brasileiro, Bonfim (2019, p. 12) identifica “rastros da presença das mulheres no cotidiano da vida social, no entorno das práticas masculinas”. Essas fontes recolhidas na pesquisa, que a historiadora observa serem quantitativamente inferiores às produzidas sobre o futebol

masculino, “foram suficientes para alinhar os episódios mapeados e qualificar as brasileiras como sujeito histórico: conscientes e participativas, e não só assistentes e espectadoras” (BONFIM, 2019, p. 13).

Para além de oferecer novos marcos introdutórios sobre a história do futebol de mulheres no Brasil, Aira Bonfim observou a iniciação feminina na modalidade, seja jogando umas contra as outras ou contra/entre meninos. Isso porque, já na década de 1910, as mulheres jogaram futebol com homens e com equipes femininas. Ainda assim, é difícil definir com precisão onde e como aconteceram as primeiras partidas de futebol entre mulheres no Brasil. Para a maioria dos pesquisadores e pesquisadoras sobre as mulheres no campo futebolístico, o marco introdutório do futebol feminino no país foi o anúncio do “jogo de futebol entre senhoritas”, realizado na cidade de São Paulo, entre as “senhoritas” do bairro do Tremembé e da Cantareira, em 1921. Aira Bonfim (2019, p. 27) comenta que essa partida corresponde a uma atividade que compôs a programação de festividades juninas realizadas no campo do time do Tremembé F.C, um time composto por trabalhadores da empresa Tramway da Cantareira que operou no município de São Paulo, entre os bairros da Zona Norte do Pari e da Cantareira.

As duas primeiras décadas do século XX, conforme Pereira (2000, p. 29) marcaram a familiarização das “moças da mais fina sociedade” com a assistência ao futebol como torcedoras nas arquibancadas dos estádios brasileiros. As moças e seus familiares frequentavam as arquibancadas dos jogos de futebol e a presença delas também era amplamente divulgada em reportagens e fotografias da época. Havia, inclusive, fotógrafos que iam a campo exclusivamente para registrar a presença das moças: “o fotógrafo da Revista da Semana ou da Careta, quando ia a um campo de futebol, era para bater fotos de um grupo de moças. De time, só encomendando, como uma fotografia de formatura” (RODRIGUES FILHO, 1964).

Como escreveu Coelho Netto ¹¹, cronista e pai de dois jogadores que eram atletas do Fluminense, Preguinho e Mano, naquela época as mulheres se arrumavam muito para ir aos jogos de futebol e mesmo sob um forte sol de 40 graus, todas iam de luvas e ficavam segurando-as nas mãos. É, inclusive, atribuída à imagem das mulheres e ao alvoroço de seus lenços e fitinhas a cada lance do futebol, o surgimento da palavra “torcedoras” entre os cronistas esportivos dessa época. Aira Bonfim (2019, p. 36) descreve que a beleza, representada pela exuberância dos vestidos e chapéus dessas mulheres, bem como o caráter

¹¹ Disponível em: <http://www.fluminense.com.br/site/futebol/2012/03/08/torcedoras-do-flu-comemoram-o-dia-internacional-da-mulher-com-a-armadura-tricolor/>

familiar de ambientes que recepcionaram mães, esposas e filhas, “conferiram uma espécie de dignidade ao locus de práticas do futebol”. De acordo com Melo (2007, p. 131), elas ofereciam uma qualificação ao ambiente a partir da ocupação das “exímias famílias” da alta sociedade por elas representadas, legitimando certo status social aos espaços do entretenimento. Como visto anteriormente, identificando o futebol como uma atividade extremamente elitista (MALAIA, 2010, p. 26) - e organizada praticamente na sua totalidade, por homens.

A presença feminina referida pela animação nas arquibancadas serão constantemente tratadas como elementos femininos passivos e coadjuvantes neste cenário futebolístico. Nesse mesmo ambiente esportivo, as meninas até experimentaram, ainda que timidamente e sem os mesmos estímulos recebidos entre os rapazes, “os primeiros *shoots* a gol, brincadeiras de correr, composições de “*teams* femininos” e se vestiram dos uniformes de seus clubes de associação” (BONFIM, 2019, p. 28). Entretanto, diferente de narrativas pioneiras sobre o futebol praticado por homens, as mulheres construíram uma história esportiva própria e muito diferente da história do desenvolvimento da modalidade masculina.

As mulheres da época até foram instigadas a participar do universo das práticas corporais, no entanto, como discutido anteriormente, não eram quaisquer atividades aquelas que lhes eram recomendadas. Dentre as modalidades incentivadas ao público feminino, estão aquelas que visam à “conservação das formas corporais em conformidade com normatividade de gênero, a suavidade dos gestos e o condicionamento físico com vistas à manutenção e à promoção da saúde das futuras mães” (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2016, p. 303). Eram incentivados os esportes apenas para o fortalecimento do corpo, como a ginástica, a dança e a natação. Em outras palavras, a mulher branca e burguesa da época foram oferecidas atividades que estimulavam o cuidado com os seus corpos e “afloravam” as suas belezas (GOELLNER, 1996, p. 16-17). Além disso, era também uma maneira de melhor prepará-las para a condução de uma boa maternidade, visto que na época o corpo feminino era tido como um bem social para gerar frutos e garantir o futuro da nação.

Nesses ambientes públicos dedicados ao lazer, onde se promoveu o futebol masculino da época, Bonfim (2019) explica que também aconteciam programações de competições lúdicas e esportivas, e eram recorrentemente chamados na imprensa de ‘festas esportivas’. Foi nesse ambiente esportivo que Aira Bonfim (2019, p. 40) encontrou “raras evidências de mulheres jogando futebol” e que lhe permitiu produzir a sua pesquisa com fontes inéditas. Locais como os das festas esportivas, dos picadeiros circenses e dos campos suburbanos do Rio de Janeiro mostraram-se ricos na manifestação do fenômeno “football feminino”. Uma

citação paulista do “foot-ball feminino” conduziu Aira para setembro de 1913, onde em uma legenda de foto exibida na revista *Careta*¹² que descrevia “Uma partida de football feminino por ocasião de um five-ó-clock” chamou sua atenção. Aira Bonfim (2019, p. 59) explica que o “five-ó-clock” referia-se ao chá da tarde realizado no Velódromo Paulistano¹³, “atividade costumeiramente promovida entre as mulheres esposas e filhas de uma elite de associados dos clubes esportivos de São Paulo”.

A partir da foto publicada na revista *Careta*, detalhes como a distribuição das jogadoras em campo, a descompostura de seus corpos, a ausência de uniformes e torcedores, corroboram com suspeitas sobre esse episódio identificado como de um “futebol feminino”. Sem a intenção de criar categorias sobre se o jogo realizado possa ser ou não considerado uma partida de futebol, tal registro encontrado numa ‘festa sportiva’ paulistana se assemelha em muito às práticas lúdicas protagonizadas entre os associados de clubes esportivos cariocas. (BONFIM, 2019, p. 60)

No Rio de Janeiro, um texto publicado em 14 de junho de 1919, na coluna *Jornal Theatro & Sports*¹⁴ destacou a realização de uma festa esportiva do C.R. do Flamengo que promoveria na centralidade da sua programação, a exibição de uma equipe de moças do seu clube para jogar futebol pela primeira vez em público contra um quadro infantil masculino. Um ano depois, Aira Bonfim (2019, p. 64) descreve sobre outro episódio, em outra região da cidade fluminense, em que a diretoria do time masculino do Helios Athletic Club, em reconhecimento aos esforços das torcedoras em organizar dois ‘teams de football’ para um “original e inédito match de football de moças”, “ofereceu um chocolate em retribuição aos esforços femininos no mesmo ano de sua fundação, em 1920”. O jogo entre mulheres representantes do Hélios Athletic Club, “figura-se entre os mais antigos marcos introdutórios do futebol feminino no Brasil, antes mesmo do episódio apresentado em São Paulo, entre Tremembeenses e Cantareirenses, em 1921” (BONFIM, 2019, p. 64). Ainda no Rio de Janeiro, em 1923, outra partida autenticamente feminina, ou seja, competida exclusivamente entre mulheres durante uma festa esportiva virou notícia. Conforme apresenta Aira Bonfim (2019, p. 66) a equipe de futebol do Sport Club Celeste promoveu um jogo de futebol disputado por senhoritas, contando inclusive com a participação de uma árbitra mulher, Linda Cavalheiro.

No Rio Grande do Norte, em Natal, ainda em 1920, foi apresentado um torneio de Futebol Feminino, organizado pelo Capitão Assis Bandeira, um entusiasta do esporte. De

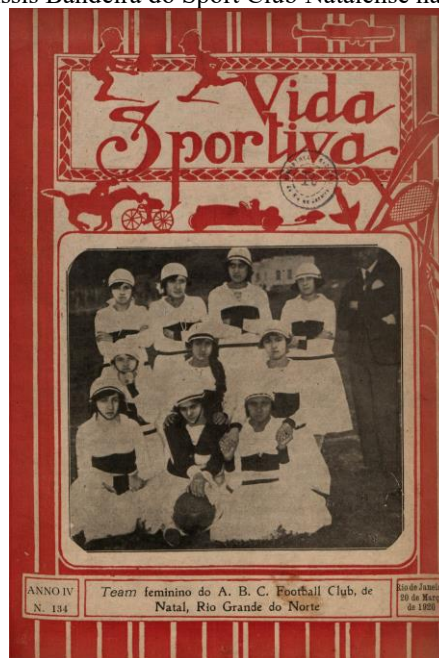
¹² *Careta* foi uma revista humorística brasileira que circulou de 1908 a 1960.

¹³ O Velódromo de São Paulo, ou também Velódromo Paulistano, foi um estádio de futebol na cidade de São Paulo.

¹⁴ *Jornal de Theatro & Sport*, Rio de Janeiro, p. 24, 14 jun. 1919.

acordo com Aira (2019, p. 66) a revista carioca *Vida Sportiva* divulgou a foto de um time de meninas uniformizadas, “com onze elementos e com a nítida presença de uma goleira identificada com o fardamento de outra tonalidade”. A legenda da iniciativa esportiva feminina e nordestina indica que o time de Assis Bandeira saiu vitorioso por 12X0 no enfrentamento com a equipe do ABC Foot-Ball Club. O texto ainda sugere que a vitória sagrou a equipe Assis Bandeira como campeão feminino da cidade de Natal. A referência encontrada em Natal figura-se como uma das mais antigas no que se diz respeito à prática do futebol entre mulheres no Brasil.

Figura 1 - O team Assis Bandeira do Sport Club Natalense na revista *Vida Sportiva*.



Fonte: Blog História(s) do Sport. *Online*.

A iniciativa do futebol de mulheres em Natal foi relembrada em uma partida entre mulheres que aconteceu nove anos mais tarde, em 1929, no Rio de Janeiro. A pesquisadora Aira Bonfim (2019, p. 69) descreve que a partida contou com dois tempos de 25 minutos cada e obedeceu rigorosamente os regulamentos do futebol, e o jornal carioca *A Manhã* produziu mais de oito parágrafos para descrever o jogo: “a habilidade da ‘perigosa Zazá’, jogadora destaque da partida; o entusiasmo da torcida e a escalação de cada uma das equipes”. Este foi um jogo beneficente de futebol de mulheres uniformizadas de Club de Regatas Vasco da Gama e São Christóvão Athletic Club e aconteceu preliminarmente à partida de futebol masculino entre São Christóvão A.C. e Bangu A.C., no Estádio das Laranjeiras, localizado na capital Carioca. No entanto, como segue apresentando Aira Bonfim (2019) o envolvimento

do nome do Vasco com a prática do futebol de mulheres não era nova e não se restringiu a este jogo em 1929.

Anos antes, mais precisamente em 1923, a revista *Careta* publicou uma foto em uma de suas páginas com um time quase completo de garotas, que usava, uniformemente, vestidos, toucas e meias calças pretas. Com uma bola de capotão nas mãos e uma menina mais nova segurando a bandeira vascaína, como uma espécie de mascote do time, o texto referia-se ao grupo representado na imagem como “o time feminino fundado por torcedoras para disputar o campeonato”. (BONFIM, 2019, p. 70).

A pesquisadora Aira Bonfim (2019) sintetiza essa parte de sua pesquisa constatando que as “festas sportivas” tornaram-se palco de iniciativas que, no decorrer das duas primeiras décadas do século XX, deslocaram mulheres das arquibancadas para atividades lúdicas de diferentes naturezas. Com status de brincadeira, observa-se o início de experiências de meninas jogando futebol. De acordo com Aira (2019, p. 71) foram as pequenas oportunidades encontradas de que mulheres começaram a jogar e experimentar o futebol publicamente - “um desafio tanto pessoal e como público”. Contudo, através das incidências localizadas a partir de 1926 na imprensa nacional, o fenômeno do futebol jogado por mulheres levou seus estudos para fora do campo esportivo e diretamente para os picadeiros circenses do Brasil.

Figura 2 - Infográfico apresentado na dissertação de Aira Bonfim, (2019, p. 72).



Fonte: Bonfim (2019).

O uso da expressão “football feminino” encontrados nos periódicos pesquisados levam a pesquisa da Aira Bonfim (2019), a partir da década de 1920, para novos cenários, longe dos certames e das festas esportivas promovidas entre os principais clubes de futebol em ascensão da época. Como complementa a pesquisadora, este deslocamento do campo esportivo para o campo das artes cênicas incide sobre os esforços de organização da historiografia do futebol de mulheres, “uma modalidade que percorreu caminhos particulares quando comparado ao masculino, e por essa razão, foi constituída de manifestações do fenômeno em diferentes ambientes de sociabilidade pública” (BONFIM, 2019, p. 74). Vale ressaltar que as próprias festas esportivas já incluíam na sua programação espetáculos de variedades em meio a suas atividades atléticas (GAMBETA, 2013, p. 111-112). Exibições circenses, teatros populares e apresentações musicais já estavam em sinergia com o ambiente esportivo.

Apesar de ainda não existirem estudos históricos sobre os espetáculos circenses e incorporação de atividades esportivas, eventos como campeonatos de luta livre, boxe, ciclismo ou mesmo de futebol eram sempre exibidos nas segundas sessões dos circos. A pesquisa de Pimenta (2009) sobre alguns esportes e o ambiente cênico dos circos da época diz que a permeabilidade é ancestral no meio circense, entre os números encontrados no Brasil estão atividades com origens diversas, incorporadas ao repertório circense desde antes de sua vinda para cá. De acordo com a historiadora, a composição das atrações dos circos nacionais

reuniu modalidades esportivas consideradas novas, exóticas ou ainda em fase de institucionalização, como também qualquer atrativo cultural de seu interesse, como por exemplo atrações oriundas das mais diferentes linguagens artísticas regionais como a dança, a música 80 e as artes cênicas.

Através dos jornais da década de 1920 e 1930, Aira Bonfim (2019, p. 84) encontrou locais de itinerância do Circo Irmãos Queirolo e outras trupes que passaram a apresentar o “Football Feminino” entre as atrações de suas programações. O futebol feminino - assim como outras atrações relacionadas ao futebol - foram repetidamente encontrados em diferentes companhias de circos do Brasil.

Para a época, mulheres protagonistas de um *match* de futebol, vestindo uniformes de clubes e roupas curtas, eram suficientemente interessantes para converter um número razoável de espectadores curiosos e ávidos por assistir uma cena incomum. Se as apresentações de jogadoras durante as festas esportivas promovidas entre os clubes foram praticamente excepcionais, com episódios numericamente pequenos, nos circos, tais atrações ganharam publicidade e maiores ofertas de exibição. (BONFIM, 2019, p. 87).

Em 1926 a revista *A Cigarra* publicou a foto de um time de mulheres trajadas com uniformes atribuídos às equipes do Palestra Itália e A.A. São Bento. Foi graças à expressão “futebol feminino” presente no título da imagem publicada pela revista que Bonfim (2019, p. 92) identificou a referência da existência de jogadoras no picadeiro - “e de acordo com o CMC, as atrizes da foto são representantes de duas conhecidas famílias circenses, os Queirolo e os Seyssel”. Além da foto encontrada em *A Cigarra*, Aira Bonfim (2019, p. 94) observou que o periódico anarquista do operariado paulista *O Combate: Independência, Verdade e Justiça*, em atividade desde 1910, publicou propagandas sobre a atração do futebol feminino, “uma novidade circense que originou os vestígios dessa prática esportiva em 1926 e 1927”. Notou-se que o número, como qualquer outro nos espetáculos circenses, quando era bem aceito, era mantido por algum tempo nas programações circenses.

Ao continuar investigando a presença do futebol entre as atrações cênicas, Bonfim (2019, p. 97) deparou-se com a presença de atrizes jogando bola não mais no contexto dos teatros revista ou mesmo nos picadeiros, “mas em meio a um relacionamento entre esses artistas da cena do entretenimento e lazer da cidade do Rio de Janeiro, e um clube de futebol”. Em 1930, o clube de futebol masculino Vasco da Gama cedeu o seu campo, o estádio São Januário, para a realização de um festival artístico esportivo.

O evento ofereceu ao público uma programação diversificada, com a mistura de diferentes atividades esportivas e artísticas, como acrobacias em pé e a cavalo, cabo de guerra, ginásticas, escotismo e bandas musicais, e dentre elas, uma partida de futebol com a participação de mulheres jogadoras. Entre as atrações divulgadas no jornal, o recorrente anúncio do início da formação de um team feminino representante do América F.C. que enfrentaria uma seleção formada com atrizes das companhias Jayme Costa, do Theatro Recreio e Odilon Azevedo-Belmira de Almeida. Tais artistas apresentavam-se no Circo Democrata, instalado na época na Rua Figueira de Mello, em São Cristóvão. (BONFIM, 2019, p. 98).

Figura 3 - Festa beneficente para a Casa dos Artistas realizada no campo do Vasco da Gama, Rio de Janeiro.



Fonte: Bonfim (2019, p. 99)

A partir da década de 1930, a geografia desses deslocamentos ganhou a amplitude da região Nordeste e Norte. O Estado do Paraná também terá evidências do futebol feminino uma vez que parte da família Queirolo se constituiu por lá e, fez de Curitiba, por fim, terreno oficial dessa companhia. A passagem dos circos por essas regiões carece ainda mais de pesquisas, principalmente em arquivos e periódicos regionais. Ao descrever a trajetória e a oralidade de famílias circenses, Bonfim (2019 destacou um depoimento sobre a atriz Jurandir Neves, irmã de Arethuzza (ou Arethusia), também conhecida como Didi.

Mesmo vivendo no palco as donzelas indefesas de forma convincente, por volta de 1926, Didi tornou-se uma das estrelas da equipe de futebol feminino, que se apresentava em algumas ocasiões em público, que comparecia para assistir à disputa, mais para ver as jovens em trajes esportivos, do que propriamente acompanhar os lances do jogo. As meninas apresentavam-se com os joelhos de fora e as mãos da platéia, constrangidas pela ousadia, tapavam os olhos das filhas menores. Quando entrava no picadeiro para disputar a bola, Didi não era apenas uma figura decorativa e jogava para valer. (ANDRADE, 2010, p. 328 *apud* BONFIM, 2019, p. 109).

Em sua pesquisa, Aira Bonfim (2019) revisita as fotografias dos quadros femininos da década de 1920 e 1930 e nota o artifício do uso de uma meia-calça cor de pele ou branca sob os shorts e bermudas das atrizes. Mas ainda assim, do ponto de vista dos espectadores das arquibancadas, tais trajes eram praticamente despercebidos, “insinuando que as atrizes deixavam à mostra, pedaços de suas coxas e joelhos, atitude ousada para a época” (BONFIM, 2019, p. 110). Dessa forma, Bonfim (2019, p. 110) considera que esse futebol, o esporte reconhecidamente em voga em todo o território nacional, quando praticado por elas, com mais ou menos intenção técnica, “não passava de uma atração, uma brincadeira, um chiste ou um faz de conta”.

Durante a década de 1930 também surge um movimento de equipes de futebol de mulheres em clubes da periferia do Rio de Janeiro. A cidade do Rio de Janeiro foi cenário importante para a história do futebol praticado por mulheres. A pesquisadora Leda Costa (2017) complementa que a trajetória das mulheres no futebol foi, em grande parte, construída à margem da chancela das instituições esportivas. Dos subúrbios carioca, em 1940, surgiram clubes que viajaram o país e causaram desconforto em autoridades e pessoas comuns (COSTA, 2017, p. 495), insatisfeitos em saber que mulheres praticavam um esporte considerado inadequado aos padrões idealizados de feminilidade (GOELLNER, 2003). A imprensa escrita, além de fonte central para a identificação de equipes de mulheres no subúrbio do Rio de Janeiro, “foi também a própria promotora de festivais esportivos que expuseram publicamente a presença de mulheres jogando futebol” (BONFIM, 2019, p. 118). Porém, Bonfim (2019) atenta a necessidade de olhar para esses jornais com ressalvas, sem interpretações ingênuas. Isso porque, na mesma medida em que diferentes jornais promoveram notícias e deram visibilidade ao futebol de mulheres que crescia nos campos suburbanos já no ano de 1930, em pouco tempo, “o mesmo meio de comunicação não mediu esforços para transmitir uma verdade ou pressupostos intocáveis ao desqualificar essa prática esportiva feminina” (BONFIM, 2019, p. 119).

Um texto publicado no *Jornal dos Sports* em 1931, ao avaliar uma partida entre garotas realizada no campo do Vasco dois anos antes, disse que o “êxito foi completo e por essa razão a dose foi repetida” (BONFIM, 2019, p. 120). A repetição refere-se a mais um festival esportivo organizado no Rio de Janeiro. Também nos chamou atenção a escolha da manchete usada no texto sobre o festival: “Feminismo avança...Dois teams de senhoritas vão disputar um match de football”. De acordo com Bonfim (2019) não foi encontrada nenhuma evidência de relações entre as jogadoras suburbanas e os movimentos feministas brasileiros da época. Porém, como visto no capítulo anterior, a menos de um ano depois da publicação do *Jornal*

dos Sports, em fevereiro de 1932, conquistou-se o voto feminino no Brasil. Esse feminismo, classificado como burguês, sugere a maior familiaridade do cronista esportivo do *Jornal dos Sports* com o termo, e por essa razão, a escolha da manchete “feminismo avança”, já em 1931. Se expressão “feminismo avança” escolhida pelo jornal refere-se às partidas de futebol praticadas pelas suburbanas,

[...] compreende-se que esse jogo entre garotas ocupou um lugar desconforme no campo esportivo, enquadrando-se como uma experiência pública considerada “díspar” às práticas comumente associadas às mulheres. As séries de registros que serão apresentados sobre “football feminino” produzidos pelas diferentes folhas da cidade, comunicavam não só uma pequena mudança de costume sobre o ambiente de lazer, mas também nas relações entre homens e mulheres nesses locais. (BONFIM, 2019, p. 121).

Ludmila Mourão e Marcia Morel (2005, p. 76) afirmam que embora na época o futebol de mulheres ainda não representasse uma prática latente, observou-se nesses eventos “um elo de inserção da mulher na esfera pública”, onde a mulher já começou a busca por legitimar a sua presença no esporte. A atividade de ampliar a participação feminina além da assistência e atividades sociais das agremiações de futebol, “provocou uma pequena dilatação das fronteiras de gênero sobre esse esporte” (BONFIM, 2019, p. 121). O entusiasmo com o futebol de mulheres ampliou aos poucos as áreas escritas destinadas a esses embates, e ganhou melhores descrições. Os textos jornalísticos encontrados por Aira Bonfim (2019, p. 122) sobre esse período, “em pouco tempo se aperfeiçoam em direção aos atributos técnicos descritos sobre os jogos de futebol masculino”. A pesquisadora complementa que o futebol praticado pelas mulheres começou a ser disputado igualmente como acontecia entre os homens. “A ideia de um “football feminino” parecia cada vez mais despertar o entusiasmo das populações locais de cada associação esportiva suburbana” (BONFIM, 2019, p. 121). O mês de agosto de 1931, por exemplo, marcou a agenda de participação quase consecutiva das equipes femininas em dois festivais do Brasil Suburbano.

Aira Bonfim (2019) identificou que houve um significativo intervalo de notícias sobre o futebol de mulheres depois de janeiro de 1932. Conforme Aira relata em sua pesquisa, não foi possível precisar os motivos que causaram a hiato da produção desses registros nas fontes impressas do Rio de Janeiro, ou mesmo afirmar que o futebol deixou de ser jogado pelas equipes suburbanas femininas. No entanto, com base nos vestígios dos jornais encontrados na pesquisa de Aira Bonfim (2019), passaram-se 7 anos até novamente encontrar pistas sobre o futebol de mulheres no Brasil. Nos anos de 1940, a pesquisa de Aira Bonfim (2019) voltou sua atenção ao time feminino Casino do Realengo F.C, de São Paulo. Um texto publicado no

jornal *O Radical* sobre o futebol de mulheres de Realengo, além de destacar as qualidades técnicas da partida e das jogadoras, enalteceu a ausência de “protestos” e brigas durante o jogo. Todavia, apesar das qualificações sobre os jogos femininos, ao elogiar as jogadoras Targina, Helena e Isa, o cronista do jornal recorre ao atributo masculino para dizer que elas jogaram muito bem: “são verdadeiros homens jogando a pelota” (BONFIM, 2019, p. 143).

Conforme observou Aira Bonfim (2019, p. 146) entre os jornais coletados em sua pesquisa com edições até 03 de abril de 1940, já haviam sido identificadas pela pesquisa as equipes: S.C. Brasileiro, Eva F.C., Casino do Realengo F.C., C.A. Independente, Cruzeiro F.C., S.C. Bemfica, Bento Ribeiro F.C. Em poucos meses, surgiu um scratch no bairro da Saúde, o S.C. Opção, Valqueire F.C., Mavillis F.C., Del Castillo F.C., Manufatura Porcellana F.C. e outra equipe que ficaria muito conhecida na época, o Primavera A.C. A pesquisa ainda destaca que a movimentação da imprensa carioca em torno dos episódios de jogos produziu além de fotos e a divulgação dos nomes das atletas, entrevistas com essas mulheres. Caroline Soares de Almeida e Thaís Rodrigues de Almeida (2020, p. 178) destacam que em meio a esse aumento na cobertura do futebol de mulheres no Brasil, “viu-se uma movimentação, até então, inédita ao redor do Futebol Feminino e que estimulou algumas empresas, ou mesmo jornais, a criar pequenos torneios”.

Entretanto, não demorou muito para que as primeiras restrições a esses jogos iniciassem, executadas pela força policial. Primeiramente, foi emitida uma portaria de emergência proibindo o futebol de mulheres na cidade do Rio de Janeiro e partindo desse princípio, as/os diretoras/es dos clubes de futebol de mulheres do subúrbio carioca passaram a ser consideradas/os como “aliciadoras/es de mulheres, através de insinuações que ligavam os times de Futebol Feminino a serviços de prostituição”. Foi diante desse contexto que o jornal *O Imparcial*, do Rio de Janeiro, publicou a carta aberta de José Fuzeira, “um respeitável homem da Era Vargas” ao Presidente Getúlio Vargas, alertando sobre os malefícios físicos e morais desencadeados pela prática do futebol entre as mulheres. A escrita de José Fuzeira tinha a intenção de

solicitar a clarividente atenção de V. Ex. para que seja conjurada uma calamidade que está prestes a desabar em cima da juventude feminina do Brasil. Refiro-me, Snr. Presidente, ao movimento entusiasta que está empolgando centenas de mças, atraíndo-as para se transformarem em jogadoras de futebol, sem se levar em conta que a mulher não poderá praticar êsse esporte violento, sem afetar, seriamente, o equilíbrio fisiológico das suas funções orgânicas, devido à natureza que a dispoz a ser mãe. [...]. Ao que dizem os jornais, no Rio, já estão formados, nada menos de dez quadros femininos. Em S. Paulo e Belo-Horizonte também já estão constituindo-se outros. E, neste crescendo, dentro de um ano, é provável que, em todo o Brasil, estejam organizados uns 200 clubes femininos, de futebol, ou seja: —

200 núcleos destroçadores da saúde de 2-200 futuras mães que, além do mais, ficarão presas de uma mentalidade depressiva e propensa aos exibicionismos rudes e extravagantes. (FUZEIRA, 1940 *apud* FRANZINI, 2000, p. 76).

As ideias de José Fuzeira vinham de encontro com os tratados de Educação Física e manuais de eugenia disponíveis na época e que foram discutidos anteriormente nesta pesquisa. Aira Bonfim (2019, p. 156) complementa que a preocupação do Estado com a prática desportiva, cívica e eugênica, indispensável à ambos os sexos, “alinha-se com a ideia de um desenvolvimento nacionalista, que discrimina corpos, principalmente corpos dissidentes”. O argumento foi bastante explorado entre o final de 1940 e o início do ano seguinte. O jornal *O Imparcial*, um dos jornais mais críticos às equipes de mulheres publicou uma manchete que dizia “Jogadoras contratadas como artistas de cabaret – O empresário Alfonso Doce ameaça levar à Buenos Aires uma equipe feminina de football – perigoso ‘commercio’ que se inicia”. A notícia referia-se a um contrato entre a direção do clube feminino Primavera F.C. e Alfonso Doce¹⁵ para uma excursão do clube à Argentina. Todavia, foi um jornal carioca o responsável por dar de primeira mão a notícia que mudaria de uma vez por todas a trajetória do futebol de mulheres.

Ficou marcada para 17 de maio de 1940 uma preliminar entre os times S.C. Brasileiro e Casino do Realengo F.C. no Estádio do Pacaembu, em São Paulo. Aira Bonfim (2019, p. 153) explica que dada a quantidade de notícias sobre o jogo, ficou notório que o evento “se converteu em um tema capaz de atrair um grande número de leitores entusiasmados com informações sobre essa “surpresa esportiva” encontradas nos jornais”. Às vésperas da realização da partida, observou-se um esforço simultâneo empreendido pela própria imprensa em “qualificar e ao mesmo tempo, desmoralizar o futebol praticado por mulheres” (BONFIM, 2019, p. 153). Do outro lado da imprensa, no intuito de promover o futebol de mulheres vemos também a representação de estereótipos comumente atribuídos às mulheres como “charme”, “graça” ou sensualidade, como indica Leda Costa (2006) em seu texto “O Futebol feminino nas décadas de 1940 a 1980”.

A visibilidade gerada pela partida de futebol entre mulheres que aconteceu no Estádio do Pacaembu evidenciou “em grande escala o “problema” público a ser combatido pelo Estado brasileiro” (BONFIM, 2019, p. 164). Dias antes do jogo acontecer em São Paulo, Bonfim (2019, p. 165) ressalta que o jornal *Correio Paulistano* publicou que o Presidente da

¹⁵ Como explicam Almeida e Almeida (2020, p. 179) Alfonso Doce era um intermediário do futebol, de origem argentina, que desde a década anterior atuava nas negociações de temporadas de jogos amistosos do futebol masculino – e de passes de jogadores – entre clubes argentinos, brasileiros e uruguaios, nos respectivos países.

República, Getúlio Vargas, já havia levado a Gustavo Capanema, Ministro da Educação e responsável pelas instituições esportivas, “a carta-aberta que lhe fora dirigida pelo Sr. Fuzeira combatendo o futebol feminino”. E com a prática do futebol por mulheres sendo justificada pelos meios como “jocosos” e digno de “escândalo”, não demorou muito para a sede de reunião de uma das equipes femininas ser classificada como um “antro de perdição” (BONFIM, 2019, p. 175). A casa de Carlota, como conta a pesquisa de Aira Bonfim (2019, p. 176), foi acusada de reunir uma “promiscuidade chocante”.

Com endereço na Rua Gaspar 45, em Pilares, o local forjou-se como um local exclusivamente feminino, onde as garotas se encontravam, treinavam e passavam tempo juntas - como uma sede social de qualquer agremiação esportiva. Todavia, os jornalistas na época, ao visitarem o local, consideraram um disparate a presença de mulheres disputando chapinhas à noite, jogo associado à malandragem da época. Outro espanto sobre o comportamento das jogadoras foi manifestado pela menção de que elas fumavam desembaraçadamente no local, além de conversarem e gesticularem livremente, de acordo com A Noite. (BONFIM, 2019, p. 177).

Poucos dias depois, Carlota foi detida, na sede do clube, para dar esclarecimentos sobre a acusação de explorar as jogadoras nos dancings e em “outros destinos” após os jogos. Ainda de acordo com Bonfim (2019, p. 177) o delegado auxiliar do caso, Lineu Cotta, solicitou providências imediatas para o fechamento dos clubes femininos de futebol e sugeriu esforços amplos a fim de “controlar o licenciamento das casas de diversão e desporto, incluindo nos contratos das agremiações, uma cláusula que mencionasse o impedimento do futebol feminino”. A campanha ganhou corpo entre os veículos da imprensa. Na passagem para o ano de 1941, os argumentos desqualificadores sobre o futebol de mulheres foram cada vez mais expostos entre os jornais em circulação. O jornal *O Imparcial* publicou diversas reportagens com “especialistas” convidados – entre médicos, professores de Educação Física, padres - “que apresentavam argumentos científicos e morais contra a prática do futebol por mulheres” (ALMEIDA; ALMEIDA, 2020, p. 180).

Mesmo que incipiente, a participação das mulheres no futebol representava uma transgressão ao hegemonicamente aceito como constitutivo da identidade feminina que tinha na imagem da mãe grande aceitabilidade (GOELLNER, 2005, p. 146). E ainda sendo homogêneo o pensamento dessa época, estes documentos oficiais expressam representações sobre o esporte naquele contexto cultural. Os argumentos contra o futebol de mulheres propagados nos jornais e endossados por grande parte da sociedade, serão os mesmos mobilizados pelos órgãos governamentais nos meses seguintes. É como se, no discurso moral

do Estado Novo, os corpos das mulheres passassem a ser objeto de toda a nação, carregando a responsabilidade social de gerar uma prole saudável.

Em abril do mesmo ano, através do Decreto-Lei nº 3.199 que estabeleceu as bases de organização dos desportos no Brasil com a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND), as atividades esportivas que não estivessem de acordo com a natureza da mulher estavam proibidas. O futebol de mulheres era uma delas.

Figura 4 - Jornal *Correio do Paraná* de 13 de junho de 1959.



Fonte: *Dibradoras*, online.

Praticamente não se tem notícias sobre o futebol de mulheres no Rio de Janeiro entre as décadas de 1950 e 1960, sendo que algumas dão conta de “partidas realizadas com mandato judicial ou de campos interditados por terem permitido a realização de jogos de futebol entre mulheres” (COSTA, 2017, p. 498). A pesquisa de Leda Costa (2017, p. 498) ainda apresenta que até mesmo o pedido dos times ingleses Corinthians Ladies e o Morinad Ladies para jogarem no Rio de Janeiro um amistoso foi negado pelo Conselho Nacional de Desportos (CND) porque “não é espetáculo esportivo e foge às normas esportivas adotadas no Brasil”. Novas organizações de mulheres em torno da prática do futebol surgiram, mas foram coibidas pela justiça, pela própria polícia, ou mesmo criticadas socialmente.

Mas de acordo com Almeida e Almeida (2020, p. 185) apesar da proibição, a prática não foi completamente interrompida e algumas “movimentações isoladas de mulheres ocorreram em diferentes locais do país entre as décadas de 1940 e 1970”.

De acordo com Rigo et al. (2008), em 1950 na cidade de Pelotas/RS, havia duas equipes de mulheres – Vila Hilda Futebol Club e Corinthians Futebol Club – que tinham inserção na imprensa local. Além da cidade gaúcha, também existem

registros de times de mulheres, após a implantação do Decreto-Lei, em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. [...] No Rio de Janeiro, persistiram algumas equipes no subúrbio. Além disso, jogos entre vedetes foram relativamente comuns no período, ocorrendo inclusive, um amistoso entre paulistas e cariocas no Maracanã. (ALMEIDA; ALMEIDA, 2020, p. 185).

Anos mais tarde, em 1965, durante a ditadura militar, foi aprovada a Deliberação n.7/65 que reafirmava a disposição de 1941, listando agora as modalidades esportivas proibidas para mulheres: “Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rúgbi, halterofilismo e baseball” (CASTELLANI FILHO, 1994, p. 63). A legislação esportiva explicitava uma distinção entre as atividades físicas a serem praticadas pelos homens e pelas mulheres, mesmo o esporte sendo dividido por sexo, culminando por viabilizar aos primeiros, maiores oportunidades de desenvolverem-se em destrezas físicas.

Dentro da lógica de manutenção de uma ordem militarista do Estado brasileiro o futebol de mulheres era um desvio. Afinal, as mulheres estariam em exposição: “fora de seus lares, com trajés provavelmente mais curtos do que os cotidianos, em movimentos que deixariam mais a mostra seus corpos” (ALMEIDA, 2013, p. 47). Como aponta Carmen Rial (2013), as mulheres eram cidadãs de segunda classe, consideradas incapazes de representar simbolicamente a nação em competições. Além disso, Caroline Soares de Almeida (2013) complementa que liberar o futebol, como tais outros esportes, representava também o perigo da emancipação das mulheres que o Estado não queria arcar. O fato é que, como vimos anteriormente, o futebol já havia sido projetado no Brasil como um dos elementos nacionais centralizados pelo Estado Novo brasileiro, mas apenas como locus masculino. A profissionalização dos atletas homens já era uma realidade. As mulheres não estavam incluídas.

Porém, novamente de acordo com a pesquisa de Almeida e Almeida (2020, p. 186) a prática feminina no cenário futebolístico do país não cessou por definitivo. De acordo com Goellner (2004, p. 368) as práticas esportivas “seduziam e desafiavam muitas mulheres que, indiferentes às convenções morais e sociais, aderiram à sua prática independentemente do discurso hegemônico da interdição”. Na segunda metade da década de 1970, na Zona Sul do Rio de Janeiro, grupos de adolescentes, pertencentes às camadas médias, jogavam futebol nas areias das praias e o “futebol de areia das “meninas de Copacabana” atraía grande público”. Segundo Mourão e Morel (2005, p. 79) essas mulheres levavam para a praia os seus namorados, que assistiam aos seus jogos. “Essas moças contavam, também, com a companhia

das empregadas domésticas, que após a jornada de trabalho se dirigiam para a praia em frente à rua Rodolfo Dantas, para juntas jogarem o futebol” (MOURÃO; MOREL, 2005, p. 79).

Entre o final da década de 1970 e início de 1980, o futebol de areia foi uma modalidade que tinha as mulheres como protagonistas. Mas, nas periferias, as mulheres também jogaram futebol nesse período - conhecidas como as “Gatas da Penha” (ALMEIDA; ALMEIDA, 2020, p. 186). Os espaços existentes nos conjuntos habitacionais das cidades brasileiras tornaram possíveis a formação de várias jogadoras nesse momento. Era nas várzeas que as jovens obtinham contato com a bola, até então proibida nas escolas e clubes. Nesse momento é criado o time feminino do Esporte Clube Radar. A intenção do presidente do clube, Eurico Lyra, era de lançar as bases para o futebol de mulheres no país e pressionar a CBF a regulamentar a modalidade. Já em sua primeira competição, a Copertone Open de futebol de mulheres de praia, o Radar sagrou-se campeão. “Essa conquista mereceu a primeira página do Caderno de Esportes do Jornal do Brasil” (COSTA, 2017, p. 501).

Embora o Decreto-Lei tivesse sido revogado em 1979, o Conselho Nacional de Desportos (CND) e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) não haviam oficializado a prática do futebol por mulheres. Porém, conforme COSTA (2017, p. 501) as notícias a respeito dos dois mundiais femininos e outros torneios realizados fora do Brasil, assim como a atuação de equipes femininas nas areias de Copacabana “foram importantes para fazer crescer o tom das vozes favoráveis à legalização da modalidade”.

2.3 Da regulamentação à profissionalização?

Em entrevista com ex-jogadoras da década de 1980, Caroline Soares de Almeida (2013, p. 50) identificou que houve duas formas de ingresso ao mundo da bola: a várzea e a praia. As mulheres já podiam jogar, organizaram equipes, no entanto, não existia uma lei que regulamentasse a categoria, muito menos uma entidade que a regesse. A regulamentação da prática futebolística de mulheres foi acontecer apenas em abril de 1983, quando passou a ser legalmente aceita pelo Conselho Nacional de Desportos através da Deliberação 01/83. Ao regulamentar o futebol de mulheres no Brasil, o CND estabeleceu regras como: tempo da partida em 70 minutos com intervalos de 15 a 20 minutos; bola de diâmetro entre 62 e 66 centímetros e peso máximo de 390 gramas; chuteiras sem travas metálicas ou pontiagudas; e não podem trocar de camisas com as adversárias após uma partida (ALMEIDA, 2013).

A legalidade da prática do futebol de mulheres, segundo Leda Costa (2017, p. 502) foi noticiado pelo *Jornal dos Sports*, que tentou demonstrar que esse feito “era inevitável dado o

número de equipes formadas e, especialmente, devido à atuação do Clube Radar que segundo o jornal foi diretamente responsável pela oficialização do futebol feminino”. Os primeiros campeonatos – Taça Brasil de Futebol Feminino – eram organizados pelos próprios dirigentes dos clubes participantes (ALMEIDA, 2013). A Taça Brasil durou de 1983 a 1986, sendo o Esporte Clube Radar vencedor em todas as edições. O destaque oferecido à modalidade na época restringiu-se, em parte da imprensa, a polêmicas, a resultados internacionais e a belas mulheres. Almeida (2013) explica que a repercussão foi negativa, descrita como uma “selvageria”.

As jogadoras ganharam apelidos de “feras”, de “perigosas meninas”. “Tudo isso não passou de um exemplo do cenário já construído em torno do futebol de mulheres no Brasil: um esporte de contato, que por sua vez ganha ares de violento, de masculinizante”, (ALMEIDA, 2013, p.16). Silvana Goellner (2005) afirma que tal pensamento – em conjunto com a falta de patrocinadores e a naturalização de uma representação do feminino que estabelece uma relação linear e imperativa entre mulher, feminilidade e beleza – auxilia na pouca visibilidade conferida às jogadoras.

Em 1983 aconteceu o primeiro Campeonato Carioca de Futebol que contou com a participação de clubes como Madureira, Bangu, América, Portuguesa e o Radar que das areias vai para os gramados. Além do clube Radar, o Bangu também montou um forte time feminino, apoiado por seu patrono Castor de Andrade, que costumava assistir aos jogos em Moça Bonita e até mesmo dar bichos às jogadoras. O Bangu perdeu a final do primeiro turno para o Radar e Castor de Andrade ficou bastante insatisfeito.

[...] Castor invade o campo e lidera uma briga que envolveu árbitro e jogadoras do Bangu e do Radar. Esse episódio é recebido com certo espanto e revolta, já que poucos imaginariam que um jogo entre mulheres pudesse terminar de modo tão violento. Em parte, esse espanto se relaciona ao fato de que comportamentos agressivos não eram considerados compatíveis com padrões de feminilidade ainda vigentes. (COSTA, 2017, p. 503).

Embora o clube Radar seguisse atuando e conquistando títulos nos gramados do país e de fora e ter sido base para a formação do primeiro time da Seleção Feminina Brasileira, foi notável a sua decadência que, na verdade, também correspondia à decadência do futebol de mulheres no Rio de Janeiro e no Brasil. O êxodo de talentosas jogadoras, a falta de patrocínio e os baixos índices de público aos jogos e ausência de investimentos mais efetivos na modalidade levam o Radar a fechar as portas em 1990 (ALMEIDA, 2013). Como sintetizou Leda Costa (2017, p. 504), por mais que o futebol das mulheres tivesse virado notícia “faltou-

lhe uma estrutura administrativa e esportiva mais consistente que viabilizasse sua ascensão e consolidação”.

Em janeiro de 1991, os dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol (antiga CBD), começaram a selecionar jogadoras com a intenção de formar uma Seleção para disputar a primeira Copa do Mundo Feminina, que seria na China. O único critério adotado pela CONMEBOL¹⁶ como qualificatório era vencer o Campeonato Sul-Americano Feminino (primeira edição). E a Seleção Brasileira venceu. Mas não encantou. Na Copa, acabou ficando no “grupo da morte¹⁷” composto pelas favoritas seleções de Estados Unidos, Suécia e Japão. A única vitória brasileira foi apenas na estreia, de somente um a zero contra as asiáticas - sendo os dois únicos pontos da Seleção no torneio. O Brasil terminou a Copa em 9º lugar. Em 1995, na segunda edição do Campeonato Sul-Americano, as brasileiras foram bicampeãs em cima da Argentina, num placar de 2 x 0.

Figura 5 - Elenco e comissão técnica da Seleção de 1995.



Fonte: Repositório Digital, online.

Em 1996, o futebol de mulheres participou pela primeira vez dos Jogos Olímpicos, neste ano em Atlanta, classificando-se em quarto lugar. Na Copa do Mundo de 99, nos Estados Unidos, conquistou o surpreendente terceiro lugar. Foi derrotado apenas nas semifinais, pela Seleção dona da casa e campeã da competição. Segundo Batista e Devede (2009), o terceiro

¹⁶ Confederação Sul-Americana de Futebol, mais conhecida pelo acrônimo CONMEBOL é uma instituição esportiva internacional que organiza, desenvolve e controla competições femininas e masculinas, de futebol, futsal e futebol de areia entre os países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

¹⁷ Futebolisticamente falando, é o grupo com os times ou seleções mais fortes.

lugar conquistado após vencer a Noruega acabou coroando o excelente mundial realizado por Sissi¹⁸, uma das artilheiras do torneio com sete gols marcados.

Em 2002, a Seleção Feminina do Brasil era uma das mais cotadas para ganhar a medalha olímpica, principalmente com Sissi e a também a ex-jogadora Kátia Cilene, mas a equipe acabou ficando mais uma vez em quarto lugar. Segundo o repórter Gabriel Oliveira “as jogadoras da seleção ainda sonhavam com a profissionalização do esporte” (*O GLOBO*, 17/08/16). Antes do início do torneio, a atacante Kátia Cilene relatou que, passados quatro anos, o futebol para mulheres ainda era negligenciado no Brasil: “Ainda não acreditam na gente. Somos mais reconhecidas nos Estados Unidos do que aqui. Por isso, nosso futuro por enquanto é lá, onde o futebol feminino é mais popular que o masculino” afirmou a atacante na edição do jornal *O Globo* de 26 de agosto de 2000.

Em 2003, nos Jogos Pan-Americanos¹⁹ em Santo Domingo, no México, (segunda participação da Seleção de Futebol Feminina), a equipe nacional encantou. O Brasil, com a participação de Marta, Cristiane, Kelly, Formiga, Renata Costa, Juliana Cabral e Maycon jogou com boas atuações até chegar à fase final, que foi contra o Canadá. E com um gol de Cristiane logo no primeiro minuto do primeiro tempo da prorrogação consagrou o time brasileiro. Na época existia o ‘gol de ouro’ (a prorrogação terminava assim que saía um gol), e então as brasileiras garantiram a primeira medalha dourada da modalidade.

Figura 6 - Entrega das medalhas nos Jogos Pan-Americanos 2003.



Fonte: O curioso do futebol (07/2015).

¹⁸ A ex-meia atacante Sissi foi o principal nome do futebol feminino brasileiro nos anos 1990, geração que desbravou o esporte no País.

¹⁹ Evento esportivo realizado desde 1951, de quatro em quatro anos, envolvendo atletas da América do Norte, América do Sul e América Central.

Nos Jogos Olímpicos de Atenas, em 2004, a Seleção Brasileira Feminina chegou pela primeira vez como candidata ao título ao lado de Estados Unidos, Alemanha e Suécia. Como o futebol de mulheres no Brasil não tinha estrutura e patrocínio, além de não ter campeonatos profissionais, para fechar a escalação das jogadoras o técnico na época, René Simões, teve de assistir a vídeos, enviados pelas atletas interessadas em defender a Seleção, com suas atuações e características. Mesmo chegando à final com o melhor ataque e a melhor defesa da competição, a equipe brasileira não conseguiu superar a equipe americana. A medalha de prata, segundo Moraes e Martins (2007), deveria trazer consigo um simbolismo para os profissionais do esporte: superação.

A medalha de prata simboliza uma vitória. Vitória não no sentido de ganhar um jogo, mas na construção de um ideal de tratamento mais justo, no qual o discurso sobre o corpo feminino não seja capturado pelo tendencioso controle social, isolando o corpo feminino de um adequado tratamento [...] O efeito da medalha de prata, muito mais que a comemoração de uma conquista inédita, deve ser o ideal de sensibilizar os mecanismos de informação, de produção de conhecimento, de educação para que se construa um discurso adequado e para que se sensibilize a população sobre a verdadeira vitória que ainda precisa ser conquistada, não pelas mulheres, mas em relação a elas. (MORAES; MARTINS, 2007, p. 76).

No ano de 2006 a atacante Marta foi a primeira brasileira eleita a melhor jogadora do mundo pela FIFA.²⁰ Em 2007 a equipe nacional fez uma campanha excepcional na Copa do Mundo na China, conquistando o segundo lugar. Conseguiu passar pela semifinal eliminando ninguém menos que os Estados Unidos pelo placar de 4x0. E mais do que só o resultado, a atuação de gala e os lances de Marta empolgaram o mundo, que se consagrou como artilheira e craque do campeonato. Mas o título ficou nas mãos da Seleção Alemã, que venceu por 2x0, com gols de Prinz e Laudehr. Porém, o Brasil conquistou outro ouro em 2007, nos Jogos Pan-Americanos. Nesta edição sediado em solo brasileiro, o Maracanã lotado assistiu o bicampeonato da Seleção Feminina. A dupla de zaga destacada é formada por Aline Pellegrino, que usou a braçadeira de capitã por oito anos, e Tânia Maranhão. Em seis jogos, o Brasil marcou 33 gols e não sofreu nenhum e coroou o título em cima, mais uma vez, dos Estados Unidos. Naquela época, após a conquista da segunda medalha de ouro, a jogadora Rosana desabafou:

A gente nunca teve essa torcida assim, ainda mais no Brasil. Eu espero que agora, a gente não viva só de promessas, mas sim de atitudes das entidades para fazer um campeonato organizado para as meninas que estão aqui no país pra gente viver do futebol. A gente tem talento, todo mundo está vendo isso, só falta investir na gente! (DIBRADORAS, 10/12/2015).

²⁰ **Marta foi** eleita seis vezes a **melhor** jogadora do **mundo**. A brasileira venceu em 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2018.

A estrutura da modalidade no país pouco avançou, e a Seleção Brasileira, praticamente com o mesmo elenco, conquistou mais uma medalha de prata nos Jogos Olímpicos de 2008, em Pequim. E o desfecho foi muito parecido com o de quatro anos atrás, da mesma competição. A grande final foi mais uma vez contra os Estados Unidos, e mais uma vez o ouro ficou com elas. Em 2014, a equipe brasileira foi hexacampeã do campeonato Sul Americano, mais conhecido atualmente como Copa América, tendo conquistado o título em 1991, 1995, 1998, 2003, 2010 e 2014. A única edição que o Brasil não venceu foi em 2006. Em 2015 mais uma medalha de ouro, agora pelos Jogos Pan-Americanos de Toronto, em uma final contra a Colômbia.

Silvana Goellner (2020) ao refletir sobre as questões da igualdade de gênero no âmbito da CBF argumenta que entre os anos de 2014 e 2016 o futebol de mulheres obteve o maior número de investimento e melhorias ao longo de sua história.

A criação da seleção permanente; A manutenção do Torneio Internacional; A participação da seleção na Algarve Cup 2015 e 2016; A realização de 14 amistosos até a disputa dos Jogos Olímpicos do Rio 2016. Foram realizados mais de 30 jogos entre as competições oficiais como o Torneio Internacional, o Campeonato Mundial, a Copa América e os Jogos Pan-Americanos. Ou seja, a seleção teve uma excelente preparação para os Jogos Olímpicos totalizando 46 jogos antes dessa competição; A criação do Campeonato Brasileiro com série A1 e A2; A criação do Grupo de Trabalho Futebol Feminino no Comitê de Reformas do Futebol Brasileiro; A cobertura do futebol feminino no site da CBF; A transmissão de jogos da seleção feminina pela CBF TV; O convite para ex-jogadoras atuarem como Assistentes Pontuais em amistosos da seleção reconhecendo, assim, a dedicação de mulheres que serviram durante anos a seleção e dedicaram boa parte de sua vida ao futebol; Algumas ações pontuais como o Torneio de Desenvolvimento do Futebol e da CBF Social. (GOELLNER, 2020, n. p).

Conforme explica Caroline Soares de Almeida (2018, p. 133), isso decorre porque diversas instituições procuraram colocar a modalidade em pauta, com destaque para o Ministério do Esporte e o Museu do Futebol. A pesquisadora acrescenta que a Seleção Permanente, foi inspirada no modelo da Seleção de Futebol Feminino dos Estados Unidos. “Visava um melhor entrosamento entre as futebolistas brasileiras, tendo em vista a possibilidade de pódios nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro” (ALMEIDA, 2018, p. 133). Em 2016 a FIFA introduziu a paridade de gênero na regulamentação do futebol mundial. O Artigo 23 do Estatuto da FIFA de março de 2016 versa sobre como devem ser formulados os Estatutos das Confederações. De acordo com Almeida (2019, p. 76) a grande mudança aconteceu no que diz respeito à igualdade de gênero, porque foi a primeira vez que a FIFA incluiu a palavra “gênero” entre suas proposições. Essa mudança no texto, além de ter proporcionado algumas ações de promoção do futebol de mulheres por confederações e

associações nacionais, “foi responsável pelo fortalecimento de movimentos de mulheres futebolistas – e de outras profissionais do futebol – em diferentes partes do mundo” (ALMEIDA, 2019, p. 76).

A Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) também aprovou em 2016, no estatuto, mudanças para promover a igualdade de gênero. Os clubes de futebol dos homens que quiserem obter a licença da confederação para disputar a Copa Sul-Americana ou a Libertadores da América deveriam criar equipe de mulheres até 2019 – ou se associar a outro clube que possuísse essa categoria atuante em campeonatos oficiais. Em outras palavras, isso significa que a partir de 2019, para jogar na competição, os clubes teriam que manter em seu quadro permanente uma equipe feminina atuante em campeonato oficial, além de uma equipe de base, dessa categoria, em mesma situação.

Nos Jogos Olímpicos de 2016 houve um despertar mais concreto, por parte do público e da mídia, para os feitos da seleção de mulheres (BARRETO JANUÁRIO, 2016). Esse apoio às mulheres na competição foi impulsionado pelo rendimento distinto que as duas seleções - feminina e masculina ainda na fase de grupos da competição. Enquanto o time feminino obteve bons resultados, o time masculino sequenciou derrotas e más atuações. Mas esse cenário muda logo nas oitavas de final, quando as mulheres perdem o jogo e são eliminadas.

Definitivamente, a mobilização do público e a visibilidade midiática foram mais contundentes durante a oitava edição da Copa do Mundo da FIFA, sediada na França em 2019, com a transmissão dos jogos da Seleção Brasileira em TV aberta, fato que vamos evidenciar mais à frente. Mas é importante destacar que o registro de recordes de audiência trouxe um grande e imediato retorno para a modalidade no país. Em setembro de 2020 a CBF anunciou a contratação de Aline Pellegrino e Eduarda Marranghello Luizelli para assumirem os cargos de gestão e comando voltados para o desenvolvimento do futebol de mulheres no Brasil. “Mulheres com experiência e expertise em cargos de comando, trabalhando pela modalidade, são cruciais para o desenvolvimento de estratégias de consolidação de uma prática que ainda possui aspectos de invisibilidade” (BARRETO JANUÁRIO; KNIJNIK, 2022, p. 448).

Dentro desse movimento crescente da modalidade ao longo da última década, podemos observar que a participação das mulheres no futebol tem aumentado significativamente, seja no número de times e atletas profissionais, seja no debate social sobre às mulheres na modalidade. Mas ainda é preciso cautela, uma vez que não podemos afirmar que as condições de acesso e participação das mulheres, em comparação aos homens, sejam igualitárias. Como afirmam as pesquisadoras Flora Morena Martini Araujo e Fernanda Ribeiro Haag (2022, p. 423), apesar de haver entusiasmo pelo futebol de mulheres, percebemos “continuidades dos entraves

simbólicos que perpetuam as dificuldades, ou mesmo exclusões, das mulheres” e que precisam ser analisados. Araújo e Haag (2022, p. 423) ainda acrescentam que isso impõe àquelas que desejam jogar a necessidade de percorrer caminhos muito mais longos que os homens e “mobilizarem muito mais forças para conseguir alcançar seu objetivo”.

Em um panorama geral do futebol de mulheres no Brasil, elas encontram poucas oportunidades. A maioria dos clubes de elite do futebol masculino não possui presença de times femininos e é quase inexistente estrutura de treino e investimento adequados. Um outro ponto a destacar é o treinamento tardio das atletas com a carência no futebol de base na modalidade, com exceção do estado de São Paulo¹, que promove o atraso no desenvolvimento tático, técnico e funcional das jogadoras e são barreiras evidentes para o crescimento da categoria (BARRETO JANUÁRIO; KNIJNIK, 2022). Aira Bonfim, em entrevista para o El País² considera que esse último salto na evolução da modalidade tem como objetivo “levar o futebol feminino para um lugar diferente do masculino”. “Não é só sobre pagar o mesmo para o Neymar e para a Marta, é sobre ser profissional. É também sobre fomentar o acesso para a menina que quer jogar, possibilidades de diálogo, além da qualificação dos campeonatos e calendários”, opina.

Soraya Barreto Januário e Jorge Knijnik chamam (2022) atenção para a falta de patrocínio e a lentidão no processo de mercantilização do futebol de mulheres. Eles destacam que este aspecto se tornou uma realidade mais palpável apenas na Copa da França.

O futebol de mulheres como uma mercadoria viável e lucrativa era visto há até pouco tempo com desdém e desconfiança pelos motivos elencados previamente e na compreensão de futebol como “coisa de homem”. O fomento do crescimento do interesse da indústria do entretenimento pelo futebol é a chave para a construção de um produto visível e rentável. A modalidade masculina já possui essa trajetória mercantilizada numa indústria que movimenta bilhões de dólares por ano. No caso do futebol de mulheres, é sabido que estamos no início desse caminho. E, apesar dos aspectos positivos e negativos desse processo, é nessa transformação que podem ser geradas as estruturas necessárias para o crescimento e desenvolvimento da modalidade. (BARRETO JANUÁRIO; KNIJNIK, 2022, p. 449).

Os pesquisadores ainda ressaltam sobre como o agendamento midiático da modalidade nos meios de comunicação de massa influenciam no desenvolvimento do futebol de mulheres no Brasil. O jornalismo cumpre um papel social e por isto, cabe a identificação e o

²¹ No Brasil, o estado de São Paulo é exemplo de referência no crescimento do futebol de mulheres. As competições estaduais já possuíam as categorias sub-11, sub-13, sub-15 e sub-17 e em 2020 foi anunciado o sub-9 feminino. A maioria dos clubes de outros estados brasileiros só possuem times de base nas equipes de sub-17.

²² <https://brasil.elpais.com/esportes/2021-04-17/proibido-por-80-anos-por-prejudicar-maternidade-futebol-feminino-estrela-brasileira-historico.html>

questionamento de como o futebol praticado por mulheres está presente nos veículos de comunicação. O próximo capítulo desta pesquisa reforça a necessidade de se redirecionar o status social dessa questão na sociedade brasileira e discutir a forma como a modalidade foi e tem sido pautada pela mídia.

3. JORNALISMO ESPORTIVO E SUAS RELAÇÕES DE GÊNERO

A relação do futebol com a identidade nacional brasileira e suas dimensões simbólicas perpassa pela influência do jornalismo, isso porque, o enriquecimento do futebol e sua profissionalização estão diretamente relacionados ao fortalecimento da imprensa esportiva no Brasil (MARQUES, 2003, p. 4). E da mesma forma que o jornalismo esportivo facilitou a ascensão popular do futebol dos homens, colaborou com a invisibilidade e a visibilidade estereotipada do futebol de mulheres. Nesse sentido, esse capítulo nos ajuda a compreender essa relação entre a imprensa esportiva e o cenário futebolístico brasileiro desde que a modalidade se inseriu no país e se consolidou devido à popularização das práticas desportivas na sociedade.

Na continuidade, discutimos sobre o contínuo processo de interdição e ruptura da mídia em relação a construção do futebol de mulheres no Brasil para compreender como a modalidade é percebida e consumida pelo público brasileiro, bem como foi e é representada pelos grandes veículos nacionais. Por fim, considerando a *Placar* o objeto de estudos dessa pesquisa, o capítulo resgata a participação da revista nesse cenário, traçando um percurso histórico do periódico sobre a cobertura do futebol de mulheres do Brasil desde a sua primeira publicação sobre a modalidade.

3.1 Jornalismo esportivo como editoria no Brasil

O jornalismo esportivo se desenvolveu no Brasil concomitantemente à popularização do futebol masculino no Brasil. Ambos evoluíram juntos nas primeiras décadas do século XX e essa parceria se mantém até os dias de hoje. A cobertura jornalística de esportes foi de suma relevância para a disseminação da modalidade e de seus torneios para várias localidades do país. A pesquisadora Li-Chang Shuen Cristina Silva Sousa (2005, p. 90) afirma que o desenvolvimento da imprensa esportiva brasileira deve muito a esse esporte que, se não fosse pela importância que adquiriu no país, “talvez as informações esportivas até hoje ainda estivessem relegadas a um segundo plano no jornalismo brasileiro e quiçá teria se tornado uma editoria independente”. No início, o jornalismo esportivo foi uma especialidade menos relevante dentro do jornalismo que ocupava pouco espaço, dispunha de pouco prestígio e atraía profissionais com menos habilidades e ambições que os redatores políticos e/ou literários, por exemplo.

Na época, pouca gente acreditava que o futebol fosse assunto para estampar manchetes de grandes jornais. De acordo com Paulo Vinícius Coelho (2003, p. 7), a rigor, imaginava-se

que até mesmo o remo, o esporte mais popular do país naquele período, jamais estamparia as primeiras páginas. “Como poderia uma vitória nas raias – ou nos campos, nos ginásios, nas quadras – valer mais do que uma importante decisão sobre a vida política do país?”. O auge dessa apropriação e popularização só aconteceria nos anos 30, com a profissionalização do esporte e com a efetiva incorporação do futebol à pauta dos jornais. A partir daí, o futebol se consolidaria como “o esporte das massas e nos anos subseqüentes o noticiário esportivo passaria a contemplar cada vez mais outras modalidades consideradas amadoras, como o atletismo, a natação, o vôlei e o basquete” (SOUSA, 2005, p. 93). Mas, sem dúvidas, a grande estrela desse jornalismo em terras brasileiras é e sempre foi o futebol.

A partir da década de 30 e ao longo dos anos 40, 50 e 60, período em que *A Gazeta Esportiva* e o *Jornal dos Sports* se tornam referência em termos de jornalismo esportivo, “a imprensa brasileira viverá uma de suas mais notáveis transformações técnicas” (STYCER, 2007, p. 7). Os jornais mais importantes vão incorporar o modelo consagrado, meio século antes, pelos jornais de prestígio nos Estados Unidos. Além do surgimento dos dois diários esportivos, surgiu um dos grandes nomes que revolucionaram a editoria de esportes no Brasil: Mário Rodrigues Filho. José Carlos Marques (2003) afirma que o trabalho de Mário Filho nos bastidores do futebol foi de certo modo decisivo para que o profissionalismo vingasse no futebol brasileiro no início de 1930.

A luta de Mário Filho permitiu que se ultrapassasse a oposição do amadorismo no futebol [...] Assumindo o caráter de ocupação remunerada, esse esporte passava a encarar de outra maneira a relação entre jogadores, clubes e platéia. Da mesma forma, a imprensa poderia dispor de mais elementos para também se defrontar com uma nova ocupação profissional, qual seja a do jornalista esportivo. (MARQUES, 2003, p. 4).

Mário Filho implementou inúmeras práticas na editoria esportiva, não apenas na estrutura textual, mas também na forma de apuração e coleta de informações. “O jornalista designava seus repórteres para locais onde os jogadores poderiam estar” (MELLO, 2015, p. 34) exatamente como acontece nos dias de hoje. A grande inovação vinda de Mário Filho foi a escrita, com uma linguagem coloquial, muito mais próxima do cotidiano popular, fazendo uso de diálogos e depoimentos, que até então não eram usados na editoria. Nas reportagens produzidas por suas equipes destacavam-se o conteúdo claramente narrativizado e as matérias dramatizadas. O recurso à entrevista também é uma das marcas do estilo de Mário Filho. Um dos diferenciais na cobertura da Copa de 1938, segundo Leda Costa (2011, p. 7), deve-se a Filho que “ligou para jogadores e comissão técnica da Seleção Brasileira e teve longas conversas que foram convertidas em matérias publicadas no jornal”.

A inserção de Mário Filho no jornalismo esportivo abriu possibilidades para a sua circulação também no campo literário. Escreveu diversas obras literárias - não apenas sobre futebol, mas é inegável que seu livro “O Negro no Futebol Brasileiro”, lançado em 1947, foi uma das mais obras significativas da época, principalmente para o cenário futebolístico brasileiro. Ao longo do livro, segundo Fernanda Haag (2004), Filho desenvolve uma historicidade própria do futebol brasileiro partindo de um início elitista e branco para alcançar ao final a democratização racial. Além de também contribuir sobre a teoria de uma identidade brasileira a partir do futebol. Não só nessa obra, mas principalmente em suas crônicas esportivas, Mário Filho “constantemente se contentava em narrar os acontecimentos e quando buscava explicações, frequentemente, se atinha ao nível simbólico” (COSTA, 2011, p. 8).

A maneira de Mário Filho em escrever de forma dramática situações cotidianas aproximava o torcedor da época do jogador e do seu clube do coração.

Frases de efeito, destaque ao caráter cênico das descrições, ênfase em aspectos dramáticos de certos acontecimentos, a inserção de detalhes, muitas vezes pitorescos, na descrição de determinados jogadores, dirigentes etc, foram técnicas narrativas comumente usadas por Mário Filho e levadas para as seções esportivas por ele comandadas. (COSTA, 2011, p. 8).

Nelson Rodrigues, irmão de Mário, também se dedicou à imprensa esportiva. Além de participar de programas de debate na televisão, o dramaturgo foi um dos principais produtores de crônicas esportivas do Brasil. “As crônicas esportivas de Nelson Rodrigues (1912-1980) são uma boa fonte de inspiração para quem pretende produzir materiais – jornalísticos ou não – sobre esporte” (MELLO, 2015, p. 37). Nelson começou a escrever sobre futebol pelo seu amor à modalidade, a Seleção Brasileira e, acima de tudo, pelo seu time do coração, o Fluminense. Mello (2015), afirma que as publicações de Nelson dizem muito sobre algumas estratégias utilizadas no jornalismo esportivo na atualidade. Ele utilizava elementos fictícios, inserindo, inclusive, personagens.

Natasha Santos Lise e André Mendes Capraro (2017, p. 233) complementam que o autor faz mais do que enaltecer/criticar as vitórias/derrotas da Seleção Brasileira ou do Fluminense, “ele estabelece as emoções decorrentes de cada situação, indo para além do esporte”. As crônicas de Mário Filho e Nelson Rodrigues motivaram os torcedores das décadas de 1940 e 50 a irem aos estádios. A crônica esportiva proporciona (muito por conta dos irmãos Rodrigues) um alinhamento entre o futebol e a identidade nacional. O futebol foi colocado e reforçado por esses literatos, através das crônicas, como uma prática essencialmente nacional, brasileira.

A partir da segunda metade dos anos 60, com cadernos esportivos mais presentes e de maior volume, o Brasil entrou na lista dos países com imprensa esportiva de larga extensão. Nos jornais impressos, os diários mais importantes já tinham seu espaço destinado ao conteúdo esportivo. Em 1970 foi lançada, pela Editora Abril, a Revista *Placar* que segundo Marques (2003), procurou revolucionar a cobertura esportiva no país na época. Pesquisadores/as da área do jornalismo esportivo apontam que a *Placar* foi um dos mais importantes veículos de imprensa esportiva brasileira (RIBEIRO, 2007; SALDANHA, 2009), “se não o principal” (MALAIA, 2012, p. 149) e atravessou diversas gerações de torcedores brasileiros. Além disso, contribuiu para construir no imaginário da torcida uma série de reflexões que vão desde a combinação “política e futebol” (SCHATZ, 2015; MALAIA, 2012) até as discussões acerca da necessidade de modernização do esporte mais popular do país (SALDANHA, 2009).

Utilizando uma linguagem mais moderna, buscando novas abordagens no tratamento dos atletas, abusando do uso de imagens e fugindo dos lugares- comuns próprios do meio do futebol, a revista sedimentou-se rapidamente como um dos veículos mais importantes no mundo do esporte e passou a influenciar as coberturas dos principais jornais brasileiros. (MARQUES, 2003, p. 9).

Figura 7 - Capa da Revista *Placar*, março de 1970.



Fonte: Portal Comunique-se, online, (13/012017)

Ainda na década de 70, o jornalismo esportivo ganhou novas dimensões depois que o rádio e a televisão surgiram na mediação das competições, jogos e eventos. O rádio foi um grande aliado do futebol desde o início. Ainda no início dos anos de 1930 as transmissões dos jogos pelo rádio fizeram com que a editoria de esportes ganhasse cada vez mais importância. Com o passar dos anos, a estrutura do rádio melhorou e o novo meio de comunicação se transformou em um grande sucesso. A junção do futebol com o rádio funcionou muito bem, um

acabou popularizando o outro. Na televisão, as primeiras transmissões foram feitas com uma única câmera fixa que acompanhava de longe as jogadas. E foi assim que as transmissões dos jogos de futebol se popularizaram. A Copa do Mundo de 70 foi a primeira a ser transmitida ao vivo, feita pela Rede Globo. O fenômeno da televisão veio a ser mais uma ferramenta para atrair novos torcedores para as discussões em torno do futebol.

Em 1980, o futebol masculino e a imprensa esportiva já se transformaram em um negócio que rende dinheiro e se torna uma nova fonte de lucros para grandes empresas, que seriam apoiadores, parceiros e patrocinadores. Maurício José Stycer (2007, p. 12) aponta que é nesse período que “crescem os investimentos de marketing esportivo, os negócios de compra e venda de jogadores mobilizam um maior número de agentes e a comercialização de direitos de transmissão de jogos e programas esportivos alcança cifras milionárias”. As camisas das equipes passam a exibir grandes marcas, bem como o próprio campo de jogo e seu entorno. Os torcedores pagam ingressos para assistir aos jogos, consomem produtos relacionados ao seu time do coração, como camisas e canecas, e também os direitos de transmissão passam a ser vendidos para grandes redes de televisão, que podem interferir nos horários das partidas. E esse cenário perdura até os dias atuais.

Os trabalhos dentro do jornalismo esportivo começaram então a se sofisticar, com formações mais específicas e especializadas. Além disso, os meios de comunicação também passaram a se preocupar com a modernização dos equipamentos e espaços físicos das redações. Matheus Simões Mello (2015, p. 39) explica que as ligações cada vez mais íntimas entre o dinheiro e o mundo da bola fizeram com que a imprensa precisasse de um corpo profissional melhor qualificado, “que estivesse preparado para escrever sobre os ídolos que demonstravam suas habilidades dentro e fora do país”. A maior atenção dada ao esporte pelos meios de comunicação do país resultou, nos últimos anos, “em aumento dos veículos especializados nas mais variadas mídias e, com isso, na busca por produtos inovadores, originais, que despertem a curiosidade do público” (MELLO, 2015, p. 44).

Hoje em dia, tornou-se natural, como afirma Marques (2003, p. 10), que os jornais dêem especial atenção à cobertura dos espetáculos esportivos. “Qualquer jornal de média e grande circulação que, hoje em dia, almeje o ‘status’ de ser chamado de ‘grande imprensa’, não poderá prescindir de uma respeitável página esportiva” (FREITAS FILHO, 1985, p.5 *apud* MARQUES, 2003, p.10). José Carlos Marques (2003) ainda declara no seu artigo que nos últimos vinte anos os jornais de referência do país acrescentaram esforços, no sentido de manter equipes mais preparadas para as editorias de esporte, com profissionais especializados. A noção

de realidade que o jornalismo esportivo carrega nos tempos atuais torna a cobertura esportiva tão importante quanto qualquer outra no jornalismo. Viviane Borelli ainda acrescenta que

Nos jornais, o esporte ‘habita’, via de regra, as últimas páginas, consideradas, juntamente com as primeiras, as mais atrativas e privilegiadas do conteúdo jornalístico. [...] Na televisão, o esporte é uma das poucas práticas que tem amplo espaço, com vários programas especializados. Já no rádio, as transmissões esportivas dominam a programação nos finais de semana, nos dias de jogos. [...] Na internet, há sites de jornais, revistas e órgãos especializados que possuem muitos links para assuntos relativos ao esporte, ocupando também um grande espaço na rede mundial. (BORELLI, 2002, p. 9) .

Mas a importância do jornalismo para a expansão do futebol, conforme pontua David Cintra Sobrinho (2005, p. 141), não pode ser resumida à quantidade de textos e à divulgação dos jogos e campeonatos já que a opinião da imprensa começou a influenciar nas decisões dos dirigentes esportivos. O autor destaca que a convocação de jogadores para defender o país começou a passar pelo crivo da análise de jornalistas, bem como das atuações dos times nos campeonatos. Além disso, a participação da imprensa em episódios como a aceitação de negros nos times e no selecionado nacional foi decisiva, assim como a pressão a favor da profissionalização, exercida no início da década de 1930 (CINTRA SOBRINHO, 2005, p. 141).

O interesse social pelo futebol no Brasil durante as Copas do Mundo, por exemplo, também é, segundo Édison Gastaldo (2009, p. 362) apropriado pela mídia que, em princípio, “atende a uma demanda social pré-existente”, produzindo peças de comunicação e criando um circuito de produção e consumo motivado pelo evento em curso, no qual se inserem, além da cobertura dos jogos, cadernos especiais nos jornais e revistas, longas matérias nos telejornais, programas diversos com a temática da Copa, anúncios publicitários, etc, “colaborando de modo ativo para definir a realidade nos termos ideológicos da representação do Brasil como o país do futebol”.

O esporte, por suas próprias características de entretenimento, lidando com paixões, emoções é um tema que perpassa interesses, cotidianos, sentimentos, anseios e expectativas de vários campos sociais. Viviane Borelli (2002, p. 18) ressalta que o futebol, em especial, povoa várias dimensões, pois faz parte de nossa “constituição cultural, imaginária e simbólica” e os símbolos produzidos pelos meios de comunicação funcionam como influência direta nos consumidores. “Todas as relações existentes na sociedade moderna passam de alguma forma por esses difusores de informação, incluindo o futebol” (PROCHNIK, 2010, p. 5). Assim, é frequente que no discurso da crônica esportiva a “Seleção Brasileira” venha a representar o “povo brasileiro”.

Os discursos e argumentos direcionados através da mídia comove sentido, desencadeia sentimentos, estimulam comportamentos. “Emitir opiniões e construir um ideário para o futebol foi, durante muito tempo, o papel de cronistas, enquanto comunicadores de conteúdo jornalístico” (WOLF, 2003, p. 33). As imagens e representações sobre o mundo esportivo são, em grande parte, “influenciadas pela mídia, uma vez que a grande maioria das pessoas só toma contato com eventos esportivos através da imprensa” (KOIVULA, 1999, *apud* SOUZA; KNIJNIK, 2007, p. 37). Então, a mídia esportiva é essencial no papel de divulgação, acesso e consumo aos mais diferentes esportes. Ou seja, se a imprensa não divulga essas informações elas ficam restritas apenas a quem está ligado diretamente com a modalidade (atletas, comissão técnica, direção e etc).

Viviane Borelli (2002) destaca que o esporte só ganha existência social porque passa por procedimentos técnicos, teóricos e por uma grande conversação empreendida no cotidiano, seja pela construção da agenda midiática ou pelas falas dos atores sociais - da opinião pública. “Sem o empreendimento da linguagem sobre o esporte, ele passa a ser apenas uma atividade regrada, praticada pelos seus atores, ficando limitada à experiência daqueles que o vivenciam” (BORELLI, 2002, p. 3). A cobertura esportiva, ainda de acordo com Borelli (2002, p. 15), se faz em meio “a uma transação de falas”, onde estão presentes as vozes dos atores sociais (jogadores, atletas), dos dirigentes, do marketing, do Clube, do patrocinador, do técnico, do torcedor, da equipe médica, etc. A partir de inúmeras práticas (promover uma grande falação em torno de um acontecimento, cultivar o ídolo, fazer avaliações, análises, conjecturas, ‘focofocas’, sondar fatos, causas e conseqüências, orquestrar relatos sobre um fato particular, como uma despedida de um atleta, a conquista de um título, o fracasso, etc), “o jornalismo tematiza e institui o esporte” (BORELLI, 2002, p. 16).

Nesse sentido, Elaine Romero (2004) constata que dentro dessas estruturas de mídia existe o reflexo social de uma visão binária de gênero e de superioridade masculina. Não à toa, é justamente o futebol masculino a pauta que mais recebe a atenção do jornalismo esportivo brasileiro, gerando discursos carregados de componentes que contrariam ou reforçam certas representações. As essas particularidades do fazer-notícia no caderno esportivo tem muito a ver com as desigualdades de gênero existentes na nossa sociedade e que comprometem a visibilidade das modalidades femininas.

3.2 Gênero no jornalismo esportivo brasileiro

Sem a criação de uma cultura de cobertura contínua da mídia, o futebol de mulheres foi, gradualmente, permeado por contornos de invisibilidade, silenciamento (GOELLNER, 2003;

BARRETO JANUÁRIO; VELOSO, 2019). A invisibilidade ou insuficiente visibilidade dada ao futebol de mulheres pela mídia esportiva, é reflexo de um histórico de proibições que revela vícios, estereótipos e preconceitos pautados em “relações de poder de ordem política, paternalista e patriarcal” (BARRETO JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020, p. 44-45). Márcia Veiga da Silva (2018), acrescenta, a partir de um olhar mais contemporâneo sobre as rotinas produtivas, que a existência de uma hierarquia de valores-notícia de gênero e sexualidade, assentada em uma racionalidade machista e misógina, atravessa a produção de notícias e contribui para a reprodução, manutenção, ressignificação ou transformação de padrões de desigualdade no jornalismo.

O futebol de mulheres sofreu, em diferentes momentos, fases e contextos sociais com uma imprensa que atuou de maneira desconexa na disseminação de informações. O que se evidencia, segundo Leda Costa (2017, p. 495) é que, em grande medida, o jornalismo — impresso ou televisionado — pouco contribuiu para o fortalecimento do futebol das mulheres. Ao contrário, diversos estudos mostram o quanto as representações midiáticas fizeram uso de “estereótipos para a representação da mulher atuando nos gramados de futebol, perpetuando, dessa forma, preconceitos que dificultam demasiadamente o desenvolvimento da modalidade” (COSTA, 2017, p. 495). E esse cenário foi construído pela imprensa brasileira desde o início da história do futebol no Brasil. Como visto anteriormente nesta pesquisa, mulheres aderindo à prática da modalidade não foi visto com bons olhos pelas autoridades brasileiras da época. E a imprensa não tardou a comprar a ideia lançada pelo governo de que o futebol afetava a saúde da mulher e poderia comprometer sua capacidade de ser mãe.

Diversos exemplos ilustram a contribuição da mídia na elaboração da diferença entre sexos no contexto futebolístico brasileiro, “particularmente através de insidiosas ambivalências, colocando, assim, o homem na continuidade da posição hierárquica dentro do esporte” (ROMERO, 2004, p. 107). O jornal *Gazeta Esportiva* muito pregou pelo fim da prática de mulheres no futebol e comemorou, através de publicações, o decreto de lei que proibiu a prática da modalidade pelas mulheres. Na época, publicou a opinião de um médico especialista em medicina esportiva que atesta a veracidade dos danos causados às mulheres que jogavam futebol. Conforme descreve Franzini (2000, p. 77) o profissional afirmava que “não é no futebol que a juventude feminina se aperfeiçoará. Pelo contrário, é o futebol o esporte que lhe trará defeitos e vícios; alterações gerais para a própria fisiologia delicada da mulher, podendo comprometer seriamente os órgãos da reprodução (ovário e útero)”. O jornal estimulou a presença feminina nos campos de futebol apenas para torcer. “O lugar da mulher no futebol

era na arquibancada, e em alguns estádios, ainda por cima, confinadas a lugares reservados” (FRANZINI, 2000, p. 81).

Uma outra parte da mídia impressa iniciou uma tentativa de acompanhar o futebol de mulheres na década de 1980, “acompanhando o Esporte Clube Radar (E.C.R.) em sua trajetória de conquistas e desbravamentos da categoria pelo nosso território e no exterior, ressaltando a técnica e a seriedade alcançadas pelo time” (MOURÃO; MOREL, 2005, p. 80). De acordo com Leda Costa (2017, p. 501) o *Jornal dos Sports* se destaca na cobertura dos campeonatos de futebol de mulheres de areia, sobretudo os jogos do Clube Radar. “As matérias vinham ilustradas com fotos das equipes, assim como do público presente à praia, tudo cercado de um discurso que enfatizava o sucesso das competições e a habilidade das jogadoras”. Mas embora por uma parte da imprensa haja o incentivo à modalidade, Leda (2017, p. 503) destaca que “esse fato não excluiu a coexistência de conteúdos estereotipados”.

Soraya Barreto Januário (2019) acrescenta que, por décadas, a modalidade não só foi esquecida e silenciada pela grande mídia, mas também naturalizada em estruturas associadas à construção da masculinidade e virilidade. Diversos autores como Calçade (2004), Souza e Knijnik (2007), Romero (2004) e Jaeger (2006) apontam para o fato de que as mulheres, em muitos casos, não são retratadas pelas suas conquistas, performances, habilidades ou pelos aspectos técnicos e táticos dentro da sua modalidade, e sim pelo seu corpo, sua beleza (ou “falta” dela), seu lado emocional e sua sexualidade. Já com os homens acontece geralmente o oposto, eles são retratados pelos seus feitos atléticos, pela sua força, coragem e determinação. Romero (2004, p. 107) afirma que “a mídia constrói o esporte a partir da diferença entre gêneros e a hierarquia dos sexos” ao dar cobertura significativamente maior à aparência física e ao comportamento feminino, frequentemente comparando seu desempenho com o dos atletas do sexo masculino.

A grande maioria das primeiras notícias que pautam o futebol brasileiro de mulheres são conduzidas de forma apelativa à beleza das jogadoras e à espetacularização de seus corpos, sob o argumento de que, se as atletas forem bonitas, atraem público para os estádios e, portanto, ampliarão os recursos captados com os jogos. Novamente objeto do olhar de outrem, “o corpo erotizado no e pelo esporte, inventa uma imagem da atleta contemporânea que, mesmo exercitada fisicamente, inscreve no seu corpo marcas que o tornam absolutamente desejável” (GOELLNER, 2005, p. 147). A pesquisa de Natane Heloisa Generoso (2016, p. 23) menciona um episódio ocorrido durante a Copa Libertadores de Futebol Feminino em 2009, em uma das transmissões da rede Bandeirantes, onde o narrador Luciano do Vale e o comentarista Osmar de Oliveira fazem comentários sobre os estilos das jogadoras, “reproduzindo os estereótipos

mediáticos de beleza, deixando de lado o papel de narradores da partida”. Luciano do Vale, em meio ao jogo faz uma pergunta à repórter Fabíola Andrade:

[...] Fabíola Andrade, a mulher sempre tem algumas coisas interessantes para serem acrescentadas numa transmissão, por isso que eu acho que o nosso sexo oposto, que na verdade é o sexo... não é oposto, é que nos ajuda muito, é companheiro...você pode trazer algumas novidades das meninas? Qual é... O time da Bolívia é um time de bonitas? É um time de cabelo arrumado? Elas são vaidosas? (SANTOS; MEDEIROS, 2012, p. 190).

O corpo atlético, torneado e, em geral, esbelto, da mulher-atleta sempre estampou com maior evidência os discursos da mídia noticiosa. Qualquer representação que destoasse dessa ideia preconcebida era retratada com desdém, piadas jocosas e sexistas a respeito da sexualidade, beleza e/ou vida pessoal das atletas (GOELLNER, 2004). Nesse contexto, feminizar as mulheres é, sobretudo, feminizar a aparência e o uso dos seus corpos. É também construir, como complementa Goellner (2005), uma narrativa que ressalta a beleza, a graciosidade e a sensualidade como seus maiores atributos, reforçando, portanto, uma representação hegemônica de feminilidade. A Revista *Placar*, objeto de análise deste estudo, é um significativo exemplo que ilustra esse cenário, fato que vamos desdobrar no próximo tópico deste capítulo.

Ao longo do tempo, alguns dos resultados conquistados pela Seleção Feminina de Futebol se destacaram como momentos de visibilidade na imprensa esportiva, como a medalha de prata nos Jogos Olímpicos de Atenas em 2004, do ouro nos Jogos Pan-Americanos em 2007, o vice campeonato mundial em 2007, e os títulos de Melhor Jogadora do Mundo da Fifa por Marta em seis oportunidades (2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2018). A seleção das mulheres também costuma ganhar visibilidade em competições que por si só capitalizam ampla atenção midiática, como é o caso dos Jogos Olímpicos. A seleção masculina também participa desse mesmo evento, o que faz com que “seu desempenho seja frequentemente usado como uma espécie de fonte comparativa que serve de mote para a construção das narrativas sobre a seleção feminina” (COSTA, 2019, p. 3). Leda (2019, p. 4) reitera que quando Marta é chamada de “Pelé de saias” ou “o Neymar do futebol feminino”, mesmo acreditando que se está elogiando, “significa fomentar a tendência de fazer da performance masculina o paradigma de excelência”.

Esse cenário entrou ainda mais em evidência nos Jogos Olímpicos de 2016. No jogo da seleção masculina contra a seleção do Iraque, ainda na fase de grupos da competição, o nome Marta foi gritado em coro por grande parte do público presente no estádio Mané Garrincha, em Brasília, com gritos de “Ah, Marta é melhor do que Neymar!” o que “o jornal O Globo

interpretou como sendo um dos vários exemplos de constrangimentos passados pelos jogadores” (COSTA, 2019, p. 6).

Se por um lado ter seu nome acionado pode ser compreendido como uma forma de elogio à Marta, por outro também podemos tomar essa atitude como um tipo de provocação a Neymar ao se insinuar que uma mulher deveria estar em seu lugar. Na crônica “Algo de podre”, Juca Kfoury destaca o fato de a seleção feminina ter virado um: parâmetro para fustigar Neymar e companhia, principalmente ao fazer emergir o nome de Marta [...] (COSTA, 2019, p. 6).

A pesquisadora Leda Costa recorda que a comparação entre Marta e Neymar ganha mais fôlego com a divulgação da imagem do menino Bernardo²³ vestido com uma camisa da seleção masculina em que o nome de Neymar aparece riscado e, em seu lugar, surge o de Marta escrito à mão. Esse episódio foi fartamente comentado, estimulando ainda mais o que Leda (2019, p. 6) chama como a “guerra dos sexos”, sobretudo, nas redes sociais “que se transformaram em uma arena de disputas de grupos que se manifestavam favoráveis e contrários à exaltação de Marta em detrimento de Neymar”. Em seu estudo, Leda (2019, p. 6) escreve que na edição do jornal *O Globo*, que foi às bancas no dia do jogo da seleção masculina contra a Dinamarca, o caderno de Esportes faz a seguinte pergunta “*Neymar vai virar Marta? É garantir a vaga ou mergulhar de vez na crise*”. Conforme ressalta a pesquisadora, “novamente se desenha a comparação com a jogadora brasileira como algo negativo”.

Figura 8 - Memes criados e divulgados na Internet durante os Jogos Olímpicos de 2016.

²³ O nome do menino é Bernardo Sampaio Silva. Ele foi filmado por uma voluntária dos Jogos, vestindo uma camisa da seleção com o nome de Marta no lugar de Neymar, enquanto assistia a disputas de judô na arena Carioca 2. O vídeo com o depoimento de Bernardo pode ser acessado em: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/olimpiadas/2016/08/09/sai-neyymar-entra-marta-meninodono-de-camisa-e-fados-dois-mas-pede-raca.htm>



Fonte: Almeida (2018)

Enquanto a mídia hegemônica brasileira dava as costas para o futebol de mulheres, o público interessado na modalidade precisou recorrer a espaços alternativos de produção e circulação de informação. Nesse sentido, o maior esforço de expansão da cobertura esportiva do futebol de mulheres foi impulsionado pela dedicação de blogs e perfis nas redes sociais que há anos fazem a cobertura da modalidade de forma independente e voluntária, a exemplo do portal *Dibradoras*. Percebendo a mobilização acentuada e a atuação de uma audiência potente, “a grande mídia deu uma chance para ouvir do público a resposta para uma afirmação que há muito ecoa entre os aficionados mais conservadores: futebol feminino não dá público” (JANUÁRIO; LIMA; LEAL, 2020, p. 51).

Ao refletir sobre essa construção da imprensa esportiva sobre o futebol de mulheres, Figueiredo (2019) recorda que a proibição feminina à prática desse esporte acontece na década de 1940, justamente o período em que começa a transmissão radiofônica das partidas pelo Brasil e, por conseguinte, o consumo midiático dos clubes de futebol enquanto produtos. Então, quando se diz que não há público para o futebol de mulheres e que por isso não há investimento e/ou visibilidade, “simplesmente é por que o público não foi criado” (FIGUEIREDO, 2019, p. 81).

A pesquisa de Érika Alfaro de Araújo (2021, p. 21) observa que o estímulo do relacionamento com a torcida é outro fator a ser levado em conta. Quando o público está em constante contato com notícias, comentários, análises e transmissões, cria-se maior

identificação entre o time (clube ou seleção nacional) e o torcedor ou consumidor de conteúdo. Conforme ressalta Erika (2021, p. 21), esse ponto também é relevante economicamente: “quanto mais popular uma equipe, maior o interesse em oferecer patrocínio, mais produtos, como camisas, serão consumidos e mais pessoas nos estádios (para apoiar o time, compor o espetáculo e pagar pelos ingressos).” O papel sociocultural, da mesma forma, apresenta-se evidente. A visibilidade não atrai somente as marcas que se interessam pela exposição: ao mesmo tempo, a noção reproduzida pela mídia do esporte contribui para o fortalecimento da interligação das imagens simbólicas do futebol e do gênero colocado em evidência.

A Copa do Mundo de 2019 na França trouxe dados que comprovam que o interesse popular pela modalidade existe: além de registrar o maior número de ingressos comercializados na história deste torneio, a oitava edição do Mundial Feminino foi um sucesso absoluto em ibope nas televisões. A Rede Globo, pela primeira vez na história, transmitiu ao vivo os jogos da Seleção Brasileira, assim como a partida da final da Copa do Mundo Feminina. É importante lembrar que se trata de uma emissora de tradição no que diz respeito à imprensa esportiva no Brasil, tanto no que se refere à atuação em transmissões e coberturas quanto no desenvolvimento de programas esportivos especializados.

A Rede Globo adquiriu o domínio dos direitos de exibição de todas as partidas da Copa de 2019, transmitindo os jogos da Seleção Brasileira na TV aberta e os outros 96% da competição no SporTV – canal pago pertencente ao Grupo Globo. Com os direitos de transmissão, os canais do Grupo Globo passaram a veicular diariamente em seus programas jornalísticos televisivos uma série de reportagens sobre a Seleção Brasileira Feminina e sobre o Mundial. Além disso, houve divulgação de diversos conteúdos informativos seis meses antes da competição, com o intuito de introduzir seus telespectadores à temática que se aproximava.

Foi a primeira vez que o público brasileiro pôde acompanhar, através do maior conglomerado de mídia brasileiro, a Seleção principal feminina representar o Brasil no maior campeonato futebolístico do mundo, o que, segundo Castro (2020), contribuiu para consolidar a Copa de 2019 como um marco na história da modalidade no Brasil no que diz respeito à audiência e à repercussão jornalística. Na edição anterior do Mundial, realizado no Canadá em 2015, a quantidade de partidas transmitidas foi bem menor: a emissora pública TV Brasil transmitiu os jogos da Seleção Brasileira desde a fase de grupos até as oitavas de final, e a Band exibiu apenas o jogo da Seleção nas oitavas de final. Em sua pesquisa sobre a cobertura realizada pelos portais de notícias pernambucanos sobre a Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2015, Soraya Barreto Januário (2017, p. 40) concluiu que a análise das notícias

que circularam pelos portais durante o evento constata “a nítida negligência da mídia para com o Mundial Feminino de Futebol com a pouca visibilidade dada a Marta e as demais jogadoras em detrimento ao amplo espaço dado aos atletas de mesma modalidade do gênero masculino”.

Os dados oficiais da FIFA mostram que 19,7 milhões de brasileiros acompanharam Brasil x Jamaica no dia 9 de junho de 2019. A partida contra a Itália (terceira da fase de grupos), em plena terça-feira em horário comercial para os brasileiros, somou 22,6 milhões de espectadores na audiência e o Brasil finalmente emplacou um novo recorde no Mundial das mulheres: 35 milhões assistiram ao jogo entre a Seleção Brasileira e a França nas oitavas de final, maior audiência da história do torneio em todo o planeta. Em se tratando de redes sociais, os números também foram positivos. A autora desta pesquisa realizou um estudo ²⁴ em 2020 que investigou, através de matérias publicadas pelo portal *Dibradoras*, dados que identifiquem como se deu a construção do evento Copa Feminina de 2019 como um acontecimento jornalístico esportivo que consolidou essa competição um marco na história da modalidade no Brasil no que diz respeito a audiência e repercussão jornalística. Ao analisar a matéria publicada pelo portal no dia 10/06/2016, de título “*O impacto da Copa feminina e da estreia do Brasil nas redes sociais*”, foi possível identificar que marcas, influenciadores, veículos e fan-pages engajaram muitas pessoas por meio de posts sobre a competição em seus perfis. A jornalista que escreveu a matéria destaca que a Rede Globo, por exemplo, é o veículo de imprensa que mais alcançou seguidores durante o jogo nas redes sociais. “Com nove posts feitos sobre o jogo em redes como Facebook e Twitter, a emissora impactou mais de 10 milhões de pessoas” (DIBRADORAS, 2019).

Outro dado importante exposto na matéria é de que além dos termos relacionados a jogadora Marta, os principais termos mencionados nas redes sociais no dia da estreia brasileira foram “Copa Feminina”, “Seleção Feminina” e “Copa do Mundo Feminina”. Ainda durante os 90 minutos de jogo, o Twitter mostrou que entre os cinco assuntos mais citados na plataforma, todos eles correspondiam ao Mundial das mulheres. As redes sociais das jogadoras brasileiras também cresceram vertiginosamente após o primeiro jogo. Entre os dias 07 e 10 de junho, Formiga foi a atleta que mais cresceu nas redes sociais, cerca de 295%. (CASTRO, 2020, p. 8).

Ludmila Mourão e Márcia Morel defendem a existência do que denominam “movimento sanfona”, em referência ao interesse do futebol de mulheres na mídia e afirmam ainda que a modalidade ainda não teria encontrado um “espaço permanente na vida e na mídia

²⁴ <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1430-1.pdf>

esportiva brasileira” (MOURÃO; MOREL, 2005, p.84). Às pesquisadoras complementam que o interesse midiático sobre a categoria seria em ondas, que oscilam ao longo do tempo. Mais recentemente, Costa (2017) reafirma esse panorama afirmando haver booms de pautas do futebol de mulheres na grande mídia, mas ainda sem uma sedimentação contínua evidente e, de acordo com Soraya Barreto Januário e Jorge Knijnik (2022) a Copa da França nos sugere uma possível mudança nesse cenário. Entretanto, é indispensável ressaltar que a pandemia do novo coronavírus, deflagrada em 2020, interferiu na continuação dessa realidade, considerando a paralisação de algumas competições e clubes encerrando as atividades na modalidade feminina.

25

Como mencionado no capítulo anterior, é inegável que nos últimos anos foi possível notar o crescimento do futebol de mulheres no Brasil, seja no número de times e atletas profissionais, seja no debate social sobre as mulheres na modalidade. Barreto Januário e Knijnik (2022, p. 437) destacam que o crescimento do debate em torno da representatividade e participação das mulheres em espaços, campos de saber e fenômenos sociais historicamente naturalizados como masculinos, da qual o futebol é um exemplo, tem sido evidente. No estudo realizado por Soraya Barreto Januário e Jorge Knijnik em 2022 e publicado no livro “Futebol das mulheres no Brasil: emancipação, resistências e equidades” os autores dissertam sobre os novos rumos do futebol de mulheres no Brasil e apresentam algumas das políticas públicas, iniciativas privadas e de entidades esportivas na construção de uma prática mais equânime e igualitária. Eles sugerem algumas frentes estratégicas de ação observadas à luz da literatura dos estudos do futebol, “que se interligam e entrelaçam com as mudanças, incentivos e políticas que puderam ser observadas nos últimos anos no Brasil” (BARRETO JANUÁRIO; KNIJNIK, 2022, p. 442). A sexta e última estratégia de ação apontada pelos autores se relaciona ao agendamento midiático da modalidade nos meios de comunicação de massa.

Com efeito, elencamos em análise e observação aos estudos prévios sobre a representação da mulher na mídia esportiva pontos convergentes nas invisibilidades e possíveis ajustes na promoção da representatividade das mulheres na mídia esportiva, são eles: a. Representação tática e técnica da modalidade e das atletas; b. Romper com representações objetificadas e hipersexualizadas ou em torno da sexualidade das atletas; c. Continuidade dos debates e reflexões em torno das competições nacionais e regionais da modalidade. (BARRETO JANUÁRIO; KNIJNIK, 2022, p. 450).

A erotização dos corpos das mulheres atletas e o processo de hipersexualização e objetificação do corpo da mulher-atleta, conforme apontam Barreto Januário e Knijnik (2002)

²⁵ <https://azmina.com.br/reportagens/times-encerrados-e-salarios-atrasados-os-efeitos-da-pandemia-no-futebol-feminino-brasileiro/>

são também aspectos conhecidos da mídia sobre a representação das mulheres, como vimos anteriormente, e que persistem até os dias atuais. Porém, já não passam despercebidas pela audiência e pelas atletas. “A desconstrução desse ideário e dessas narrativas abarcadas na ideia de que “sexo vende”, estão longe de serem abandonadas, entretanto, já não são recebidas pelo público com a mesma passividade de outrora” (BARRETO JANUÁRIO; KNIJNIK, 2022, p. 452). Dessa forma, Soraya e Jorge (2022, p. 542) sugerem que um novo cenário vem sendo “construído para uma mudança mais efetiva desses discursos sexistas e desrespeitosos com pautas mais focadas no perfil tático e de jogo das atletas, assim como, análises mais focadas nos resultados e feitos das jogadoras, árbitras e comissão técnica”.

Por fim, Barreto Januário e Knijnik (2002, p. 452) observam que a continuidade ou não dos debates e reflexões em torno do futebol de mulheres na mídia, que ultrapassem a agenda das Copas do Mundo da FIFA, “podem nos dar indícios de mudanças mais palpáveis na representatividade e representação do futebol de mulheres nos meios de comunicação e por consequência no âmbito social (e vice-versa)” A veiculação e cobertura de competições nacionais, regionais e internacionais como a Copa América e as Olimpíadas, como tem feito a mídia de nicho e alternativa, da qual é exemplo as *Dibradoras*, vem propondo outras percepções sobre as coberturas jornalísticas nos esportes. Soraya e Jorge (2022, p. 452) concluem que é preciso exigir a continuidade do agendamento das pautas e de um calendário continuado e propositivo na construção de cultura midiática e futebolística associada às mulheres.

3.3 Gênero no jornalismo esportivo da revista *Placar*

Apontada pelo pesquisador André Ribeiro (2007, p. 208) como “a maior e melhor revista esportiva do Brasil”, a *Placar*, objeto de pesquisa deste estudo, nasceu em 1970, ainda durante o processo de proibição das mulheres no futebol. Historicamente, foi e continua sendo uma revista voltada para o público masculino. De acordo com dados da Editora Abril publicados em junho de 2020 e apresentados na pesquisa de Daniel Felipe de Oliveira Leal e Giovana Borges Mesquita (2021, p. 97), 90% da audiência da revista é composta por homens e os outros 10%, mulheres. De acordo com a mesma fonte, a *Placar* tem circulação nacional e possui 2.537.000 leitores ativos em todas as plataformas, o que engloba a revista física, nosso objeto de pesquisa, mas também a sua versão digital. Atualmente, o periódico tem uma tiragem mensal de 11.179 exemplares, entre vendas avulsas (3.200) e assinaturas (7.979).

A revista demorou mais de uma década para falar sobre o futebol de mulheres, com os primeiros registros surgindo apenas a partir dos anos 1980, quando a cobertura às mulheres

futebolistas passou a existir, ainda que de maneira irregular e estereotipada. Leila Salvini e Wanderley Marchi Júnior (2016) desenvolveram um estudo sobre as edições da revista *Placar* entre os anos de 1980 e 2010, tendo como busca a palavra chave: “futebol feminino”. Os autores observaram que a partir da *Placar*, a cobertura da imprensa sobre o futebol de mulheres apontando basicamente três momentos temporais dessa relação: 1) o esforço para apresentar jogadoras em poses ou ações que lembrem a normatividade de gênero, na década de 1980; 2) a dicotomia na veiculação de informações e imagens de mulheres atletas e de modelos que jogavam futebol – década de 1990; e 3) o anseio pela profissionalização feminina nesse esporte entre 2000 e 2010.

Os autores escrevem que a primeira matéria sobre futebol de mulheres encontrada na revista é na edição 593 de 5 setembro de 1980, e diz respeito a participação de uma leitora:

Aqui no Brasil ainda acham que lugar de mulher é na casa cuidando dos filhos. Mas estamos sem 1980! Não acham que está na hora de se montar um campeonato feminino? Sugiro, portanto, que *Placar* faça uma campanha em defesa do futebol feminino, mostrando que a mulher sabe gingar com o pé na bola. (*PLACAR*, 5 de setembro de 1980 p.66 *apud* SALVINI; JUNIOR, 2016, p. 102).

Aparentemente, como forma de atender a solicitação da leitora, na edição seguinte e na mesma sessão localizada nas páginas finais da revista, Salvini e Junior (2016, p. 2) encontraram uma enquete que dizia: “Você é a favor do futebol feminino?” e “Você chegaria mais cedo ao estádio só para ver uma preliminar entre dois times de mulheres?” Essa enquete foi veiculada nas edições de 25 de setembro e 2 de outubro de 1981. De acordo com os autores, a edição de 2 de outubro de 1981 já apresentava algumas respostas, fomentando a participação de uma grande maioria de mulheres, as quais, “levantaram a bandeira em defesa da sexualidade e feminilidade das futebolistas” (SALVINI; JUNIOR, 2016, p. 102). Mesmo com a realização de campeonatos regionais e estaduais desde 1980, os autores identificaram que para a revista em questão o decreto foi revogado somente no ano de 1981 e não em 1979, como apontam os documentos oficiais. Por esse motivo, a aparição de informações acerca do futebol de mulheres foi surgindo lenta e timidamente.

Figura 9 - Recorte da Revista *Placar*.

FALA, LEITOR!

PLACAR quer que você também participe desta discussão.
Responda às duas perguntas abaixo, destaque o cupom e o endereço
para Rua do Curtume, 635, caixa postal 2372, CEP 01000, São Paulo, SP

Você é a favor do futebol feminino?
 SIM NÃO

Você chegaria mais cedo ao estádio
só para ver uma preliminar entre dois times de mulheres?
 SIM NÃO

Nome

sexo idade

Fonte: SALVINI; JUNIOR (2013, p. 100).

Na edição de fevereiro de 1984 foi publicada uma matéria de duas páginas intitulada “Futebol feminino: o charme da conquista”, que destaca o desempenho internacional das “meninas do Radar” e de outras três importantes equipes do futebol de mulheres: Internacional, São Paulo e Atlético Mineiro. Leila Salvini e Wanderley Marchi Júnior (2016, p. 103) observam que a disposição geográfica das equipes denota a proporção que a modalidade ensaia em tomar, “e é essa disseminação que orienta a matéria em questão, a qual faz alusões ao novo mercado de produtos esportivos que estão sendo produzidos e comercializados para o público feminino.” Além disso, os autores destacam que as “garotas propaganda” foram escolhidas mais pela beleza física e harmonia das formas do que pela habilidade esportiva. Para Salvini e Junior (2016, p. 103) uma “aparente necessidade de apresentar a dicotomia entre os gêneros aos poucos vai se evidenciando e fazendo parte das características, ou mesmo, do editorial da revista”. Essa afirmação ganha corpo quando a primeira capa sobre o futebol de mulheres da revista *Placar* ilustra a jogadora Vandira, do extinto clube Pinheiros – PR, trajando a camisa azul do clube e uma calcinha branca com a seguinte chamada: “Futebol Feminino: 3.000 times e 45.000 mulheres em campo”. A matéria interna é intitulada: "O charme vai a campo", e retrata que a modalidade “é definitivamente uma graciosa realidade no país do futebol”.

Figura 10 - A primeira capa da *Placar* dedicada ao futebol de mulheres, na edição nº 738.



Fonte: Revista *Placar*.

Leila Salvini e Wanderley Marchi Júnior (2016, p. 104) apontam que a cobertura da *Placar* sobre o futebol de mulheres durante a década de 1980-1990, ao mesmo tempo em que evidenciava as habilidades esportivas das mulheres, faziam questão de destacar momentos que ressaltam as preocupações com a beleza física e com sensualidade, “como uma espécie de ferramenta para reforçar o gênero feminino normativo e desconstruir os preconceitos e questionamentos acerca sexualidade das mulheres que praticam futebol”. Com a intenção de ilustrar essa mescla entre o que os autores chamam na pesquisa de “habilidosa, porém feminina”, Salvini e Junior (2016, p. 104) elencam as legendas das fotos publicadas na edição mencionada anteriormente: “Bel: com a camisa 7, a grande musa do belo inter”; “Paraná: Colorado e Pinheiros lutam pelo título”; “Eurico Lira: cartola, pai e técnico”; “Vandira: preocupações vaidosas”; “Sally: agora, felizmente, o futebol é coisa pra mulher”.

A revista ficou um período de três anos sem publicações sobre o futebol de mulheres. Em 1988 volta a tratar da modalidade de modo superficial na edição de abril de 1988, mencionando a existência de um time de futebol formado por modelos e atrizes da Rede Globo de televisão, conhecidas como “Globetes”. No entanto, Leila Salvini e Wanderley Marchi Júnior (2016) destacam que as menções são direcionadas à Isadora Ribeiro, a “garota da abertura do fantástico”, Globete há dois anos e não ao futebol em si. A pequena matéria inicia entoando: “Com a bola nos pés, ela é uma negação completa. [...] ninguém vai quando ela erra um passe ou perde um gol. [...] As Globetes se preocupam apenas em dar um autêntico show de beleza no gramado” (*PLACAR*, 8 abril 1988, p. 53). A desconstrução da associação da

imagem da mulher futebolista à homossexualidade permeou as matérias e as ilustrações – “que apresentavam jogadoras com aspectos da feminilidade normativa e em poses sensuais – mesmo que de maneira destorcida e maquiada” (SALVINI; JUNIOR, 2016, p. 104).

A partir da década de 1990 a revista assume uma nova linha editorial e assume o slogan “Futebol, Sexo e Rock’n roll”. Nessa nova fase, a temática futebol de mulheres é abordada de diferentes formas, separando jogadoras esteticamente bonitas ou modelos, que “na maioria das vezes aparecem num formato de pôster em uma sessão intitulada “Deusa” – das jogadoras com melhor desempenho esportivo ou ainda assuntos sobre a seleção brasileira de futebol feminino” (SALVINI; JUNIOR, 2016, p. 106). Na pesquisa de Daniel Felipe de Oliveira Leal (2020, p. 115), o autor escreve que o foco editorial das publicações era o mesmo de sempre: “futebol – porém, reformulado em matérias e reportagens que envolviam comportamento dos atletas, um forte viés de entretenimento e, claro, uma hipersexualização feminina no esporte”. Em sua análise quantitativa, Leal (2020, p. 114) identificou que que na década de 1990, das 32 publicações sobre o futebol de mulheres, 19 (59,38%) tinham predominantemente uma conotação sexual; a abordagem “Técnica” foi predominante em nove notícias (28,13%).

Corroborando essas informações, as edições de agosto de 1995 e setembro de 1996 da revista *Placar* publicaram capas com fotos de um futebol de mulheres, o que pouco lembra a realidade dos campos de futebol em campeonatos nacionais ou internacionais.

A primeira capa exhibe quatro modelos de costas vestindo chuteira, meião, micro-calções e mini-blusas nas cores da seleção, em poses sensuais. Embora tenha as mesmas cores, as poses executadas nessa fotografia não são comuns às poses oficiais ou tiradas durante uma partida de futebol feminino, dessa forma, mesmo que tacitamente, as poses, as modelos, o tamanho das roupas, reforçam a distinção entre beleza e sensualidade das modelos, ou das mulheres não futebolistas e as reais jogadoras de futebol feminino no Brasil, reforçando o estigma de que mulheres que jogam futebol são descuidadas da aparência, tal qual, reforça a noção de violência simbólica de cunho sexista, pois as mulheres, embora livres para exibirem seus corpos, estão sob a apreciação do olhar masculino (BOURDIEU, 2007). Já a capa do ano seguinte, é estampada por Suzana Werner, a “modelo-jogadora” que esconde seus seios com uma bola de futebol. (SALVINI; JUNIOR, 2016, p. 106)

Figuras 11 e 12 - Capa da revista *Placar* em agosto de 1995 e setembro de 1996, respectivamente.



Fonte: Revista *Placar*.

O título da notícia referente a capa 1995 trazia o título: “Homens, chegamos!”. O lead é iniciado desta forma: “Perninhas de fora, chuteiras pequenas, top nos seios, as garotas finalmente descobriram a paixão pela bola. Depois da Copa do Mundo, o futebol feminino explodiu” (*PLACAR*, ed. 1106, p.33). A publicação veio permeada por uma clara dualidade. “O cerne da notícia era mostrar como o futebol vinha ganhando notoriedade entre as mulheres, deixando para trás um preconceito sobre a modalidade, com aumento exponencial da prática, estimulado pela Copa daquele ano” (LEAL, 2020, p. 116). Daniel Felipe de Oliveira Leal (2020, p. 117) descreve que a matéria traz a proibição histórica da mulher no esporte, apresenta evolução técnica feminina e questiona a falta de investimento, profissionalização e gestão especializada. Informações relevantes, ilustradas com gráficos e fotos. Por outro lado, o autor observa que o material não deixa de se distanciar da espetacularização dos corpos, da mulher jogadora como algo sexy e até vulgar. A reportagem tem no total oito páginas, sendo três destinadas apenas a fotografias com as modelos posando ou trocando a camisa, deixando os seios à mostra. “O melhor do jogo. Confesse. Você sempre imaginou como seria se, ao final da partida, as garotas imitassem os homens e trocassem as camisas em campo, não? Placar realiza o seu sonho. Afinal, futebol é confraternização” (*PLACAR*, ed. 1106, p. 38-39).

A capa de setembro de 1996 é especial “por sua representatividade à esquizofrenia da *Placar* no tratamento às mulheres no futebol” (LEAL, 2020, p. 119). A edição desse mês da revista trazia, de maneira inédita, duas reportagens sobre o tema. A primeira, com o título “Valeu, meninas! E agora?”, repercutia entre as páginas 46 e 54 a participação da Seleção nas Olimpíadas de Atlanta sobre vários aspectos eminentemente técnicos. Mas, logo antes, das páginas 40 a 45, o que se tinha era o que Leal (2020, p. 119) identifica como “a mais cristalina representação da essência da fase Futebol, Sexo & Rock and Roll, com grande interesse pelo

“além dos gramados”: Suzana Werner casou perfeitamente com aquela linha editorial”. A matéria, intitulada “Oh, Suzana!!!”, começou a ser escrita desta forma:

Um boleiro encontra uma lâmpada mágica. Surge o gênio que se oferece para realizar três sonhos. ‘Primeiro, eu quero uma louraça de olhos verdes com corpo escultural. [...] Que ela se amarre em futebol. [...] E, por fim, que forme dupla de ataque comigo nas peladas’. O desejo se materializou na Barra da Tijuca. [...] A garota da lâmpada atende pelo nome de Suzana Werner (*PLACAR*, ed.1119, p. 42).

As exceções, obviamente, existiam no período. Daniel Felipe de Oliveira Leal (2020, p. 121) resgata em sua pesquisa uma reportagem sobre a atacante Michael Jackson, publicada na edição 1117, de julho de 1996, que apresenta conotação técnica e mostra a vida da atleta, estrela da Seleção, na Itália, onde atuava com destaque. Já na edição 1114, de abril do mesmo ano, o pesquisador apresenta uma matéria que traz com trocadilho jocoso, onde a chamada na capa anunciava: “Piranhas em campo”, referindo-se a um time da cidade homônima no interior de Goiás. Conforme aponta Leal (2020, p. 121) a matéria, inclusive, “tem boas histórias e mostra a expansão do futebol de mulheres, ficando a bizarrice restrita à chamada. É como se a revista, tal qual um adolescente (seu público-alvo), não pudesse perder a chance do trocadilho infame”.

Aos poucos, a revista vai deixando para trás a fase Futebol, Sexo & Rock and Roll. Em março de 1999, após 53 edições e quatro anos como uma revista de comportamento, *Placar* voltou a dedicar-se exclusivamente ao futebol. O futebol de mulheres aparece então em forma de matérias mais curtas, notas ou fotos-legendas, “como a que destacava o abraço entre a atacante Sissi e a volante Pretinha para informar o placar da goleada por 7 a 1 da Seleção Brasileira sobre o México, na estreia da Copa do Mundo em 1999, na edição 1151, de julho daquele ano” (LEAL, 2020, p. 121). Em sua pesquisa, Daniel Felipe de Oliveira Leal (2020) conclui que o período entre 1990 e 2000, foi marcado por uma intensa objetificação da mulher, principalmente àquelas modelos que, em busca de vitrine, “ligaram-se ao futebol e tiveram maior espaço em relação àquelas federadas, em geral com cabelos curtos, pouca preocupação com a beleza, roupas largas (masculinas) e foco na performance”. Por outro lado, o autor também observou uma preocupação da revista em “naturalizar a mulher no âmbito futebolístico, como lazer possível e também como profissão, sobretudo a partir da presença da Seleção Brasileira feminina na Copa do Mundo e da Olimpíada a partir desta década” (LEAL, 2020, p. 123). As notícias, então, de maneira geral, partiram de uma construção dicotômica, forjadas entre habilidade e sensualidade das jogadoras – sendo esta última predominante.

Para descrever e refletir sobre o período de 2000 a 2010, Leila Salvini e Wanderley Marchi Júnior (2016) apresentam o subtítulo “*Profissionalização, um sonho distante? (2000-*

2010)”. Os autores registram que o primeiro exemplar dessa década nos faz lembrar de temáticas já recorrentes no espaço do futebol praticado por mulheres: a feminização normativa. No entanto, nesse momento o assunto aparece, de modo literal, com uma nova roupagem. Com o título, “Só no sapatinho: candidatas à medalha em Sydney, as meninas da Seleção lutam por sua feminilidade e comemoram conquistas impensáveis, como uniformes sob medida” (*PLACAR*, maio de 2000, p. 55), a matéria de 4 páginas “toma o uniforme feito sob medida para as jogadoras como a materialização da legitimidade que estão buscando no espaço do futebol” (SALVINI; JUNIOR, 2016, p. 108). Ainda de acordo com Salvini e Junior (2016, p. 108) a reportagem foca nos depoimentos das jogadoras da Seleção “para afirmar a superação dos preconceitos com relação à sexualidade ou mesmo a representação de gênero, com ênfase na diferença de idades e conseqüentemente na diferença temporal que vivenciaram a modalidade”;

Durante os Jogos Olímpicos de 2000, em Sydney, não foram veiculadas informações relevantes sobre a Seleção Brasileira Feminina na revista *Placar*, que disputou a medalha de bronze contra a Alemanha, perdendo por 2x0 e terminando em 4º lugar. A modalidade voltou à tona apenas na edição de 17 de abril de 2001, em uma pequena nota que anunciava a participação em um campeonato nos Estados Unidos, que seria a “salvação” para as jogadoras Sissi, Kátia Cilene, Pretinha e Roseli que estavam sem clubes no Brasil, Pretinha e Roseli que estavam sem clubes no Brasil. Prosseguindo na esteira dos eventos internacionais, em 2003 os Estados Unidos sediaram novamente o Mundial de Futebol Feminino. O Brasil terminou a competição em 5º lugar, sendo a Alemanha a campeã. Conforme informam Salvini e Junior (2016, p. 109) a jogadora Marta “foi destaque na mídia internacional, e na edição da revista *Placar* de outubro desse mesmo ano, os holofotes também se voltaram para a jogadora”.

Figura 13 - A estreia de Marta na *Placar*, na edição nº 1263, de outubro de 2003.

BAIXINHA ARRETADA
A ALAGOANA MARTA É A NOVA ESTRELA DA SELEÇÃO BRASILEIRA FEMININA



"Disturçada" de goleira, a craque relaxa em treino

A mitológica camisa 10 da Seleção Brasileira lhe cai larga. As mangas descem um pouco além do cotovelo e sobra pano na hora de pô-la dentro do short. Não tem ainda idade para dirigir, tampouco tem grandes luxos. Mora no alojamento do Santa Cruz, clube de Belo Horizonte ao qual está vinculada, não joga partidas oficiais pelo time há um ano e recebe apenas 200 reais mensais como ajuda de custo. Para manter a forma, treina duas vezes por semana no campo e outras duas com a equipe de futsal, pela qual ainda disputa alguns toques. Por outro lado, recebeu menção no site da Copa do Mundo como uma promessa a ser conferida e foi a goleadora da Seleção Brasileira campeã no recente Pan-Americano, com seis gols – incluindo dois na semifinal contra a Argentina. Aos 17 anos, a mirradinha Marta, 1,60 m de altura, já conhece bem as peculiaridades do futebol feminino. “Não é fácil ser jogadora, não”, diz. “Nunca foi. Primeiro, ela teve de driblar a proteção do irmão José. Caçula entre cinco filhos, Marta, desde os seis anos, se metia a jogar entre os garotos. Depois, enfrentou a resistência dos colegas mamanzos — “eles ficavam revoltados de sentar no banco enquanto eu jogava” — e dobrou o professor de educação física da escola. “Eu jogava handebol como ele pedia, mas depois tinha que me deixar jogar bola com os garotos”, afirma. Marta estudou apenas até a 5ª série antes de sair de Dois Rios, em Alagoas, e chegar ao Rio, com 14 anos, para ser testada e aprovada no Vasco. No ano seguinte, já era titular do time adulto. A chegada à Seleção também foi meteórica. Escolhida depois do Brasileiro Sub-19, jogou o Mundial da categoria, no ano passado, quando foi a artilheira e eleita a segunda melhor do torneio.

A preparação física e as finanças de Marta agradecem. Na equipe principal, ganha 30 reais por dia de concentração – as três semanas de preparação para o Mundial na Granja Comary lhe deram 630 reais. Deram também a chance de conhecer os ídolos da Seleção masculina. “Tivei até foto com o Rivaldo”, diz. O jeito decidido lhe rendeu o apelido de “Maria Bonita”, dado pelo supervisor Paulo Dutra em alusão à mulher do cangaceiro Lampião. Corintiana, anima a equipe tocando Cássia Eller e Maria Monte ao violão. “Agora, meu irmão se orgulha de mim, né?”

PATRICK MORAES

Aos 17 anos, Marta já dá o que falar até no exterior: no site da Copa do Mundo de 2006, ela, menção especial ao seu talento



Fonte: Revista *Placar*.

Para o pesquisador Daniel Felipe de Oliveira Leal (2020, p. 126) trata-se do “maior expoente entre as mulheres futebolistas no país em toda a história” e que contribuiu diretamente para uma mudança na postura da mídia em relação à modalidade. Leal ressalta que a referência vulgar ao sexo sofreu uma drástica redução nas páginas da revista. “As publicações sobre busca por reconhecimento, profissionalização e, claro, a respeito de Marta, sobrepunham-se ao pitoresco e às notícias de depreciação ao gênero feminino. Uma sutil mudança estava então em curso” (LEAL, 2020, p. 126). Mas é importante ressaltar que, como bem aponta Leal (2020, p. 131), embora a década de 2000 observe o nascimento de Marta como estrela do futebol e alguma disposição da revista em mudar de postura em relação ao futebol de mulheres, “o espaço destinado à jogadora não era nada generoso naqueles anos”. Somente três anos após aparecer pela primeira vez, a atacante retorna ao periódico. A edição 1290, de janeiro de 2006, tem uma matéria curta, intitulada “Pelé de saias”, informando o lançamento de um documentário sobre a trajetória de Marta no futebol, apontando as origens humildes da atleta, no interior de Alagoas, e o sucesso na Suécia, onde jogava à altura. Em janeiro de 2007, Marta volta a ser notícia. Mas de forma desproporcional à importância que merecia.

Na seção O mundo é uma bola: craques e bagres que fazem o futebol no planeta, uma nota apontando informações positivas (denominada “sobe”) informava, passageiramente, a primeira conquista individual da jogadora na FIFA. Sem foto, cru, o texto completo dizia: “Em seu terceiro ano consecutivo como finalista do prêmio FIFA de melhor jogadora do mundo, a brasileira de 20 anos finalmente levou o troféu. Ela superou a norte-americana Kristine Lilly e a alemã Renate Lingor. (PLACAR, ed.1302, p.32 *apud* LEAL, 2020, p. 131).

Em entrevista para Daniel Felipe de Oliveira Leal (2020), apresentada pelo autor em sua pesquisa “*Noticiabilidades na placar: a mutação dos valores-notícia em três décadas de cobertura do futebol de mulheres*”, a repórter da *Placar* no período, Helena Arnoni ratifica que o futebol de mulheres não fazia parte da rotina das reuniões de pautas da revista. Conforme Leal (2020, p. 131), Helena declara que quando a Marta ganhava o prêmio da FIFA de melhor atleta, “as pessoas falavam, postavam nas redes sociais (da *Placar*), “ah, a Marta ganhou”. Mas não era uma coisa que a gente falasse: “ah, vamos fazer matérias com a Marta”. Claro que uma coisinha ou outra a gente publicava. Nada que eu lembre, “ah, fizemos puta matéria”. A jogadora Marta ganha o título de melhor do mundo ainda, além de 2006, em 2007, 2008, 2009, 2010 e 2018. Nessa sequência de cinco conquistas consecutivas, Leal (2020, p. 131) afirma que nenhum destaque foi dado pela revista – “pior, depois do anúncio da primeira Bola de Ouro, nenhuma outra notícia sequer. Marta só viria a ter destaque na revista na reta final da década seguinte”.

Contextualizando o cenário da época, ainda com as condições do futebol de mulheres bem bastante adversas no país, pouco investimento e uma boa dose de invisibilidade da mídia (BARRETO JANUÁRIO, 2019), o futebol de mulheres teve conquistas históricas na década de 2000. O que, segundo Leal (2020, p. 132) foi preponderante para que a *Placar* lançasse olhar para a modalidade, com enorme anseio pela profissionalização das atletas, “ainda que menções estereotipadas a respeito da feminilização normativa das jogadoras permaneçam avivadas” (SALVINI; MARCHI JÚNIOR, 2016, p. 111). A edição 1307, de junho de 2007, assinada pela jornalista Flávia Ribeiro, “é um exemplo de jornalismo crítico à falta de investimento na modalidade” (LEAL, 2020, p. 132). A matéria de título “Retorno zero” e subtítulo “Sucessos recentes da seleção brasileira de futebol feminino não mudaram a dura realidade das jogadoras”, mostra que a maioria das jogadoras de futebol no Brasil sofre com a falta de estrutura. “Ainda assim, algumas dessas meninas conquistaram, na seleção, a medalha de ouro no Pan em 2003, a de prata na Olimpíada 2007 e a de bronze no Mundial sub-20 no ano passado” (*PLACAR*, ed. 1307, p. 27).



Fonte: Leal (2020, p. 132)

Pode-se definir a década como um momento em que *Placar* buscou retratar o anseio feminino pela profissionalização no futebol, impulsionado por resultados históricos (duas medalhas olímpicas de prata, em 2004 e 2008; dois ouros nos pan-americanos de 2003 e 2007; e um vice na Copa do Mundo 2007). Mas, mesmo com todas essas conquistas e feitos, a dura realidade das jogadoras não se modifica. Leila Salvini e Wanderley Marchi Júnior (2016) escrevem que a edição de junho de 2007 da *Placar* aborda essa temática, com o título: “Retorno zero: sucessos recentes da seleção brasileira de futebol feminino não mudaram a dura realidade das jogadoras”, Flávia Ribeiro segue apresentando a fala das jogadoras, “Jogar futebol no Brasil não é fácil. Não tem salário, tem ajuda de custo” diz Grazielle Nascimento, 26 anos, que joga no Botucatu – SP; “[...] experiência eu tenho. Só não tenho dinheiro” fala Renata Diniz que há 4 anos já faz parte do elenco da Seleção (*Placar*, junho, 2007 p. 27). Em outro relato da falta de oportunidade e incentivo em solo brasileiro, a jogadora Cristiane anuncia que está indo para a Europa jogar futebol, salientando que a modalidade aqui “[...] engatinha e ainda falta muito para a gente ser reconhecida” (*PLACAR*, janeiro, 2008 p. 22).

Para finalizar esse percurso histórico sobre a cobertura da *Placar* sobre o futebol de mulheres desde a primeira abordagem até o ano anterior ao recorte temporal desta pesquisa (2015-2020), vamos continuar usando a pesquisa de Daniel Felipe de Oliveira Leal (2020) como referencial teórico para discorrer sobre como foi a narrativa da revista sobre o futebol de mulheres no início da década, mais especificamente entre 2010 a 2014. O primeiro dado interessante apresentado por Leal (2020, p. 137) é um total de 5 matérias encontradas pelo autor

com conotação sexual, porém todas estiveram presentes nas edições entre 2011 até 2014, desaparecendo desde então. No próximo capítulo vamos analisar os anos seguintes e explorar detalhadamente essa categoria entre 2015 até 2020.

A primeira matéria sobre futebol de mulheres na década, de acordo com Leal (2020) veio em junho de 2011, na seção “Aquecimento”. Na foto, em destaque, Marta atuando em campo. Embora o foco da matéria fosse apresentar a preparação da Seleção Brasileira para a Copa do Mundo daquele ano, “não deixa de chamar atenção como o texto é construído em estruturas associadas à masculinidade e ao machismo” (LEAL, 2020, p. 137). Intitulada “Meninas sem salto alto”, que faz um trocadilho ao calçado comum às mulheres, o texto começa da seguinte forma:

Ele entende a cabeça das mulheres, sabe como conquistar a confiança delas e fazer com que sejam fiéis a suas instruções. Não, não se trata de um Dom Juan moderno. Ele é Kleiton Lima, técnico da seleção feminina de futebol, o homem com a missão de comandar o Brasil rumo a seu primeiro título de expressão (PLACAR, ed. 1355, p.30).

Na edição de julho de 2011, a revista traz mais uma notícia “estigmatizando o esporte como um objeto sexualizado” (LEAL, 2020, p. 138). Com o título “Pelada na várzea alemão” e subtítulo “Anfitriã do mundial, seleção da Alemanha tira a camisa (e todo o resto) e nem leva amarelo”, o texto afirma que “como boas anfitriãs, as alemãs trataram de mostrar um pouco mais do que bola no pé. O ensaio sensual para a revista *Playboy* na Alemanha chamou atenção para o evento, que ainda deve – e muito – em popularidade à edição masculina” (PLACAR, ed. 1356, p. 84). Em agosto do mesmo ano, Leal (2020, p. 139) evidencia que a revista traz uma foto-legenda para informar, “em tom absolutamente jocoso”, o desfecho negativo da Seleção Brasileira no mundial da Alemanha. “Não informa em que etapa do torneio as mulheres foram eliminadas, como se deu a eliminação (de forma dramática, para os Estados Unidos), o placar dos jogos, os públicos, a classificação final, nada disso” (LEAL, 202, p. 139). O autor ainda observa que, para notícias de depreciação de gênero, havia tal espaço disponível. A notícia em foto-legenda da eliminação prezou pelos trocadilhos e a busca pela desqualificação das atletas.

Uma das mais intrigantes reportagens do período, na opinião de Leal (2020) vêm de janeiro de 2013, na edição 1374. Sob o título “Cheias de charme” e com subtítulo “Esqueça os palavrões, as entradas mais duras e suor catinguento. Placar encontrou uma pelada perfeita, com graça, compromisso, trilha sonora e... mulheres em campo!”, “a publicação de quatro páginas traz, com espanto, vários atributos de feminilidade das peladeiras, que usam “bolsas coloridas, transadas, algumas com grife aparente” e dançam ao som das Spice Girls antes dos jogos”

(LEAL, 2020, p. 140). A matéria é escrita em primeira pessoa e assinada pelo então diretor de redação da revista, Maurício Barros, no cargo entre 2011 e 2015. Leal (2020, p. 140) escreve que o jornalista destaca que a sugestão de pauta partiu de Carolina Nunes, design da *Placar*, “aquela moça doce e tímida que nos surpreendeu certa vez quando contou que também jogava sua pelada. Fomos conhecer por uma irresistível curiosidade disfarçada de interesse jornalístico” (PLACAR, ed.1374, p.56).

Seguindo a análise de Leal (2020), o autor destaca algumas seções de fotografias envolvendo o futebol de mulheres nas edições 1383 e 1396, de outubro de 2013 e novembro de 2014, respectivamente. Em geral, são fotos do cotidiano, de atletas amadoras, destacando o corpo das mulheres, onde “cada toque é um golaço” (PLACAR, ed. 1384, p.76), ou situações atípicas, como uma freira que não tira a vestimenta típica nem para jogar futebol. Como citado anteriormente, o restante da década faz parte do *corpus* da presente pesquisa e vai ser analisado a seguir.

4. A REVISTA *PLACAR* E O FUTEBOL DE MULHERES (2015-2020)

O objetivo deste quarto e último capítulo é responder o nosso problema de pesquisa através de uma Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; HERSCOVITZ, 2008) combinando critérios quantitativos e qualitativos. Também cabe aqui discorrer sobre a natureza teórico-empírica da pesquisa realizada, as fases exploratória e descritiva da investigação e o processo de delimitação do *corpus* empírico sobre o qual realizamos a análise. Antes, porém, é importante fazer uma contextualização deste objeto de estudo e explicitar a questão-problema apresentada.

O capítulo está dividido em três etapas: problemas de pesquisa e metodologia, análise quantitativa e análise qualitativa e discussão dos resultados. Através desses procedimentos metodológicos buscamos traçar uma linha de tempo das publicações da revista *Placar* sobre o futebol de mulheres entre os anos de 2015 a 2020, somando um total de 72 edições do periódico. Após esse momento de análise, a discussão e reflexão sobre os resultados encontrados neste estudo integram as considerações finais desta pesquisa.

4.1 Problema de pesquisa e Metodologia

A oitava edição da Copa do Mundo de Futebol Feminino suscitou várias questões sobre as relações de gênero no esporte, principalmente no que diz respeito ao futebol brasileiro, ampliando debates significativos sobre a modalidade no país. O capítulo anterior demonstrou como a decisão da maior emissora de televisão do país, a Rede Globo, de transmitir o Mundial pela primeira vez na história foi “um acontecimento importante e surge como fato inédito e relevante no comportamento do jornalismo esportivo brasileiro em relação à participação feminina no futebol do Brasil” (CASTRO, 2020, p. 2). Também foi apontado que os primeiros sinais de um despertar mais concreto do público com esse futebol, especificamente com a Seleção Brasileira, aconteceram ainda em 2016, nos Jogos Olímpicos que decorreram no Rio de Janeiro.

Considerando essa linha de tempo entre esses eventos do cenário esportivo, que envolvem a Copa do Mundo Feminina de 2015 e 2019 e os Jogos Olímpicos de 2016 sediados no Rio de Janeiro, a presente pesquisa se propõe a identificar e analisar a forma como a modalidade e as atletas foram abordadas pela imprensa entre 2015 a 2020, tendo a Revista *Placar* como objeto empírico. Todas as edições do período de janeiro de 2015 a dezembro de 2020, somando um total de 72 exemplares completos compõem o *corpus* deste estudo. Para

conseguirmos mensurar os resultados do “pós Copa de 2019”, o ano de 2020 foi incluído no *corpus*.

A escolha por esse objeto empírico deu-se por ser o principal e mais antigo periódico do segmento esportivo que ainda circula no Brasil. Além disso, o futebol sempre foi o carro-chefe da revista, embora, como Renato Machado Saldanha (2009) aponta em sua pesquisa, outras modalidades também receberam e ainda recebem espaço em suas páginas. Através do percurso histórico apresentado anteriormente, foi possível identificar que apesar das transformações e suas “várias vidas” (UNZELTE, 2015, p. 122) durante esses mais de 50 anos de circulação, a revista é mais um exemplo desse jornalismo esportivo que opera em locus masculino e que conseqüentemente compromete a visibilidade da prática de mulheres em modalidades esportivas, como o futebol. O acesso a esse conteúdo deu-se de forma online, de duas formas: os anos de 2015 e 2016 foram encontrados no catálogo digital da revista *Placar* na plataforma virtual *Issuu*, e os anos de 2017 a 2020 estão disponíveis no aplicativo da revista através de assinatura paga com a editora Abril.

Para responder à questão-problema apresentada, recorreremos à Análise de Conteúdo (AC) como referencial teórico principal, utilizando as orientações metodológicas propostas pela pesquisadora francesa Laurence Bardin (2002). Como explica Bardin (2002, p. 42) essa metodologia é caracterizada como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. De acordo com a autora, o encadeamento das técnicas de análise com procedimentos sistematizados divide-se em três momentos, durante a organização da AC, percorridos em três polos cronológicos: pré-análise; exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A partir disso, o processo analítico da AC, segundo Bardin (2002), está dividido em três etapas, a saber: a) pré-análise: fase de organização do trabalho, com sistematização das ideias iniciais, escolha dos documentos, objetivos e hipóteses, delimitação do período de análise e leitura flutuante dos textos; b) exploração do material: codificação dos dados brutos em recortes e enumerações para classificação e agregação; e c) tratamento dos resultados obtidos e interpretação: etapa na qual são realizadas as inferências de pesquisa. A respeito da Análise de Conteúdo jornalística, Heloiza Herscovitz (2007) ressalta que ela:

[...] recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação (HERSCOVITZ, 2007, p. 126-127).

Heloiza Herscovitz (2008, p. 127) vê a análise de conteúdo como um método eficiente e replicável para avaliar um grande volume de informação por um longo período de tempo. “Os pesquisadores que utilizam a análise de conteúdo são como detetives em busca de pistas que desvendam os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas”. Ela também pontua que a técnica de amostragem (o processo de seleção dos objetos observados) na análise de conteúdo varia conforme o enfoque metodológico do estudo. Dessa forma, a “AC”, como é conhecida, funciona em caráter híbrido, já que combina critérios quantitativos e qualitativos. Para esta pesquisa, optamos por ambas as abordagens, sendo então uma análise de conteúdo quanti-qualitativa. Nesse sentido, o processo de levantamento e análise desse material foi dividido em duas etapas: quantitativo e qualitativo.

4.2 Análise Quantitativa

Na etapa quantitativa, buscando quantificar publicações sobre o futebol de mulheres na revista durante o recorte temporal, a pesquisa considerou todas as publicações nos seguintes formatos jornalísticos: reportagem, notícia, box, serviço²⁶, editorial, foto/ilustração e capa. Para demonstrar os resultados obtidos nesta etapa, com base nas orientações propostas pelo pesquisador Fonseca Júnior (2006) sobre técnicas de investigação destinada a categorizar, a partir de dados, tabelas e modos de organização de análise de conteúdo, desenvolvemos uma tabela.

Tabela 1: Formatos jornalísticos da revista *Placar* sobre o futebol de mulheres (2015-2020).

ANO	REPORTAGEM	NOTÍCIA	BOX	SERVIÇO	EDITORIAL	FOTO/ILUSTRAÇÃO	CAPA
2015	2	1	4	3	0	0	0
2016	1	3	0	6	1	2	1
2017	2	0	0	0	0	0	0
2018	0	1	0	0	0	0	1

²⁶ Calendário, infográfico, gráficos e notas.

2019	11	1	0	0	2	1	2
2020	2	1	0	0	1	1	0

Fonte: Autora

Conforme demonstrado na tabela acima, nos seis anos analisados das edições completas da revista *Placar*, de 2015 a 2020, o número de edições por ano que apresentaram uma abordagem sobre o futebol de mulheres no Brasil foi pouco significativo, com pouquíssimas edições tratando sobre a temática. Dos formatos jornalísticos considerados para a análise nesta dissertação - *reportagem, notícia, box, serviço, editorial, foto/ilustração e capa* - identificou-se somente este quantitativo: 2015 (duas reportagens, uma notícia, quatro box e três de serviço); 2016 (uma reportagem, três notícias, seis informações de serviço, um editorial, duas foto/ilustrações e uma capa); 2017 (duas reportagens); 2018 (uma notícia e uma capa); 2019 (11 reportagens - foi uma exceção porque teve uma edição especial, uma notícia, dois editoriais, uma foto/ilustração e duas capas); e 2020 (duas reportagens, uma notícia, um editorial e uma foto/ilustração). Portanto, em termos quantitativos, constatou-se que no período analisado, a revista *Placar* falou muito pouco sobre o futebol de mulheres.

4.3 Análise Qualitativa

Na etapa qualitativa, buscando mapear os temas de todas as publicações coletadas na etapa anterior, foram definidas cinco categorias ou dimensões analíticas para identificar e analisar como esse futebol foi relacionado nos formatos jornalísticos. Essas categorias são apresentadas brevemente a seguir e depois detalhadas a partir da análise qualitativa do material empírico:

a) estereótipos de gênero: nesta categoria identificamos em cada uma das publicações que compõem o *corpus* conteúdos estereotipados, que destaquem a sexualidade, a feminilidade - ou a falta dela, e os corpos das futebolistas.

b) comparação: busca reconhecer se há comparação entre o futebol dos homens e o futebol das mulheres na cobertura jornalística da *Placar* no recorte temporal da pesquisa.

c) campeonatos e informações técnicas: procura verificar as publicações que apresentam informações sobre os campeonatos disputados no futebol de mulheres entre 2015 a 2020, considerando nacionais e internacionais. Esta categoria também nos permite classificar os textos sobre o desempenho técnico das futebolistas nos seus clubes e na Seleção Brasileira.

d) obstáculos: refere-se a conteúdos que discutem sobre a realidade do futebol de mulheres no que diz respeito a investimento, visibilidade e profissionalização.

e) retratação: busca identificar conteúdos em que a revista reconhece a sua colaboração com a objetificação das mulheres no contexto futebolístico considerando a cobertura do periódico de anos anteriores.

É possível identificar através dos resultados expostos na Tabela 1 que pouco espaço foi destinado à modalidade ao longo de todo o ano. Faz-se necessário lembrar que 2015 foi ano de Copa do Mundo Feminina de Futebol. Nas edições dos meses de janeiro, abril, maio, junho e outubro de 2015 não há nenhuma publicação sobre o futebol de mulheres. Foram encontradas duas reportagens, uma notícia, quatro box e três serviços, sendo uma publicação na categoria "estereótipos de gênero", oito publicações na categoria "campeonatos e informações técnicas" e uma publicação na categoria "obstáculos".

A revista *Placar* ficou sob tutela da Editora Caras até outubro de 2016, quando em novembro do mesmo ano retornou para a sua antiga casa em 2016, a Editora Abril. Leal (2020, p. 148) afirma em sua pesquisa que a revista, então, "passou a funcionar com um planejamento de pautas anuais, prevendo os grandes eventos agendados para os meses determinados". Por isso, queremos ressaltar que entre os dias 5 a 12 de agosto aconteceram os Jogos Olímpicos sediados no Rio de Janeiro. Nas edições dos meses de julho, outubro, novembro e dezembro de 2016 não há nenhuma publicação sobre o futebol de mulheres. Foi identificada uma reportagem, três notícias, seis serviços, um editorial, duas fotos e uma capa, sendo nove publicações na categoria "campeonatos e informações técnicas", quatro publicações na categoria "comparação", e uma publicação na categoria "obstáculos".

A cobertura da revista *Placar* sobre o futebol de mulheres no ano de 2017 pareceu voltar às práticas antigas. Além de uma invisibilidade gritante, considerando que a modalidade foi pauta apenas em duas edições - no mês de fevereiro e no mês de junho, com uma reportagem em cada e ambas as abordagens fazem parte da categoria "estereótipos de gênero". Em 2018,

no que diz respeito ao futebol de mulheres, a revista continuou a apresentar invisibilidades. A modalidade foi abordada pela revista apenas no mês de outubro, sendo uma notícia e uma capa, ambas na categoria “campeonatos e informações técnicas”. Em 2019, ano de Copa do Mundo Feminina, a revista *Placar* abordou sobre o futebol de mulheres em onze reportagens, uma notícia, dois editoriais, uma foto e uma capa, sendo dez na categoria “campeonatos e informações técnicas”, quatro na categoria “obstáculos” e duas publicações na categoria “retratação”.

Na edição de novembro de 2019, quatro meses após o fim da competição, a revista traz uma edição inédita, sendo inteiramente dedicada sobre o futebol de mulheres. Todo o conteúdo foi construído a partir de parcerias com sites especializados no assunto. Além do *Planeta Futebol Feminino*, participaram também da edição os sites *#Jogamiga*, *Elas no Ataque* e o *Jogadelas*. E apesar da grande repercussão da Copa do Mundo Feminina de 2019 e após a publicação de uma edição com tanta dedicação e relevância feito pela *Placar* em novembro de 2019, a desproporcionalidade no número de informações entre o futebol de homens e o de mulheres foi mantida na revista no ano de 2020. Foram encontradas publicações sobre a modalidade apenas nos meses de fevereiro, junho, outubro e novembro, sendo duas reportagens, uma notícia, um editorial e uma foto. As categorias identificadas foram: duas publicações em “campeonatos e informações técnicas”, duas publicações em “obstáculos” e uma publicação em “retratação”.

4.3.1 Estereótipos de gênero

Na edição de fevereiro de 2015, na página 52, foi identificado um box intitulado “AQUI DEUS BRASIL”. Com uma foto da ex-modelo e capa da revista *Playboy*, Bárbara Evans, deitada de bruços na grama e sem roupa, o texto escreve: “Se o Brasil não conquistou nenhum prêmio oficial, nos “alternativos” a história foi diferente. Bárbara Evans ganhou a Bola Rosa de Ouro²⁷ do jornal espanhol *Sport*, conferido à namorada ou esposa do jogador mais bonita” (*PLACAR*, 2015, p. 52). Ao mencionar “Se o Brasil não conquistou nenhum título oficial”, a revista se refere a 24ª edição da premiação máxima do futebol mundial outorgada pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), que acontece todos os anos e elege os melhores jogadores e jogadoras de futebol do mundo. A cerimônia de premiação dos melhores de 2014 foi realizada em 12 de janeiro de 2015 e o Brasil não conquistou nenhum título. Cabe aqui

²⁷ O “prêmio” Bola Rosa de Ouro se refere a “premiação” que o jornal espanhol *Sport* realizava todos os anos ao eleger a mais bonita companheira de um jogador de futebol. A votação era feita online, através do site do veículo.

destacar que a jogadora Marta estava entre as três finalistas da categoria feminina, mas seu nome não foi pauta nesta edição da *Placar*.

O futebol de mulheres profissional, considerando os clubes nacionais e a Seleção Brasileira, não foi abordado na edição de fevereiro de **2017** da revista *Placar*. A reportagem que trazemos aqui fala sobre as “musas”, e traz em seu texto o futebol da Rede Globo, as “Globetes” - apelido dado ao time de futebol formado por modelos e atrizes da Rede Globo, na década de 1980, como foi apresentado no capítulo anterior. As cinco páginas recordam o início dos anos 80, quando jornais e revistas começaram a exibir mulheres e seus atributos físicos e o mundo do futebol passou a eleger suas musas. Na página 61, encontramos a foto de Isadora Ribeiro, garota da abertura do Fantástico, vestindo apenas calcinha e uma camiseta com o slogan “Futebol Globete”. O texto escreve: “Isadora era naturalmente linda e posou como modelo de chuteiras, para promover o futebol da emissora” (*PLACAR*, ed. 1424, p, 60).

Figuras 15, 16 e 17 - Páginas 58, 59 e 61 da edição de fevereiro de 2017 da revista *Placar*, respectivamente.



Fonte: Revista *Placar*.

“Musas”, torcedoras, árbitras e jornalistas não fazem parte do objeto de estudo desta pesquisa, por isso nos atentamos a menção a equipe de futebol da Rede Globo na reportagem. Mas é pertinente ressaltar a escolha da revista em trazer essa pauta com várias fotografias dessas mulheres em poses sensuais, em uma edição do ano de 2017 - que nada publicou sobre o futebol de mulheres. E não é como se nada estivesse acontecendo. No final de janeiro, a técnica Emily Lima, que comandava a Seleção Brasileira na época, anunciou a convocação para as etapas de treinamento com as jogadoras que atuavam no Brasil. A primeira etapa, com jogadoras de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul aconteceu nos dias 6 a 11 de fevereiro.

A edição de junho de 2017 da revista *Placar* voltou a praticar antigos padrões. Em uma reportagem que aborda os anos 90, a página 32 estampa novamente a ex-jogadora do Fluminense, Susana Werner, posando nua com uma bola de futebol tampando os seus seios. O título da matéria escreve: “*Ronaldinhas, musas e namoradas*”, com o subtítulo “*A década de 1990 revelou ao Brasil muitas musas, uma série de namoradas do Fenômeno e garotas boas de bola*”. O texto principal escreve: “Modelo, atriz e boa de bola. Susana Werner, mulher do goleiro Júlio César [...] foi jogadora do Fluminense. Era atacante, capitã e artilheira da equipe, em 1997. Susana ficou conhecida, também, por ser namorada de Ronaldo Fenômeno” (PLACAR, 2017, p. 32). Na página 35 a reportagem retrata outra ex-jogadora do Fluminense de 1997, Fernanda Chuquer. A foto do canto superior esquerdo da matéria ilustra Fernanda de biquíni com o seguinte texto: “A craque, a esposa e a namorada. Em 1997, o Fluminense montou um time de futebol feminino com muitas mulheres bonitas. Entre elas a atacante Fernanda Chuquer (acima), que também jogava futevôlei nas areias do Rio” (PLACAR, 2017, p. 35).

A página ainda conta com a foto de Mônica Santoro e Aline Moreira. A continuação do texto se refere a elas assim:

Mônica Santoro (acima, à direita) casou-se com o craque Romário, aos 17 anos, em 1988. A união durou sete anos e tiveram dois filhos. Bonita, Mônica afirmava que Romário era extremamente ciumento. O ex-jogador e atual comentarista Caio Ribeiro namorou uma das mulheres mais bonitas da época, a modelo Aline Moreira, capa das revistas Nova e Capricho. (PLACAR, 2017, p. 35)

Figuras 18 e 19 - Fotos das páginas 32 e 35 da edição de junho de 2017 da revista *Placar*, respectivamente.



Fonte: Revista *Placar*.

As publicações encontradas nesta categoria remetem ao que a pesquisadora Silvana Goellner (2005, p.148) diz sobre o apelo às características físicas das jogadoras e a

espetacularização e erotização de seus corpos como um dos pilares de sustentação e o argumento de que, se as moças forem atraentes, atrairão público aos estádios. Essa valorização de atributos referentes à feminilidade e à sexualidade das atletas na Revista *Placar* reforça a narrativa que ressalta a beleza, a graciosidade e a sensualidade, valorizando mais as características físicas e comportamento fora de campo das futebolistas do que as suas habilidades como jogadoras de futebol de mulheres.

4.3.2 Comparação

O futebol de mulheres recebe espaço de meia folha na página 17 da edição de abril de **2016** com uma notícia sobre o Esporte Clube Iranduba da Amazônia. Essa notícia poderia facilmente entrar na categoria “Campeonatos e informações técnicas”, pois o texto traz informações sobre a hegemonia do clube na Região Norte do país, com fotos das jogadoras em campo. Trouxemos a notícia para esta categoria por conta do título: “*No Amazonas o incrível Hulk é feminino*”. O Iranduba é conhecido entre seus torcedores como “Hulk”, por conta do mascote e pela cor oficial predominante ser o verde, que também representa o time na versão masculina. Diferentemente do time feminino, que é o maior campeão do estado do Amazonas, o time masculino do Iranduba possui pouca expressão no cenário futebolístico brasileiro. O que nos chamou a atenção foi a conotação do título ao caracterizar o personagem Hulk como sendo feminino no futebol do Amazonas. A intenção de classificar o Hulk como uma figura menina por conta do time feminino ser mais forte e ter mais torcida, nos dá a entender que a notícia quer dizer que “os papéis estão trocados”, reforçando a ideia de que futebol mesmo é sempre o masculino.

A presença da Marta na capa da edição de agosto de **2016** da *Placar* foi um marco inédito. Mas a matéria sobre o futebol de mulheres nos Jogos Olímpicos publicada no interior da revista reproduziu velhos hábitos.

Assim como o argentino Messi, a nossa Marta foi cinco vezes escolhida como melhor atleta do futebol do mundo pela Fifa, o que faz deles os maiores vencedores dessa premiação. Além de terem em comum essa história de sucesso nos gramados, eles carregam o incômodo tabu de jamais terem conquistado títulos importantes com as seleções principais de seus países. **Ainda que Messi** tenha vencido a medalha de ouro nos Jogos Olímpicos de 2008, e Marta, dois Pan-Americanos e dois Sul-Americanos, o futebol parece ser ingrato com esses dois magistras atletas. Aos 30 anos, em sua quarta Olimpíada, Marta, **a Pelé de Saias**, buscará sua primeira medalha de ouro após bater na trave em 2004 e 2008, quando perdeu o lugar mais alto do pódio para as norte-americanas. (*PLACAR*, ed. 1418, p. 43, grifo nosso)

A pesquisa de Daniel Felipe de Oliveira Leal (2020) aponta que é a segunda vez que a revista utiliza o termo “pelé de saias” para se referir a jogadora Marta. A primeira vez aconteceu na edição 1290, de janeiro de 2006, na página 135. Além disso, é possível observar que o texto usa a figura do jogador Lionel Messi para embasar as informações sobre a Marta e a situação da Seleção Brasileira no que diz respeito a medalhas nos Jogos Olímpicos.

A edição de setembro de **2016** menciona o futebol de mulheres logo no início, ainda no editorial assinado pelo diretor-superintendente da *Placar*, Edgardo Martolio. O texto fala sobre o futebol brasileiro nos Jogos Olímpicos e a atuação das duas seleções. Como visto no capítulo anterior, a equipe feminina foi eliminada nas oitavas de final e a equipe masculina ganhou o ouro. Selecionamos esse editorial na categoria “Comparação” não apenas por se tratar de um escrito que menciona o percurso das duas seleções na competição, mas principalmente pelo destaque dado ao autor sobre o torcedor que riscou o nome do Neymar na camisa e substituiu pelo nome da Marta - que finaliza o sentido da frase dizendo “mas, no fim da festa, foi Neymar que nos fez felizes”.

Esse é nosso ‘2 em 1’ deste mês, que também tem pouco do ouro olímpico porque há outro Especial – já nas bancas – que trata dessa primeira medalha, a masculina, que chegou quando no decorrer do torneio esperávamos a feminina, que era a equipe que jogava bem, tocava a bola como tantos reclamam havia anos, por baixo, sem faltas, para a frente, sem perda de tempo, sem pedir cartão amarelo para o adversário, buscando o gol, jogando!!! Mas, como o torcedor, assim é o futebol: contraditório e imprevisível. Por isso se riscou o nome de Neymar nas camisas para ser substituído pelo de Marta, que foi riscado logo, logo na derrota pelo ‘menino da vara’ (nem se sabia o nome – chama-se Thiago Braz), mas, no fim da festa, foi Neymar que nos fez felizes. Mais ou menos, porque com muita razão quando venceu, encarou. É o futebol. (*PLACAR*, ed. , p. 4).

Na página 83, que exibe a seção intitulada “*O mundo é uma bola: craques e bagres que fazem o futebol no planeta*”, a revista volta a falar sobre o resultado das seleções nos Jogos Olímpicos. Essa página, de modo geral, carrega elementos que classificam essa publicação como pertencente à categoria “COMPARAÇÃO”. A foto que contempla a página é do jogador Neymar chorando, aparentemente no estádio, vestindo o uniforme da Seleção Brasileira. Na sequência, aparecem as chamadas “NA ALEGRIA E NA TRISTEZA OLÍMPICA” e “DOIS CHOROS, UM OURO”. No canto inferior esquerdo a revista traz a foto de três jogadoras da Seleção em campo, sendo uma delas a Marta. A atacante está de joelhos no chão com o olhar frustrado e é consolada pelas outras duas jogadoras. Na legenda da foto, o título: “*Eles geraram dúvidas no início, mas conseguiram a tão sonhada medalha de Ouro; elas encantaram o mundo, mereciam vencer, mas nem Bronze foram...*”

Figura 20 - Página 83 da edição de setembro de 2016 da revista *Placar*.



Fonte: Revista *Placar*.

Além da óbvia comparação realizada entre os resultados obtidos por cada uma das seleções na competição, chamamos a atenção para o subtítulo da seção: “craques e bagres que fazem o futebol do planeta”. Nesse sentido, a publicação nos passa a impressão de que trata-se de Neymar e companhia como os “craques”, considerando que ganharam a medalha de ouro e de Marta e companhia como os “bagres”, já que a equipe foi eliminada nas oitavas de final e não conquistaram nenhuma medalha. O cenário desta categoria nos leva a relembrar as referências comparativas entre a atacante Marta e os jogadores Pelé e Neymar. A pesquisadora Leda Costa (2019, p. 4) afirma que quando Marta é chamada de “Pelé de saias” ou “o Neymar do futebol feminino”, mesmo acreditando que se está elogiando, “significa fomentar a tendência de fazer da performance masculina o paradigma de excelência”.

4.3.3 Campeonatos e informações técnicas

A única publicação sobre o futebol de mulheres na edição de março de **2015** foi o box intitulado “*AS MOÇAS DO PELADÃO*”, que com a foto de uma fila de mulheres com camisas de time escreve: “Em meio a Floresta Amazônica, mais de 10.000 torcedores acompanham o Peladão, maior torneio de futebol amador do mundo. Junto com as atletas, cada uma das 506

equipes deve apresentar uma concorrente para a disputa do concurso de beleza. (PLACAR, 2015, p. 52).

A Copa do Mundo Feminina de 2015 aconteceu entre 6 de junho a 5 de julho. Na *Placar*, a maior competição mundial da modalidade recebeu apenas um box na edição de julho daquele ano. Com o título “*HOJE SIM? HOJE NÃO*”, escreve: “Perseguindo o primeiro título mundial na categoria, o Brasil, de Marta, jogava bem e não havia sofrido um gol sequer na Copa do Mundo Feminina. Mas a falha da goleira Luciana decretou a vitória da Austrália nas oitavas de final” (PLACAR, 2015 p. 6). A publicação acompanha a foto da jogadora Marta no campo com expressão de dor. Atrás dela aparece uma jogadora do time adversário.

Na edição de agosto de **2015** o futebol de mulheres é mencionado apenas em uma frase. Trata-se de uma tabela, de título “*RESUMÃO - O mais importante de cada dia*”, em que a revista destaca os acontecimentos no futebol mundial em cada dia do mês anterior. Em agosto, o futebol de mulheres ganha pauta no dia 5, com o destaque “*A seleção feminina de futebol dos Estados Unidos sagra-se tricampeã mundial*”.

A primeira menção ao futebol de mulheres na edição de novembro de **2015** foi na página 24, novamente assunto no “RESUMÃO”. A modalidade é pauta no dia 20 da tabela, acompanhada de uma foto da jogadora Marta.

Marta (foto), a jogadora de futebol feminino mais vezes eleita melhor do mundo (cinco) e sempre final da Bola de Ouro desde 2004 – 12 anos -, não está entre as pré-candidatas deste ano. Nem ela nem nenhuma outra brasileira. A Fifa e a revista *France Football* divulgam as dez finalistas, votadas por capitãs e técnicos femininos até 20 de novembro. (PLACAR, ed. 1408, p. 24)

Na página 80 da edição de novembro de **2015**, a matéria assinada por Edgardo Mortolio, exhibe uma entrevista com o então ministro dos Esportes, George Hilton. O futebol de mulheres foi um dos temas abordados, quando o ministro afirmou que o interesse na modalidade era um pedido da presidente Dilma Rousseff. “Hoje, o futebol feminino só existe no Brasil por causa do Governo Federal. É quem paga bolsa-atleta a praticamente todas as jogadoras em atividade, é quem patrocina o Campeonato Brasileiro, é quem apoia, é quem se preocupa” (PLACAR, ed. 1408, p.80). Na entrevista, porém, não existe confrontação aos problemas em investimento, em infraestrutura no esporte.

O destaque ao futebol de mulheres nas páginas 96 e 97 da *Placar* de novembro de **2015** veio através da publicação sobre o 6º JOGOS MUNDIAIS MILITARES. A reportagem de duas páginas relata o percurso da conquista do brasileiro durante a competição. Além disso, acompanha também uma foto que retrata duas jogadoras brasileiras e uma do time da França

disputando a bola. Finalizando a cobertura sobre o futebol de mulheres na edição de novembro de 2015, a revista apresenta um box de título “*DRIBLANDO DESAFIO*” que escreve: “Mariana Brito Neves, paulista de Mogi-Guaçu, vive e joga nos Estados Unidos há seis anos, onde disputa a WPSL, equivalente à segunda divisão da Liga Profissional feminina, pelo FC Indiana [...]” (*Placar*, 2015, p. 106). O box acompanha uma foto da Mariana e outro homem conversando no campo.

A última edição da *Placar* em 2015 menciona o futebol de mulheres apenas uma vez, mas de forma bastante aprofundada. Com uma reportagem de cinco páginas, noticia o título do time da Ferroviária na Copa Libertadores²⁸. A reportagem traz um histórico do clube Ferroviária na competição e o detalhamento da hegemonia construída pelo Brasil no torneio, conquistando seis títulos em sete edições. A publicação traz infográfico, entrevistas, mostra detalhes da tabela, com campanha dos clubes, classificação, artilharia, fotografias da competição. É importante ressaltar que o Santos já havia conquistado esse mesmo título em 2009 e 2010 e o São José nos anos de 2011, 2013 e 2014, mas conforme aponta Leal (2020, p. 145) em sua pesquisa que analisa o futebol de mulheres na *Placar* desde 1992, essas conquistas não foram pautadas pela mesma.

Figura 21 - Reportagem sobre o título da Ferroviária na Copa Libertadores na edição de dezembro de 2015.



Fonte: Revista *Placar*.

A primeira edição de 2016 publicada em janeiro traz na página 10 um Calendário Esportivo Internacional, que detalha mês a mês as datas de início e fim de cada competição esportiva do ano. O futebol de mulheres foi mencionado, como podemos ver a seguir:

Janeiro: (20) Início do Campeonato Brasileiro Feminino.

Março: (16) Início da Copa do Brasil Feminina sub 17.

²⁸ A Copa Libertadores da América ou Taça Libertadores da América, oficialmente CONMEBOL Libertadores, é a principal competição de futebol entre clubes profissionais da América do Sul, organizada todos os anos pela Confederação Sul-Americana de Futebol.

Mai: (19) Fim da Copa do Brasil Feminina sub 17; (19) Início do Brasileirão Feminino sub 20; (25) Fim do Brasileirão Feminino.

Agosto: (24) Início da Copa do Brasil Futebol Feminino.

Setembro: (14) Fim do Brasileirão Feminino sub 20; (28) Início da Copa do Brasil Feminino sub 20; (30) Início do Mundial Feminino Sub 17 na Jordânia.

Outubro: (21) Fim do Mundial Feminino sub 17 na Jordânia; (26) Fim da Copa do Brasil Feminina.

Novembro: (13) Início do Mundial Feminino sub 20 em Papua-Nova Guiné.

Dezembro: (03) Fim do Mundial Feminino sub 20 em Papua-Nova Guiné.

O grande destaque sobre o futebol de mulheres na edição de janeiro de **2016** está nas páginas 98 a 103, com uma reportagem sobre a conquista do hexacampeonato da Seleção Brasileira no Torneio Internacional de Futebol Feminino/Copa Caixa²⁹. O texto segue uma linha muito parecida à utilizada na reportagem sobre a Ferroviária na edição de dezembro de 2015, com a construção da campanha da equipe brasileira, informações sobre resultados e destaques individuais. Uma das matérias vinculadas à reportagem traz o título “*Marta Rainha*” e informa o recorde de gols da camisa 10 do Brasil, a partir de então a maior artilheira do mundo no futebol de mulheres.

Figura 22 - Reportagem sobre o título da Seleção Brasileira no Torneio Internacional de Futebol Feminino/Copa Caixa.



Fonte: Revista *Placar*.

A única menção sobre o futebol de mulheres na edição de março de 2016 foi no já conhecido “RESUMÃO”. A modalidade é pauta no dia 20 com o título “GOLEADA”. “A seleção feminina de futebol dos EUA classifica-se para as Olimpíadas do Rio em 2016.”

²⁹ O Torneio Internacional de Futebol Feminino é uma competição amistosa, disputada no Brasil, entre seleções nacionais.

(*PLACAR*, ed. , p. 10). O texto acompanha uma foto da jogadora estadunidense, Alex Morgan, comemorando em campo. O futebol de mulheres é novamente mencionado no “RESUMÃO”, mas na edição de abril ganha destaque em duas datas. A primeira está na página 6, dia 9 da tabela, informando sobre a conquista do vice-campeonato da seleção brasileira feminina de futebol na Copa Algarve 2016 após perder para a seleção do Canadá na final por 2 a 1. A segunda menção aparece na página 8, dia 17 da tabela, com o título “FEMININA”. A nota informa sobre o sorteio dos grupos da Copa do Mundo sub-20 de Futebol Feminino.

Em mais uma edição da revista *Placar*, o futebol de mulheres recebe apenas uma menção. Se trata, novamente, do “RESUMÃO” da página 9 da edição de maio de 2016 que informa no dia 19 que a futebolista Nadine Kessler anuncia o fim da sua carreira profissional devido às lesões persistentes no joelho. O texto acompanha uma foto da atleta em campo chutando a bola. Em junho, o futebol de mulheres faz parte da edição nas páginas 40 e 41, que compõem uma foto das jogadoras do time do Flamengo posando com medalhas e troféu do campeonato brasileiro de 2016. Trata-se da foto oficial do time após o jogo que definiu a equipe como campeã. A foto acompanha o título: “FLAMENGO CAMPEÃO BRASILEIRO FEMININO 2016”. No lado inferior direito podemos identificar também o nome das jogadoras que aparecem na foto. É importante enfatizar que nenhuma outra publicação foi feita sobre o campeonato ou sobre o percurso do time campeão, o Flamengo.

É na edição de agosto de 2016 que pela terceira vez em 46 anos, a revista traz uma jogadora em sua capa. E, pela primeira vez, Marta ocupa a primeira página. Na foto, a jogadora aparece vestindo o uniforme da Seleção Brasileira e ao seu lado está Neymar. A capa também traz o texto “A SELEÇÃO FEMININA OBTEVE 2 PRATAS; A MASCULINA 3 E DOIS BRONZES”. A capa está intitulada: “Marta e Neymar lideram o futebol olímpico, que parou na prata e caiu em 5 finais”; “Em busca do ouro perdido”

Figura 23 - Capa da edição de agosto de 2016 da revista *Placar*.



Fonte: Revista *Placar*.

Na página 8 da edição de agosto de 2016, no dia 9 da tabela “RESUMÃO”, a revista menciona que a ex-capitã da Seleção Brasileira, Aline Pellegrino é designada para comandar o recém-criado departamento de futebol feminino da FPF (Federação Paulista de Futebol). Na edição de setembro, na página 84 a revista traz uma tabela que preenche a folha inteira e apresenta o percurso dos Jogos Olímpicos de 2016 na modalidade futebol, nas categorias masculina e feminina.

Figura 24 - Página 24 da edição de setembro de 2016 da revista *Placar*.

× planeta bola ×

RIO 2016 FUTEBOLE OLÍMPICO

SEIS SEDES, ENTRE 3 E 20 DE AGOSTO

FUTEBOL MASCULINO

As duas melhores seleções de cada um dos quatro grupos se classificaram para as quartas de final. Os últimos campeonatos olímpicos, Argentina e México, foram eliminados ainda na primeira fase. As maiores surpresas foram as equipes da Coreia do Sul, líder de seu grupo, a frente da Alemanha, e do Honduras, semifinalista.

Seleções	P	J	V	E	D	G	GC	SC
1. Brasil	3	3	3	0	0	9	4	0
2. Alemanha	4	3	1	1	1	4	10	0
3. Japão	5	3	0	2	1	1	5	0
4. África do Sul	7	3	0	2	1	3	7	1

FUTEBOL FEMININO

12 seleções divididas em três grupos com quatro participantes. Além das duas primeiras colocadas de cada grupo, passaram para as quartas de final, as duas melhores terceiras colocadas. Curiosamente as seleções com melhores campanhas na primeira fase não chegaram a disputar o Medalha de Ouro.

Seleções	P	J	V	E	D	G	GC	SC
1. Brasil	7	3	2	1	0	8	1	7
2. China	4	3	1	1	1	2	10	0
3. Suécia	4	3	1	1	1	2	10	0
4. África do Sul	1	3	0	3	0	3	18	0

Seleções	P	J	V	E	D	G	GC	SC
1. Rússia	4	3	2	1	0	9	2	0
2. Colômbia	5	3	1	2	0	4	2	0
3. Japão	4	3	1	1	1	7	0	0
4. Suécia	1	3	0	3	0	2	4	2

Seleções	P	J	V	E	D	G	GC	SC
1. Coreia do Sul	2	3	2	1	0	10	3	0
2. Alemanha	3	3	1	2	0	10	10	0
3. México	4	3	1	1	1	7	4	3
4. Fiji	9	3	0	3	0	3	27	36

Seleções	P	J	V	E	D	G	GC	SC
1. Portugal	7	3	2	1	0	5	2	0
2. Honduras	4	3	1	1	1	5	0	0
3. Argentina	4	3	1	1	1	3	4	1
4. Arábia Saudita	1	3	0	3	0	4	1	2

Seleções	P	J	V	E	D	G	GC	SC
1. Espanha	4	3	2	1	0	5	2	0
2. França	4	3	2	1	0	5	2	0
3. Alemanha	4	3	2	1	0	5	2	0
4. Colômbia	1	3	0	3	0	2	7	0

Seleções	P	J	V	E	D	G	GC	SC
1. EUA	7	3	2	1	0	5	2	0
2. França	4	3	2	1	0	5	2	0
3. Nova Zelândia	3	3	1	2	0	3	4	0
4. Colômbia	1	3	0	3	0	2	7	0

Seleções	P	J	V	E	D	G	GC	SC
1. Brasil	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Alemanha	0	0	0	0	0	0	0	0
3. França	0	0	0	0	0	0	0	0
4. Alemanha	0	0	0	0	0	0	0	0

Disputa do Bronze: Rússia 3x2 Honduras

84 | PLACAR ONLINE

Fonte: Revista Placar.

A capa da edição de outubro de 2018 da revista *Placar* traz a jogadora Marta dividindo espaço com o jogador croata Modric. Ambos ganharam destaque por terem sido eleitos os melhores jogadores de futebol do mundo. Marta foi eleita pela sexta vez a melhor do mundo pela FIFA.

Figura 25 - Capa da revista *Placar* da edição de outubro de 2018.



Fonte: Revista *Placar*.

A jogadora Marta ganha uma matéria de página inteira na edição de outubro de 2018 da revista *Placar*. Como mencionado na capa da edição, o texto aborda a conquista do sexto troféu de melhor jogadora do mundo. De título “*É hexa! É genial! É Marta!*” o texto fala um pouco sobre os números da futebolista na temporada de 2017 no clube que atua, o Orlando Pride e também na Seleção Brasileira. Nos parágrafos seguintes relata sobre a artilharia de Marta em Copas do Mundo, com 15 gols ao lado de Ronaldo. Para finalizar, a matéria escreve no último parágrafo: “Marta chegou aonde chegou mesmo após um início difícil, com as barreiras do machismo para uma jogadora de futebol, além de uma árdua jornada, com a extinção de seis dos dez clubes em que já jogou [...]” (PLACAR, ed. 1444, p. 14).

Pontuamos que não há na matéria, nenhuma menção do tipo “Pelé de saia” ou qualquer conotação a estereótipo de gênero. Em vez disso, adjetivações como “rainha” ou “the best”. Na mesma página ainda a revista apresenta um box informativo com o nome e o período dos clubes que a futebolista jogou e os prêmios Fifa. Na página 15 Marta estampa toda a folha em uma foto dela em campo vestindo o uniforme da Seleção Brasileira.

Figuras 26 e 27 - Fotos das páginas 14 e 15 da edição de outubro de 2018 da revista *Placar*, respectivamente.



Fonte: Revista *Placar*.

A edição de janeiro de 2019 da revista *Placar* traz uma reportagem sobre os protagonistas dos anos 2000 no futebol brasileiro. A futebolista Marta é contemplada na reportagem na página 21, ao lado do goleiro Dida. O texto, de título “*Surge a Rainha Marta, a*

melhor de todos os tempos” consiste em um parágrafo que conta resumidamente a história da jogadora no cenário futebolístico. A notícia também apresenta duas fotos de Marta logo abaixo do texto, sendo a legenda da segunda foto: “Marta, nossa heroína, comemora um dos seus 110 gols pela seleção brasileira. Ao lado, com Canavarro, em 2006, ambos eleitos melhores do mundo” (PLACAR, 2019 , p. 21).

Figura 28 - Página 21 da edição de janeiro de 2019 da revista *Placar*.



Fonte: Revista *Placar*.

O capa da edição de julho de 2019 da revista *Placar* intitulada “*Os melhores do século 21*”, com o subtítulo “*Dois rankings com os 100 craques e às 20 craques que conquistaram nosso tempo*” traz fotos em formato 3x4 de vários futebolistas do mundo, e entre elas está a jogadora Marta e a jogadora Cristiane.

Figura 29 - Página 21 da edição de janeiro de 2019 da revista *Placar*.



Fonte: Revista *Placar*.

Está nas páginas 60 a 66 a reportagem sobre o Top 20 das 20 melhores jogadoras de futebol do século 21. A página 60 estampa uma foto de três jogadoras da Seleção Brasileira em campo com a legenda “*Marta: recorde de gols em mundiais, superação e pautas pela igualdade*”. Na página 61 um texto de página inteira explica a abordagem da revista com relação ao ranking, com destaque para a jogadora Marta. Os dois primeiros parágrafos se encaixam na categoria “Retratação”, mas por se tratar de uma reportagem com informações técnicas sobre as jogadoras de forma geral, elencamos ela nesta categoria. Isso porque o texto faz um “mea culpa” dizendo que quando decidiram fazer o ranking feminino tiveram a dimensão de sua ignorância.

Conversamos com pessoas que poderiam nos ajudar a avaliar nossas capacidades e critérios, mas a verdade é que éramos incapazes de fazer um ranking feminino de qualidade. Placar não acompanha o futebol feminino o suficiente para produzir com critérios um ranqueamento de qualidade. De certa forma, a revista é reflexo do comportamento da mídia e sociedade, que concentra a cobertura e a atenção ao futebol feminino nas proximidades dos grandes eventos. (PLACAR, ed. 1453, p. 61)

Figuras 30 e 31 - Páginas 60 e 61 da edição de julho de 2019 da revista *Placar*, respectivamente.



Fonte: Revista *Placar*.

Nas páginas seguintes a revista apresenta o ranking top 20 melhores jogadoras do século 21, com apenas as duas primeiras colocadas no ranking, Marta e a alemã Birgit Prinz, exibidas em uma página inteira cada. Da terceira à décima, as atletas da lista dividiram a página com outras atletas, cada uma sendo trazida com uma ficha técnica resumindo sua carreira, com número de jogos e gols marcados, além de um enxuto texto contando sua história no futebol. Da 11^a à 20^a, apenas uma ficha técnica destacava cada jogadora. Com relação ao Brasil, além de Marta, número 1 do ranking, a futebolista brasileira Formiga ficou na 10^a posição e a futebolista brasileira Cristiane ficou na 11^a posição.

A capa da *Placar* de novembro de 2019 traz a jogadora Marta como protagonista pela primeira vez na história da revista. Com a manchete “*Dossiê do futebol feminino*”, a revista anuncia: “*a edição especial traz raio-X da modalidade no Brasil e no mundo e mostra às perspectivas*”. Todas as chamadas da capa remetem ao futebol de mulheres e às reportagens publicadas no interior da revista.

Figura 32 - Capa da edição de novembro de 2019 da revista *Placar*.



Fonte: Revista *Placar*.

Nas páginas 9 a 13 da edição de novembro de 2019 encontramos uma reportagem sobre as principais jogadoras da atualidade, intitulada “*As estrelas da atualidade*”. A matéria aborda futebolistas brasileiras e estrangeiras e escreve um mini perfil de cada uma.

Figuras 33 e 34 - Páginas 9 e 10 da edição de novembro de 2019 da revista *Placar*, respectivamente.



Fonte: Revista *Placar*.

A edição de novembro de 2019 traz uma reportagem completa sobre a Copa do Mundo Feminina que aconteceu em 2019 e destaca esse como o ano da virada do futebol de mulheres. O texto, recheado de imagens da competição, explora os recordes de audiência durante o mundial da França, com o torneio consumido por 1,12 bilhão de pessoas no planeta e forte alcance da soma de transmissões televisivas e em plataformas digitais, que “auxiliaram nesse crescimento em 12,5%. No mundo, a média de audiência chegou a 17,27 milhões de espectadores, mais do que o dobro da Copa de 2015” (PLACAR, ed. 1457, p.20). Além de números e resultados que destacam a relevância da competição para o crescimento do futebol de mulheres no Brasil, a matéria traz detalhes sobre os estádios, rivalidades das torcidas, o clima da Copa e os gols mais marcantes.

Figuras 35 e 36 - Páginas 18 e 19 da edição de novembro de 2019 da revista *Placar*, respectivamente.



Fonte: Revista *Placar*.

O futebol de mulheres é pauta da revista *Placar* nas páginas 48 e 49 da edição de fevereiro de 2020 com uma reportagem sobre o gol da jogadora Marta pela Seleção Brasileira no ano de 2007 em um jogo contra a Seleção dos Estados Unidos pela semifinal da Copa do Mundo. Na página 48 a matéria traz uma ilustração que recria todas as jogadas da futebolista até marcar o gol. Na página 49, o texto, intitulado “*Não há palavras para descrever!*”, conta em três parágrafos como o gol aconteceu. Além disso, a matéria traz números e feitos da jogadora vestindo a camisa da Seleção Brasileira.

Figuras 37 e 38 - Páginas 48 e 49 da edição de fevereiro de 2020 da revista *Placar*, respectivamente.



Fonte: Revista *Placar*.

Após três meses sem publicações sobre o futebol de mulheres, a modalidade foi pauta nas páginas 26 e 27 da edição de outubro com uma reportagem que fala sobre as mudanças no cenário futebolístico no país em relação à prática feminina. A reportagem traz uma entrevista com a atual treinadora da Seleção Brasileira, Pia Sundhage, que sugestivamente também inspirou o título da reportagem “*tu vens, tu vens*”. Como é explicado no texto, Pia gravou um vídeo que circulou nas redes sociais em setembro de 2020 em que tocava e cantava (em português) a música *Anúnciação* de Alceu Valença. Inclusive, uma das perguntas feitas para a treinadora foi o que a música “anunciou” para ela e para as jogadoras da Seleção Brasileira. Ainda na entrevista, Pia responde perguntas sobre a decisão da CBF de igualar os vencimentos de homens e mulheres e sobre qual a melhor forma de encerrar a impressão de que o futebol é coisa de menina.

Além das perguntas feitas e respondidas pela Pia, a reportagem traz dados do teto salarial entre jogadores e jogadoras de um mesmo clube nacional no Brasil, como Santos e Corinthians, e revela a diferença discrepante entre eles. A matéria também apresenta uma fala do presidente da CBF, Rogério Caboclo, sobre a decisão da entidade de igualar o pagamento de diárias e premiações para jogadores e jogadoras das Seleções Femininas e Masculinas. “Não haverá mais diferença de gênero. O que elas recebem por diárias nas convocações, nas

premiações, inclusive em Copas do Mundo, será o mesmo valor dos homens” (*Placar*, 2020, ed. 1468, p. 26).

4.3.4 Obstáculos

Na edição de setembro de setembro de **2015** o futebol de mulheres volta a ser pauta no “RESUMÃO”. A revista destaca no dia 19 que “*O São Paulo anuncia que encerrará o futebol feminino... por falta de verba*”. Essa foi a única menção sobre a modalidade nesta edição. Além disso, cabe ressaltar a informação apresentada na edição de setembro que anuncia o encerramento das atividades do time do São Paulo, por falta de verba.

Figura 39 - “RESUMÃO” da revista *Placar* na edição de setembro de 2015.



Fonte: Revista *Placar*.

Com apenas uma publicação sobre o futebol de mulheres, a edição de fevereiro de **2016** apresenta uma notícia na página 33 de título “AS DONAS DA BOLA’ NO MUSEU DO FUTEBOL-SP”. O texto, acompanhado de fotos, escreve sobre a exposição fotográfica ‘As Donas da Bola’ que acontecia no Museu do Futebol em São Paulo.

Na edição especial sobre o futebol de mulheres publicada em novembro de **2019**, encontramos uma reportagem que conta com detalhes a proibição da modalidade no Brasil e os primeiros passos após o fim do decreto proibitivo e a regulamentação em 1983. A matéria intitulada “*Por que o futebol feminino foi proibido no Brasil?*” traz imagens das pioneiras do

clube Radar posando para a *Placar* em 1985 e depoimentos de atletas que fizeram história naquele time, lembrando o passado de dificuldades.

Figuras 40 e 41 - Páginas 26 e 27 da edição de novembro de 2019 da revista *Placar*.



Fonte: Revista *Placar*.

Em uma edição que tem como tema central as consequências da Pandemia para o cenário futebolístico brasileiro, a matéria das páginas 38 e 39 da edição de junho de 2020 descreve como se deu o impacto no futebol de mulheres. A página 38 estampa algumas jogadoras do time do Corinthians em campo e a página 39 é composta por um texto de página inteira com informações sobre o assunto. De título “*Nenhum direito a menos*” e subtítulo “*Os torneios de mulheres viviam em um momento de visibilidade e investimento, mas aí veio a pandemia. Embora realistas, os times e às jogadoras do Brasil sabem que não podem aceitar a crise parados*” a matéria começa apresentando os altos números de audiência no Campeonato Paulista daquele ano. Logo em seguida revela que sobre o valor de cerca de 3,7 milhões de reais oferecidos pela CBF aos clubes nacionais da primeira e segunda divisão e identifica que existe um problema no repasse desse dinheiro para o futebol de mulheres.

Mais adiante, o texto ressalta o marco que foi a Copa de 2019 na história da modalidade e cita as movimentações feitas pelo presidente da CBF em relação à estrutura do futebol de mulheres no Brasil, como a criação das seleções de base da Seleção Brasileira. O último parágrafo fala sobre as atividades que estão sendo realizadas durante o tempo da pandemia e destaca a atuação da Federação Paulista de Futebol com a sua série de eventos virtuais sobre educação financeira, direito desportivo e saúde mental. Para finalizar o texto cita a parceria da

Federação Paulista com a Federação Carioca para debater sobre propostas e soluções para o esporte feminino.

4.3.5 Retratação

O editorial da edição de julho de **2019** traz o título “A busca pela igualdade” e faz um pedido de desculpas histórico pela trajetória machista da revista ao noticiar, não só o futebol de mulheres, mas as mulheres no esporte como um todo. É pertinente observar que o texto menciona o Planeta Futebol Feminino, mídia independente que cobre o futebol de mulheres, como contribuinte na matéria sobre o ranking Top 20 jogadoras do século 21 publicado na mesma edição. Além do texto, o editorial é composto por uma foto de duas páginas com algumas jogadoras da Seleção Brasileira.

Placar é uma revista de futebol, não há dúvida. Mas ajustes são necessários. Um deles é o espaço que a mulher ocupa em nossas páginas. **Nas décadas de 1980 e 1990, olhávamos o futebol feminino com uma visão equivocada, quase objetificando as mulheres jogadoras. Pedimos perdão por aquele período de ignorância e buscamos evoluir.** Hoje não somos uma revista do dia a dia, realizamos edições especiais – e esta que chega a suas mãos é uma delas. Estamos montando o ranking dos maiores clássicos do século 21. Top das mulheres no mesmo período. Para a missão de avaliar o futebol feminino historicamente, pedimos a parceria do Planeta Futebol Feminino, site que há oito anos cobre com bravura o cotidiano da modalidade. Claro, temos o ranking dos rapazes. Sempre veremos polêmicas por nossas escolhas, e, não duvide, não será diferente com as meninas craques deste século. Tomara! (PLACAR, 2019, ed. 1453, grifo nosso).

O editor da *Placar*, Ricardo Corrêa, em entrevista para Leal (2019), afirma que a ideia de trazer o pedido de desculpas surgiu depois da leitura de uma notícia no portal UOL, publicada pelo Blog *Dibradoras*, com a seguinte manchete: “O futebol feminino já foi visto assim – o que diriam dessas imagens hoje?”. De acordo com Leal (2019, p. 150) a foto principal era a capa da edição 1106, de agosto de 1995, aqui já apresentada, em que modelos aparecem de costas, com uniformes provocativos, sensuais, remetendo aos da Seleção Brasileira. Aquela notícia levou o editor da *Placar* a fazer uma autorreflexão. “Conversei com o Rodolfo (Rodrigues, editor-assistente) e falei que a gente teria que escrever pedindo desculpas. [...] O Rodolfo falou: “Ah, a gente vai pedir desculpas de uma coisa de 1970?”. Vai. Se a gente errou, vai” (LEAL, 2019, p. 150).

O editorial da edição de novembro de **2019** da *Placar* faz um breve resumo dos resultados positivos do ano para o futebol de mulheres e reforça o pedido de desculpas feito no editorial da edição de julho do mesmo ano. O editor Ricardo Corrêa escreve:

Placar aos poucos vai corrigindo seus erros do passado na abordagem sobre as mulheres no futebol. Na edição de julho, inclusive, num editorial, escrevi um pedido de perdão às mulheres por nosso passado machista. Depois, comentado em seu blog por Juca Kfourri, nosso mais icônico ex-diretor de redação, o pedido ganhou uma correção do mestre. Escrevi que a nossa abordagem era “quase sempre sexista e objetificava as mulheres”. Juca, que assinou embaixo o pedido, me disse: não era quase, era sempre. Tem razão, Juca, era sempre. Então, reforço aqui, com essa edição, nosso pedido de perdão às mulheres. (PLACAR, 2020, ed. 1457)

Figura 42 - Editorial da edição de novembro de 2019 da revista *Placar*.



Fonte: Revista *Placar*.

O caso de estupro envolvendo o ex-jogador Robson Souza estampa a capa da edição de novembro de **2020** da *Placar* com o título “*Um drible no machismo*”. Usando o caso como gancho, no editorial da mesma edição a revista faz novamente um mea culpa sobre a forma como abordou as mulheres no meio futebolístico brasileiro anos atrás.

[...] Nos anos 1990, PLACAR tinha como slogan a frase “Futebol, Sexo e Rock & Roll”. Publicamos capas evidentemente machistas, como a que aparece abaixo, com a modelo e atriz Susana Werner seminua. Eram outros tempos, a sociedade mal começara a reagir contra os preconceitos, e o que hoje conseguimos enxergar como um erro lá atrás era apenas névoa. Ria-se do que não tem graça nenhuma. E PLACAR, naquele período um tanto irresponsável, navegava sem se dar conta dos incômodos

que poderia provocar. Os jornalistas da revista, antes como agora, eram sérios, rigorosos, profissionais cuidadosos e avessos a qualquer tipo de discriminação — e todos eles, tendo em mãos a régua do presente, neste momento fariam de outra maneira. Os tempos mudaram, e que bom terem mudado. Os mesmos que levaram o Santos, pressionado por torcedoras e torcedores, além de patrocinadores, a suspender o contrato firmado com Robinho, acusado de estupro na Itália. Ele foi condenado a nove anos de cadeia em primeira instância — o caso está previsto para voltar a julgamento em dezembro. [...] Para narrar essa história, a redação de PLACAR convidou a jornalista carioca Martha Esteves, que contou com a colaboração de Klaus Richmond. Nos anos 1980, como repórter da revista, Martha entrevistava atletas, técnicos e dirigentes, e viu muitos jogos à beira do gramado de estádios pequenos, nos quais não havia tribuna de imprensa. Lembra de ter sido xingada de todas as formas. “Aprendi na marra a ser mulher, no meio mais machista do mundo”, lembra. A reportagem, que começa na página 12, ajuda a jogar um pouco mais de luz sobre a maneira como o Brasil (e o mundo) vê a relação do futebol com a sociedade, de seus protagonistas com as mulheres, cada vez mais presentes e atuantes — nos gramados, no apito, com o microfone na mão e onde mais elas quiserem, sem ser importunadas nem agredidas, sem virar apenas objetos de admiração masculina. (PLACAR, 2020, ed. 1469)

O que chama atenção é o uso da foto da ex-jogadora, modelo e atriz Susana Werner seminua para ilustrar esse editorial. Além disso, o texto não cita Susana como jogadora, apenas como modelo e atriz. Como destacamos anteriormente, Susana jogou no Fluminense em 1997. Outro ponto que destacamos é a parte do texto em que o editor escreve que os jornalistas da revista antes e agora sempre foram sérios, rigorosos, profissionais cuidadosos e avessos a qualquer tipo de discriminação e todos eles, ‘tendo em mãos a régua do presente’, neste momento fariam de outra maneira. Mas como mostramos nesta pesquisa um pouco acima, na análise sobre as publicações do ano de 2017 da *Placar*, na edição de junho essa mesma capa com a foto de Susana Werner foi usada para lembrar os anos 90 da revista. Inclusive, a capa desta edição traz uma foto do jogador Ronaldo com o título “*O futebol nos anos 90*” e subtítulo “*O último suspiro do futebol sem frescuras*”.

Figuras 43 e 44 - Editorial da edição de outubro de 2020 e capa da edição de junho de 2017 da revista *Placar*, respectivamente.



Fonte: Revista *Placar*.

Um pedido de desculpas como esse é reflexo desse curso de mudanças que vem acontecendo no cenário futebolístico brasileiro em relação ao futebol de mulheres e é importante que a mídia o faça. Apenas ficamos com o questionamento de até que ponto isso vem de forma comprometida a ajudar a construir o presente e uma nova realidade para as mulheres que querem praticar futebol de forma profissional no Brasil. É importante destacar a influência dos discursos feministas e de lutas das mulheres que se inserem no meio esportivo e em toda sociedade brasileira e que pressionam órgãos públicos, instituições esportivas e a imprensa para que a modalidade receba um tratamento digno e profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como propósito identificar e analisar a forma como o futebol de mulheres e as atletas foram abordadas pela imprensa esportiva entre 2015 a 2020, anos que envolvem duas edições da Copa do Mundo Feminina e os Jogos Olímpicos sediados no Rio de Janeiro, tendo a revista *Placar* como objeto empírico. Para o alcançar o objetivo proposto, foi necessário, inicialmente, debruçarmo-nos sobre o resgate histórico dos feminismos e estudos de gênero e na contextualização sobre as feminilidades e masculinidades, que constitui-se em uma base teórica para a discussão proposta em todo o decorrer da pesquisa. Através desta discussão teórica foi possível identificar as influências desses dispositivos de poder no cenário futebolístico do Brasil.

Também faz parte dessa discussão elucidar a contribuição dos movimentos feministas na emancipação das atletas nesse meio. Não apenas o feminismo como movimento, mas a luta de mulheres pela emancipação feminina no esporte. Por isso, entendemos a importância de descrever todo o percurso das mulheres no futebol, desde antes da proibição por decreto de lei. A resistência dessas mulheres em não desistir de ocupar esse espaço que lhes foi constantemente negado nos mostra que “a inserção feminina no futebol pode ser vista como uma atitude transgressora porque as mulheres fizeram valer suas aspirações, desejos e necessidades” (GOELLNER, 2006, p. 2). E que foram elas mesmas as principais responsáveis para que o futebol no Brasil começasse a ser praticado por mulheres.

Concordamos absolutamente com o sociólogo Roberto DaMatta (1982), que vê a modalidade esportiva, especialmente o futebol, como um veículo para uma série de dramatizações da comunidade nacional. Fomentar a discussão sobre as dimensões simbólicas do futebol no Brasil nos ajudou a entender a forma com que esse esporte tornou-se sinônimo da identidade nacional e um fenômeno social no país. De modo complementar, colaborou para refletir em como isso se tornou um papel chave, ao construir estereótipos relacionados ao jogo que ultrapassam a esfera esportiva e marcam a sociedade brasileira e o futebol de mulheres, que sempre sofreu os reflexos dessa cultura em nossa sociedade.

Em seguida, nos ocupamos de refletir sobre as relações entre o jornalismo esportivo e o futebol brasileiro e que nos ajudou a compreender a relevância da cobertura jornalística para a disseminação da modalidade no país. A partir dessa discussão teórica, ajudou a entender que da mesma forma que o jornalismo esportivo facilitou a ascensão popular do futebol dos homens, colaborou com a invisibilidade e a visibilidade estereotipada do futebol de mulheres. Com isso, através das pesquisas de Ludmila Mourão e Marcia Morel (2005), Leda Costa (2019), Érika

Alfaro de Araújo (2021) e Soraya Barreto Januário (2017), pudemos compreender como a modalidade é percebida e consumida pelo público brasileiro, bem como foi e é representada pelos grandes veículos nacionais.

Considerando a revista *Placar* o objeto empírico desta pesquisa, foi fundamental aplicar uma revisão bibliográfica sobre a forma como o periódico abordou o futebol de mulheres desde o seu primeiro exemplar. Com o avanço das pesquisas sobre a relação da mídia e gênero no futebol, encontramos os estudos de Salvini & Junior (2016) e Leal (2020) que resgatam as publicações da *Placar* desde a década de 80 - quando a revista faz sua primeira publicação sobre o futebol de mulheres. Foi através destas pesquisas anteriores que pudemos identificar que historicamente o jornalismo da *Placar* adotou uma abordagem estereotipada e sexista em relação à prática feminina do futebol, além de manter invisíveis os feitos dos clubes, das jogadoras e da Seleção Brasileira. Com as mudanças no contexto do futebol de mulheres que aconteceram a partir de 2015, nos fez questionar a abordagem da revista diante desse novo cenário.

É nesse contexto que construímos a questão-problema desta pesquisa e iniciamos o esforço de investigar as publicações da revista *Placar* sobre o futebol de mulheres entre 2015 a 2020. Para responder à questão-problema apresentada, recorremos à Análise de Conteúdo (AC) como referencial teórico principal (BARDIN, 2002). Para demonstrar os resultados, dividimos as informações entre a análise quantitativa e qualitativa. Na etapa quantitativa, identificamos a quantidade de publicações encontradas na *Placar* sobre o futebol de mulheres durante o recorte temporal, divididas por ano e por formato jornalístico (reportagem, notícia, box, serviço, editorial, foto/ilustração e capa).

A análise descritiva dos dados observados na análise quantitativa mostrou que a *Placar* conferiu pouco espaço para o futebol de mulheres durante o período analisado. Destacamos principalmente os anos de 2017 e 2018, com apenas duas publicações em cada um deles. O ano de 2019 foi o que mais teve publicações, com um total de 17. Nesse sentido, vale lembrar que em 2019 a revista lançou em novembro uma edição especial inteiramente sobre o futebol de mulheres, o que ajuda a explicar esse número, considerando que no ano seguinte, em 2020, foram encontradas apenas cinco publicações. É preciso ressaltar a importância dessa edição inédita em que a *Placar* abriu espaço para que representantes da modalidade fizessem críticas ao sistema e se mostrassem atentas à busca por equidade de gênero. O lado negativo é que a revista não se propôs a continuar abordando com frequência sobre esse futebol.

Durante o período de tempo analisado o calendário do futebol de mulheres praticamente não foi abordado na *Placar*. Observamos, por exemplo, que no ano de 2015 o título da

Libertadores conquistado pelo time da Ferroviária ganhou espaço na revista, mas o mesmo título conquistado também pelo time da Ferroviária em 2020 não foi sequer mencionado. No ano de 2017 e 2019 outro time brasileiro conquistou a Libertadores, o Corinthians, mas também não teve destaque em nenhuma edição da revista *Placar*. Os campeonatos nacionais como o Campeonato Brasileiro e os Campeonatos Estaduais, que aconteceram no período analisado, também não ganharam publicações. A Seleção Brasileira foi heptacampeã da Copa América e nem uma nota sobre o assunto foi publicada na revista.

A análise qualitativa buscou demonstrar com detalhes a abordagem da revista nas publicações encontradas na parte quantitativa. Além de descrever as publicações, dividimos em categorias conforme o tema identificado em cada uma delas. Podemos perceber que, ainda que a quantidade de publicações tenha sido pequena, a abordagem caminhou para um amadurecimento e naturalização da mulher como profissional do futebol. No ano de 2016 identificamos o constante tom de comparação entre o futebol de mulheres com o futebol dos homens, principalmente por conta dos Jogos Olímpicos que aconteceram naquele ano. Em 2017 identificamos publicações que voltaram a sexualizar as mulheres e a lembrar como elas foram abordadas pela revista na década 90. Já no ano de 2019 e 2020 a revista se desculpa por usar essa narrativa.

De forma geral, a edição especial dedicada ao futebol de mulheres publicada em novembro de 2019 e a postura da revista em se retratar quanto a abordagem estereotipada e sexista adotada nas décadas anteriores foram os grandes pontos positivos identificados nesta pesquisa. Dessa forma, podemos sugerir que um novo cenário vem sendo construído para uma mudança mais efetiva desses discursos sexistas e desrespeitosos com pautas mais focadas no perfil tático e de jogo das atletas, assim como, análises mais focadas nos resultados e feitos das jogadoras, árbitras e comissão técnica. É pertinente pontuar que hoje, violências físicas, escárnios públicos e insultos quanto à sexualidade já não são mais aceitos tão facilmente. O debate feminista que vem ganhando cada vez mais visibilidade nos meios de comunicação nos últimos anos, especialmente, em espaços e em artefatos culturais, como é o caso do futebol, tem sido um importante instrumento político e meio de reivindicação de direitos e conquistas de espaços antes negados.

A veiculação e cobertura de competições nacionais, regionais e internacionais como a Copa América e as Olimpíadas propõe novas percepções sobre o futebol de mulheres no Brasil. Abarcados pelas análises de Mourão e Morel (2005) e Costa (2017) lembramos que é preciso exigir a continuidade do agendamento das pautas e de um calendário continuado e propositivo na construção de cultura midiática e futebolística associada às mulheres. Essas mudanças

podem auxiliar no processo de promoção de novas pedagogias e, por conseguinte, formas diferentes de enxergar, compreender e investir o futebol de mulheres no âmbito social e na cultura brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Caroline Soares de. **BOAS DE BOLA**”: Um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ALMEIDA, Caroline Soares de. **DO SONHO AO POSSÍVEL: PROJETO E CAMPO DE POSSIBILIDADES NAS CARREIRAS PROFISSIONAIS DE FUTEBOLISTAS BRASILEIRAS**. 2018. 254 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191267>. Acesso: 15/10/2019.

ALMEIDA, Ceila Sales. **FEMINISMO NEGRO**: a luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2016.

ARAÚJO, Flora Morena Maria Martini; HAAG, Fernanda Ribeiro. A “explosão feminista” e o futebol: apontamentos a partir da Taça Lyudmila Pavlichenko. *In*: JANUÁRIO, Soraya Barreto; KNIJNIK, Jorge. **Futebol das mulheres no Brasil**: emancipação, resistências e equidade. Recife: Ufpe, 2022. p. 406-432.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2002.

BARRETO JANUÁRIO, Soraya. **Modos de Ver: a (in)visibilidade feminina enquanto profissional do esporte**. *In*: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2015.

BARRETO JANUÁRIO, Soraya. Torcida de mulheres em campo: Rupturas e conquistas no ambiente clubístico. *In*: JANUÁRIO, Soraya Barreto; KNIJNIK, Jorge. **Futebol das mulheres no Brasil**: emancipação, resistências e equidade. Recife: Ufpe, 2022. p. 322-349. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/791/791/2735>. Acesso em: 10 out. 2022.

BEAUVOIR. Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BONFIM, Aira F. **Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)**. Dissertação (Mestrado) - Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2019.

BORELLI, Viviane. **O esporte como uma construção específica no campo jornalístico**. *In*: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero** – feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith; RUBIN, Gayle. Tráfico sexual – entrevista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, 2003.

CARDOSO, Cláudia Pons. **OUTRAS FALAS: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. 383 f. Tese (Doutorado) - Pós Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

COELHO, Paulo Vinícius. **Jornalismo esportivo**. São Paulo: Contexto, 2011.

CÔRREA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. DOSSIÊ: FEMINISMO EM QUESTÃO, QUESTÕES DO FEMINISMO. **Cadernos Pagu**, n. 16, pp.13-30, 2001.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria B. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. *In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Orgs.). O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo feminista: Estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo**. 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado) - Pós Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, 1998.

COSTA, Cláudia de Lima; ÁVILA, Eliana de Souza. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 13, p. 691-703, set./dez. 2005.

COSTA, Leda. **Marta versus Neymar. A “Guerra dos Sexos” nos Jogos Olímpicos 2016**. *In: 42o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom. Belém - PA – 2 a 7/09/2019*.

COSTA, Leda. **Notícias esportivas: entre o jornalismo e a literatura**. *In: XIII Simpósio Nacional e Internacional de Letras e Linguística - SILEL; 23-25 nov. 2011; Uberlândia, BR. Uberlândia: EDUFU; 2011. vol.2, n.2*.

COSTA, Leda. O futebol feminino nas décadas de 1940 a 1980. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n. 13, p. 493-507, 2017.

DAMATTA, Roberto (org.). **Universo do Futebol**. Esporte e Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Pinakothke, 1982.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. Muros e pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 384, 2020.

FRANZINI, F. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, n. 50, p. 315-328, 2005.

FREITAS, Guilherme Silva Pires de.; TRIGO, Gonzaga Godoi. O processo de transformação do futebol como elemento da identidade nacional brasileira. **FuLiA/UFGM**, 4(3), 115–134, 202.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GENEROSO, Natane Heloisa Pereira. **Mulheres, mídia, educação e futebol: a (des) construção do esporte no Brasil**. 2016. 71 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica. Ijuí: **Editora Unijuí**, 2003.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esp.**, São Paulo, v.19, n.2, p.143-151, abr/jun, 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre; KESSLER, Cláudia Samuel. A sub-representação do futebol praticado por mulheres no Brasil: ressaltar o protagonismo para visibilizar a modalidade. **Revista USP**, São Paulo, n. 117, p. 31-38, abril/maio/junho de 2018.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan.-abr, 2018.

GUEDES, Simoni Lahud. Subúrbio: celeiro de craque s. In: DAMATTA, Roberto (Org.). **Universo do futebol: Esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

HAAG, Fernanda Ribeiro. Mario Filho e O negro no futebol brasileiro: uma análise histórica sobre a produção do livro. **Esporte e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.9, n.23, p.1-17, mar, 2014.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Orgs.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré, p. 183-221, 1999.

HELAL, Ronaldo. Futebol e comunicação: a consolidação do campo no Brasil. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 11-37, mar. 2011.

HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

HOBBSBAWM, Eric. **O novo século**; entrevista a Antônio Polito. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

HONNETH, Axel. **Lutas por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: editora 34. 2003.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

KNIJNIK, Jorge. VASCONCELLOS, Esdras Guerreiro. Sem Impedimento: o Coração Aberto das Mulheres que Calçam Chuteiras no Brasil. *In*: COZAC, J. R.. **COM A CABEÇA NA PONTA DA CHUTEIRA** - ensaios sobre a psicologia do esporte. São Paulo: Annablume/ceppe, p. 1-18, 2003.

LEAL, Daniel Felipe de Oliveira. **Noticiabilidades na Placar**: a mutação dos valores-notícia em três décadas de cobertura do futebol de mulheres. 2020. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

LEAL, Daniel Felipe de Oliveira. MESQUITA, Giovana Borges. O futebol de mulheres na revista Placar: da objetificação à redenção. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v.18, n.1, p. 95-108, jan./jun. 2021.

LISE, Natasha Santos; CAPRARO, André Mendes. Futebol e dramaticidade: Notas sobre as crônicas esportivas de Nelson Rodrigues. **Publicatio UEPG**, Ponta Grossa, v.5, n.2, p. 229-238, maio/ago, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. Campinas: Unicamp, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** – Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MACHADO, Lia Zanotta. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 42, p. 13-46, janeiro-junho/2014.

MARQUES, José Carlos. **A falação esportiva: o discurso da imprensa esportiva e o aspecto mítico do futebol**. *In*: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Salvador, 2002.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Primeiro livro: O processo de produção do capital. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Vol. I. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

MELLO, Matheus Simões. **HERMANOS Y CERCANOS, PERO NO MUCHO**: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS JORNAIS LANCE! E OLÉ DURANTE A COBERTURA DA COPA DO MUNDO DE 2014. 2015. 218 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MOURÃO, Ludmila.; MOREL, Márcia. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 9-20, 2005.

MOURA, Stéfano Mariotto. **O Grupo Globo e o processo de modernização do futebol brasileiro**: Análise dos blogs dinheiro em jogo e olhar crônico esportivo, do globoesporte.com. 2015. 86 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social - 107 Jornalismo, Faculdade Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo: UNESP, v. 24, n.1, pp.77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Operários, mulheres e prisioneiros. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

PESANHA, Nathália Fernandes. In: JANUÁRIO, Soraya Barreto; KNIJNIK, Jorge. **Futebol das mulheres no Brasil**: emancipação, resistências e equidade. Recife: Ufpe, 2022. p. 235-260.

PISANI, Mariane da Silva. **PODEROSAS DO FOZ: TRAJETÓRIAS, MIGRAÇÕES E PROFISSIONALIZAÇÃO DE MULHERES QUE PRATICAM FUTEBOL**. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba: UFPR, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun/2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Comentário. **Cadernos Pagu**, Campinas: Unicamp, n.21, p. 211-218, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. (Orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, p. 116-149, 2009.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, n. 2, v. 11, p. 263-274, jul-dez/2008.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed.Mulheres, 1997.

RIBEIRO, Matilda. O feminismo em novas rotas e visões. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.4, n.3, p. 8001-8011, setembro-dezembro/2006.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003.

RUBIN, Gayle. “**The Traffic in Women**: Notes on ‘The Political Economy’ of Sex.” *In*: REITER, Rayna (ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, p. 157-210, 1975.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.11, p. 157-163, 1999.

SALVINI, Leila; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Registros do futebol feminino na Revista Placar: 30 anos de história. **Motrivivência**, Florianópolis, v.28, n. 49, p. 99-113, dez. 2016.

SARDENBERG, Cecília M. B. “Estudos Feministas : um esboço crítico”. *In*: Célia Gurgel (Orgs.). **Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero**. Salvador: REDOR- NEGIF, p. 17-40, 2004.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A regra do jogo**: uma história institucional da CBF/Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 176 f.

SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal**. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press., 1986. (Texto original). Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Revisão do português: Marcela Heráclio Bezerra.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, Porto Alegre, julho-dezembro/1990.

SOARES, Antonio Jorge G.; BARTHOLO, Tiago L.; SALVADOR, Marco S..A imprensa e a memória do futebol brasileiro. **Revista Portuguesa das Ciências do Desporto**, Porto, v. 7, n. 3, p.368-376, dez. 2007.

SOUSA; Li-Chang Shuen Cristina Silva. Cobertura esportiva na televisão: jornalismo ou entretenimento?. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

STYCER, Mauricio. **Jornalismo esportivo: 110 anos sob pressão**. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Santos, SP, 2007.

VERAS, Juliana Gonçalves. **DIREITOS HUMANOS E FUTEBOL FEMININO**: a (in)visibilidade das mulheres nas quatro linhas. 2019. 61 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Universidade de Brasília - Faculdade de Direito, Brasília, 2019.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil**. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Pós Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.